



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026

ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AdP	Águas de Portugal, SGPS, S.A.
AdTA	Águas do Tejo Atlântico, S.A., ou Águas do Tejo Atlântico
AgIR	Plano de ação para a gestão das Águas Industriais Residuais da região da grande Lisboa e Oeste
AOV	Aluguer operacional de viaturas
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ApR	Água para reutilização
BEI	Banco Europeu de Investimento
CA	Conselho de Administração
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CTA	Componente Tarifária Acrescida
DARU	Diretiva Europeia das Águas Residuais Urbanas
DGTF	Direção Geral do Tesouro e Finanças
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EBITDA	Rendimentos antes de juros e impostos (do inglês “ <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> ”)
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETARI	Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais
ETF	Entidade do Tesouro e Finanças
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EVEF	Estudo de Viabilidade Económico-Financeira
FA	Fábrica da Água
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
IAS/IFRS	International Financial Reporting Standards
IoT	Internet das Coisas (do inglês “ <i>Internet of Things</i> ”)
IEPAO	Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento
IRCT	Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho
ISO	Norma da Organização Internacional de Normalização (do inglês “ <i>International Organization for Standardization</i> ”)
IT	Tecnologias de Informação
MAEn	Ministério do Ambiente e Energia
MLP	Médio e Longo Prazo
ODS	Objetivos Desenvolvimento Sustentável
O&M	Operação e Manutenção

Plano de Atividades e Orçamento – 2026

OMIP	Operador de Mercado Ibérico - Portugal
OT	Obrigações do Tesouro
PAI	Plano Anual de Investimentos
PAO	Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PECTURH	Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos
QEC	Quadro Estratégico de Compromisso
RAC	Rent-A-Car
SEE	Setor Empresarial do Estado
SGE	Sistema de Gestão de Energia
SIC/IFRIC	Comissão de Normalização Contabilística (do inglês “ <i>Standing Interpretations Committee</i> ”/” <i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i> ”)
SIFIDE	Sistema de Incentivos Fiscais à ID Empresarial
SMAS	Serviço Municipalizado de Água e de Saneamento
SMM	Sistema Multimunicipal
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
TAR	Tarifa de Acesso à Rede
TURH	Título de Utilização de Recursos Hídricos
UE/EU	União Europeia/European Union
UV	Ultravioletas
VLE	Valores limites de emissão

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	8
1.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	12
1.3. MODELO DE NEGÓCIO	13
1.4. RECURSOS HUMANOS	16
1.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	16
2. ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO	18
2.1. ESTRATÉGIA ÁGUA QUE UNE	19
2.2. QUADRO ESTRATÉGICO DE COMPROMISSO.....	20
2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS.....	21
2.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS.....	22
2.5. OBJETIVOS DE GESTÃO.....	24
2.6. ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO (3 ANOS).....	25
3. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO	33
3.1. ATIVIDADE EM 2024.....	33
3.2. ANO DE 2025 E PRIORIDADES DE 2026.....	36
4. RECURSOS HUMANOS.....	44
4.1. RECURSOS HUMANOS	52
4.2. GASTOS COM O PESSOAL.....	44
4.3. VARIAÇÃO DOS ENCARGOS 2026.....	48
4.4. EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	50
4.5. CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES.....	52
4.6. MANUTENÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÕES JÁ APROVADAS.....	59
5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA	65
5.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA.....	65
5.2. ORIENTAÇÕES, PRINCÍPIOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO	66
5.3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS.....	66
5.4. CRESCIMENTO DE VOLUME DE NEGÓCIOS, GASTOS OPERACIONAIS, GASTOS COM PESSOAL E FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	74
5.5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL	76
5.6. RÁCIO – EFICIÊNCIA OPERACIONAL	78
5.7. RESULTADO OPERACIONAL	83
5.8. RESULTADO LÍQUIDO.....	84
5.9. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO	86
5.10. CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	84
5.11. PAGAMENTOS EM ATRASO	88
5.12. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	88
5.13. ESTUDOS PARECERES E PROJETOS DE CONSULTORIA	89
5.14. FROTA AUTOMÓVEL.....	89
5.15. QUADROS FICHEIRO EXCEL	90
6. CONTRATO PROGRAMA, CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO, CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.....	91
6.1. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO	91

7. PLANO DE INVESTIMENTOS	93
7.1. ENQUADRAMENTO GLOBAL	93
7.2. GRANDES TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO	95
7.3. INVESTIMENTO PREVISIONAL	98
7.4. NOVOS INVESTIMENTOS COM EXPRESSÃO MATERIAL.....	107
8. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS	109
9. OUTROS	110
9.1. FROTA AUTOMÓVEL.....	110
10. ANEXOS.....	119

Anexos:

Anexo I Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

Anexo II Ficha sumária de investimento

Anexo III Fichas descritivas de investimento plurianual

Anexo IV Quadros Ponto V do Apêndice das IEPAO

Anexo V Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo VI Parecer do Órgão de Fiscalização

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Área Geográfica servida pela Águas do Tejo Atlântico	8
Figura 2 - Estrutura Acionista da Águas do Tejo Atlântico	11
Figura 3 - Dimensão da Águas do Tejo Atlântico	13
Figura 4 - Principais Indicadores da Águas do Tejo Atlântico	14
Figura 5 - Organograma da Águas do Tejo Atlântico	17
Figura 6 – Quadro Estratégico	21
Figura 7 – Objetivos de Gestão	25
Figura 8 – Visão integrada	27
Figura 9 – Visão – Pilares da Estratégia	29
Figura 10 – Estado de implementação da Estratégia - junho 2025	31
Figura 11 – Indicadores estratégicos da Empresa	32
Figura 12 – Edifício estratégico Inspirados pelo Futuro	34
Figura 13 – Balanço do plano de ação da estratégia Inspirados pelo Futuro (dezembro 2024)	34
Figura 14 – Monitorização da Estratégia a junho 2025	37
Figura 15 – Monitorização de Objetivos a 2023 a junho 2025 (evolução)	38
Figura 16 – Mix energético	40
Figura 17 – Consumo específico	40
Figura 18 - Gastos com Pessoal	44
Figura 19 - Gastos com Pessoal (sem o desconto de capitalização de gastos e subsídios à exploração) e número de colaboradores	45
Figura 20 - Detalhe de “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias”	45
Figura 21 – Variação dos Gastos com Pessoal	47
Figura 22 - Quadro de Pessoal (detalhe)	50
Figura 23 - Quadro de Pessoal (evolução)	51
Figura 24 – Gastos com novas admissões de colaboradores	53
Figura 25 – Resumo do pedido de admissões para 2026	54
Figura 26 – Indicadores de manutenção	55
Figura 27 - Quadro de Pessoal desagregado por categoria	63
Figura 28 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência	65
Figura 29 - Demonstração da Posição Financeira Previsional	68
Figura 30 - Demonstração da Posição Financeira Previsional 2026 - Trimestral	69
Figura 31 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional	70
Figura 32 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2026 - Trimestral	71
Figura 33 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional	72
Figura 33 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2026 - Trimestral	73
Figura 34 – Disponibilidades	74
Figura 35 - Rácio PRC	78
Figura 36 – EBITDA	83
Figura 37 – EBITDA Ajustado	84
Figura 38 – EBIT	84
Figura 39 - Fontes de Financiamento para o período 2026-2028	87
Figura 40 - Endividamento no período 2026-2028	87
Figura 41 - Taxa média de financiamento no período 2026-2028	88
Figura 42 – Variação do endividamento no período 2025-2026	85
Figura 43 – Pagamentos em atraso	88

Figura 44 – Prazo médio de pagamento	88
Figura 45 – Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria	89
Figura 46 – Frota Automóvel	89
Figura 47 – Detalhe do investimento para 2026.....	94
Figura 48 – Detalhe do investimento para o período 2024 - 2028.....	98
Figura 49 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2026	99
Figura 50 – Gráficos da evolução, histórico e previsão, de lançamentos de concursos de empreitadas	100
Figura 51 – Investimento – componente empreitadas – ano 2025	101
Figura 52 – Investimento – componente empreitadas – período 2025 – 2028 (milhares de euros).....	103
Figura 53 – Investimento com maior execução financeira – período 2025 – 2028 (milhares de euros).....	105
Figura 54 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2026 (milhares de euros).....	106
Figura 55 – Âmbito/objetivo dos investimentos a realizar 2026-2028 (milhares de euros)	106
Figura 56 – Cálculo da expressão material do investimento 2026-2028	107
Figura 57 - Quadro síntese de autorizações requeridas	109
Figura 58 - Quadro tipologia de viaturas	110
Figura 59 – Plano de substituição de viaturas	112
Figura 60 – Quadro comparativo contratação RAC vs AOV.....	113
Figura 61 – Quadro com gastos totais e por tipologia para o aumento do nº viaturas em 2026.....	115
Figura 62 – Quadro comparativo contratação RAC vs AOV – para o aumento do nº de viaturas.....	115
Figura 63 – Evolução do nº de viaturas e de trabalhadores	116
Figura 64 – Nº total de viaturas por tipologia e por ano	116
Figura 65 – Evolução do nº de viaturas por tipologia e por ano	117
Figura 66 – Gastos totais e médios com frota automóvel 2024-2028	117

I. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a proposta do Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento (PAO) da Águas do Tejo Atlântico, S.A., para o exercício de 2026, aprovado pelo Conselho de Administração a 17 de setembro do corrente ano, encontrando-se suportado nas melhores previsões de gastos, rendimentos e investimentos, bem como nos elementos constantes do plano de negócios da Empresa, o qual faz parte integrante do Contrato de Concessão.

O Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento é um exercício de previsão de rendimentos, gastos, endividamento e investimentos futuros, entre outros dados e indicadores, preparado de acordo com a melhor estimativa possível e máximo rigor à data da sua elaboração, e, que naturalmente, está sujeito a acontecimentos futuros não esperados. Este instrumento de gestão encontra-se em total alinhamento com a revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira que se encontra em análise e discussão com o Regulador ERSAR e com a Tutela Setorial.

A Águas do Tejo Atlântico apresenta as suas projeções futuras, tendo por base as contas a junho de 2025. Os valores encontram-se expressos em euros, salvo quando indicado em contrário.

O presente exercício do PAO beneficiou ainda das orientações constantes do documento “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028”, disponível no site da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), assim como dos princípios gerais para elaboração do orçamento de 2026-2028 definidos pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

I.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sido criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 113 527 680,00 € (cento e treze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta euros), tendo-lhe sido atribuída, pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, tendo este último resultado da agregação, entre outros, do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro.

A população residente abrangida por este sistema é atualmente de cerca de 2,4 milhões de habitantes na atividade de saneamento de águas residuais, servindo os seguintes 23 municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

O sistema pode vir a ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes e avaliação da oportunidade de gestão integrada, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.



Figura 1 - Área Geográfica servida pela Águas do Tejo Atlântico

A atividade da Águas do Tejo Atlântico, à qual foi confiada a prestação de um serviço público, encontra-se parametrizada por diplomas legais que balizam os termos gerais de prestação do serviço público¹, termos e condições plasmados nos contratos de concessão outorgados com o Estado, em que a tarifa, e os demais instrumentos tarifários, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da concessão, asseguram o cumprimento daqueles termos e condições, para efeitos de cumprimento do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que consagra o regime jurídico do setor público empresarial.

No caso específico da Águas do Tejo Atlântico, à qual foi cometida a exploração e gestão de sistemas integrados de saneamento de águas residuais, no quadro legal previsto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 abril, em que a tarifas, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da parceria, assegura o cumprimento dos compromissos de serviço público acordados em contratos de gestão, com base em cobertura de serviço, de qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão, apontando para metas temporais para a consecução das principais iniciativas de carácter estratégico, designadamente a convergência tarifária.

Paralelamente, a atividade operacional da Empresa no domínio da prestação de serviços de saneamento de águas residuais encontra-se regulamentada pelas disposições do Regulamento das Relações Comerciais - Regulamento n.º 594/2018, publicado no Diário da República n.º 170, 2.ª Série, de 4 de setembro de 2018 - que procede, entre outras matérias, à definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Em qualquer dos modelos de gestão de saneamento de águas residuais, os contratos de concessão outorgados com o Estado assentam num princípio tarifário de cobertura de encargos eficientes (modelo regulatório de custo de serviço), assegurando a estabilidade tarifária ao longo do período da concessão, balanceado, através do mecanismo de recuperação de gastos, os encargos tarifários suportados e o respetivo ressarcimento por via tarifária. No caso dos SMM, a legislação e o contrato de concessão definem regras próprias de geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela entidade reguladora.

¹ Cfr. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que consagra o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, com a densificação prevista no Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, que estabelecem o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público e o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, respetivamente.

Os estudos de viabilidade económica e financeira são parte integrante dos referidos contratos, e são revistos periodicamente nos termos dos respetivos contratos e legislação, permitindo integrar circunstâncias imprevistas, rever a prioridade dos investimentos propostos assim como assegurar a correta evolução da trajetória tarifária e dos mecanismos dos desvios de recuperação de gastos. Assim, nestas operações, podem verificar-se períodos de gastos necessários sem a respetiva cobertura tarifária, e outros em que de forma inversa se verá a recuperação de encargos já incorridos ou em que se efetua a reintegração da recuperação antecipada de encargos, sem que isso seja sinónimo de menor eficiência na operação. Neste último caso, por exemplo, dependendo dos superavits gerados antecipadamente, podem verificar-se até períodos de resultados negativos por forma a assegurar a regra de equilíbrio do modelo económico subjacente aos contratos. Neste momento o contrato de concessão é publicado em Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, encontram-se em fase de revisão extraordinária e consequente interação com a ERSAR e Concedente.

Na caracterização da Empresa, importa ainda ter presente que, tal como referido no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, é proveniente de três extintas empresas, a mais antiga criada em 1995 e as outras duas em 2002, e em que parte dos ativos já eram anteriores a essas datas, na medida que eram ativos provenientes de câmaras municipais ou de SMAS, e cuja exploração e manutenção passou para o encargo dessas empresas. Resulta desse enquadramento o facto de a Águas do Tejo Atlântico ser responsável pela gestão de alguns dos ativos de tratamento de Águas Residuais mais antigos e, simultaneamente, de maior dimensão do País.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da Águas do Tejo Atlântico já atingiu o horizonte de vida útil técnica e, consequentemente, apresentam um significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil. Esta situação é agravada pelas condições agressivas dos sistemas de saneamento, muitos deles com características unitárias (arrastando pedras, areias e resíduos de elevada agressividade) e sujeitos à degradação provocada pelos teores de gás sulfídrico, assim como a entrada de água salina na rede de saneamento em “baixa” das zonas costeiras e o ambiente marítimo em que algumas se encontram expostas também contribuem significativamente para a sua degradação.

Algumas restrições e contenções impostas em anteriores Orçamentos de Estado, no que respeita quer a custos quer a investimentos, bem como as restrições ao nível dos gastos operacionais verificadas em alguns exercícios orçamentais passados, tiveram consequências negativas para a condição das infraestruturas da Águas do Tejo Atlântico, quer ao nível da componente de construção civil, quer de equipamentos, levando a uma deterioração acelerada das infraestruturas.

Quanto à estrutura acionista da Águas do Tejo Atlântico, a mesma apresenta-se da seguinte forma:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado (€)	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

Figura 2 - Estrutura Acionista da Águas do Tejo Atlântico

I.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

A Águas do Tejo Atlântico é uma Empresa do Setor Empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP). A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo AdP, designadamente pela Águas do Tejo Atlântico, S.A..

Visão

Empresa inspiradora a nível global pela sua qualidade de serviço e excelência, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.

Valores

A atividade da Águas do Tejo Atlântico pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo AdP, tendo como valores centrais:

- Compromisso
- Integridade
- Transparência
- Respeito
- Excelência

I.3. MODELO DE NEGÓCIO

A atividade da concessão compreende, em regime exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável), estimando-se que durante o período da concessão possa vir a abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:



Figura 3 - Dimensão da Águas do Tejo Atlântico

Para o período em análise, indica-se na figura seguinte os principais indicadores de atividade da Águas do Tejo Atlântico, em que no volume de atividade para além do volume tratado está também incluído o volume transportado não tratado (prestação de serviço ao município de Caldas da Rainha):

PRINCIPAIS INDICADORES	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Volume de Atividade - caudal recolhido e transportado (milhões de m ³)	220,5	224,7	212,4	212,4	212,4
População Servida (milhões de pessoas)	2,3	2,4	2,4	2,4	2,4
Fábricas da Água (N.º)	100	100	100	100	96
EE (N.º)	292	292	294	291	291

Figura 4 - Principais Indicadores da Águas do Tejo Atlântico

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- a) A concessão, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- b) A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- c) A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- d) O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, a sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios.

Nos termos previstos na lei e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, pode exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas. De referir que, na sequência do disposto no Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a produção e a disponibilização de água para reutilização a partir do tratamento dos efluentes passou a constituir uma nova atividade principal (e concessionada) das empresas de saneamento de águas residuais. Esta constituía, até à data, uma atividade complementar. A procura de Água para Reutilização (ApR) para outros usos, tais como rega, lavagens de ruas, utilização para fins agrícolas, entre outros, tem vindo a crescer, em alinhamento com a política do Governo, em particular com a estratégia “Água que Une”, apresentada em 2025, no domínio da circularidade da economia e aposta na água residual tratada associada às ETAR com maior potencial de reutilização, tendo a Águas do Tejo Atlântico vindo a desenvolver o fornecimento de ApR como uma nova área de negócio, com um considerável potencial de crescimento nos próximos anos.

A Empresa continua a produzir ApR para usos internos, o que permite para além da marca da sustentabilidade e circularidade que a caracterizam, poupar na aquisição desse volume de água às Entidades Gestoras. O volume de utilização interna de ApR como água de serviço foi em 2024 de 2,3 milhões de metros cúbicos (mais de 1000 piscinas olímpicas). Este foi o volume de água poupado ao nível ambiental e de gasto financeiro.

Integrando o Setor Empresarial do Estado (“SEE”), nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a Águas do Tejo Atlântico está organizada para o cumprimento da missão e dos objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente de:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguarda da sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantido o cumprimento do respetivo Contrato de Concessão.

A Empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos gastos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O financiamento da Empresa assenta, fundamentalmente, em recursos próprios, em financiamento do Banco Europeu de Investimentos (“BEI”) e em fundos da União Europeia e dispõe ainda de linhas de financiamento de curto prazo destinados a apoio (pontual) de tesouraria, caso seja necessário.

Na estruturação do seu financiamento, a Águas do Tejo Atlântico beneficia do aval do Estado Português, através do acionista AdP-SGPS.

Importa salientar que à presente data, a Tutela setorial e o Regulador encontram-se em fase de análise da proposta de revisão do Contrato de Concessão e do respetivo EVEF da Águas do Tejo Atlântico, estando agendada para o mês de outubro, uma reunião com o Regulador Económico com vista a dirimir os diferendos ainda existentes sobre a proposta apresentada pela Empresa. Encontra-se acordado com a ERSAR a atualização final, e entrega do EVEF de revisão extraordinária, durante o último trimestre de 2025, com a

incorporação dos dados constantes deste PAO 2026 (valores de atividade e gastos para os anos 2026, 2027 e 2028), de forma a compatibilizar as duas mais importantes peças de planeamento que regem o funcionamento da Águas do Tejo Atlântico.

I.4. RECURSOS HUMANOS

A origem da Empresa, anteriormente referida, caracteriza, não só os seus ativos físicos, como também os seus recursos humanos, muitos deles provenientes das anteriores empresas e dos serviços municipais que lhes antecederam, o que é revelador na idade média do quadro de pessoal da AdTA que é de 47 anos. Em 30 de junho de 2025, dos 430 trabalhadores existentes, 41 têm mais de 60 anos e 7 estão em idade igual ou superior à idade mínima de reforma sem penalização. Aliado a isto não pode ser descurado o facto de existir um significativo número de trabalhadores com aptidão condicionada para as suas funções, devidamente atestada pelo médico do trabalho, a que acresce as situações de baixas médicas prolongadas. Estes dois últimos fatores, são fortes condicionantes na atividade da Empresa.

Na sua proposta de revisão do Estudo de Viabilidade (EVEF) a Empresa projetou um total de 503 trabalhadores, sem considerar o número referente a Órgãos Sociais, tendo sido aprovado no PAO de 2025 um total de 463 trabalhadores.

Por várias vicissitudes, que se abordarão de modo mais exaustivo no capítulo 4 “Recursos Humanos”, não conseguiu a AdTA, apesar dos esforços envolvidos e da contratação de empresas de recrutamento, efetivar todas as contratações de trabalhadores que tinha planeado, nem colmatar todas as situações de saídas continuando neste momento o esforço para consolidar a sua equipa em total alinhamento com o PAO25 previamente aprovado. Contudo, o mercado de trabalho altamente competitivo e dinâmico conjugado com as condições estabelecidas para a contratação no Grupo AdP têm dificultado esta concretização.

I.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico para o triénio 2023/2025 foi eleito em Assembleia-Geral de Acionistas realizada a 19 de abril de 2023.

A estrutura organizacional da Empresa, em vigor desde 15 de setembro de 2023, apresenta-se conforme o seguinte organograma:

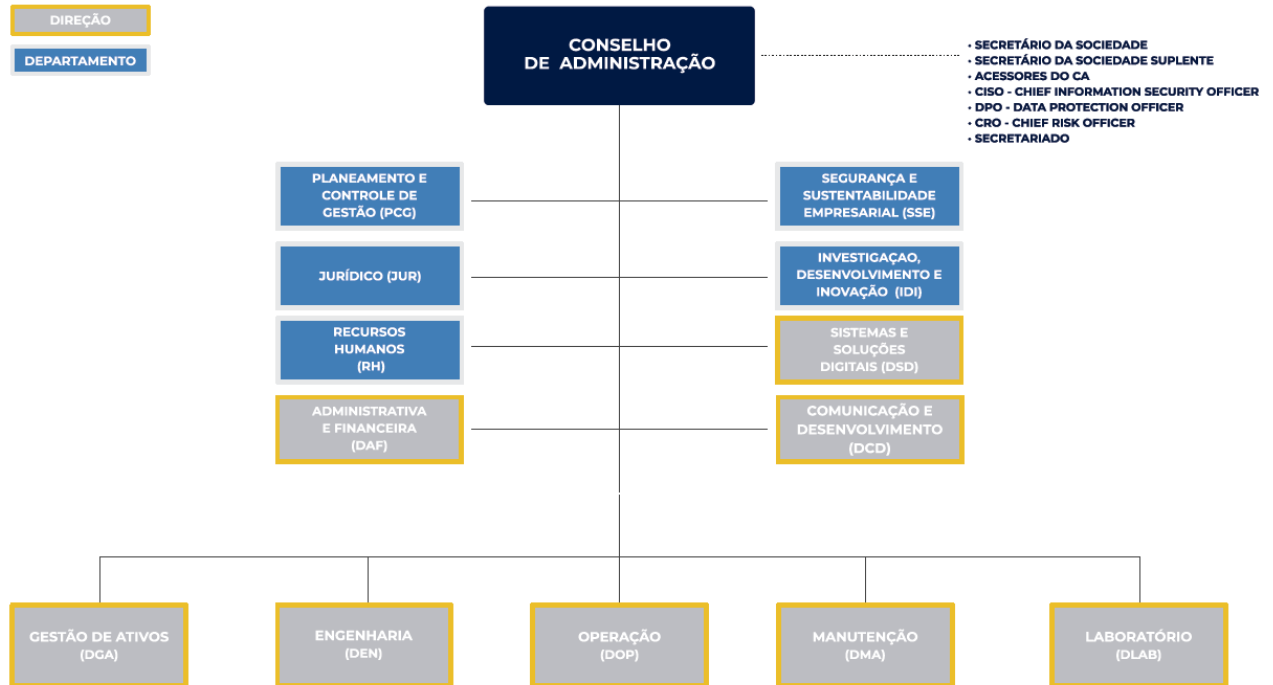


Figura 5 - Organograma da Águas do Tejo Atlântico

2. ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

Os valores fundamentais da Águas do Tejo Atlântico assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e na melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da Empresa são determinados pelas políticas públicas para o Setor Empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

A atividade prosseguida pelo Grupo AdP enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido regime, compete ao Ministério do Ambiente, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional;
- Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico tem em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas, prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes nos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;

- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

2.1. ESTRATÉGIA ÁGUA QUE UNE

A Estratégia Nacional “Água que Une”, aprovada e lançada pelo XXIV Governo Português em março de 2025, vem reforçar e complementar as infraestruturas de armazenamento, captação e distribuição eficiente de água, introduzindo soluções adicionais para aumentar a eficiência, a resiliência e a adaptação do País a um contexto de escassez e volatilidade hídrica. Os objetivos centrais passam por promover o uso eficiente de água e a segurança do abastecimento. Este novo paradigma assegura coesão territorial e os recursos hídricos necessários para evitar processos de racionamento que comprometem o bem-estar das populações e limitam o desenvolvimento económico.

Esta estratégia “Água que Une” preconiza orientações, medidas e investimentos para garantir maior segurança e sustentabilidade na gestão da água em Portugal num horizonte de médio prazo, assumindo uma perspetiva de modernização e transformação estrutural:

- **Segurança** no sentido de garantir o abastecimento de água às populações, à agricultura e aos restantes setores económicos, mitigando o impacto das secas, das cheias e das alterações climáticas, evitando crises e custos acrescidos.

- **Sustentabilidade** para proteger os ecossistemas e os recursos naturais, garantindo uma gestão mais integrada da água, compatibilizando preocupações ambientais, económicas e sociais, bem como de coesão territorial.

Esta estratégia estruturante prevê um conjunto de investimentos previstos lançar até 2030, num valor estimado de aproximadamente 5 mil milhões de euros, incluindo fontes de financiamento nacionais e europeias, designadamente por via do Banco Europeu de Investimento.

Prevêem-se 294 medidas estruturadas em três eixos estratégicos:

- 1- **Eficiência** no foco em otimizar as estruturas existentes, poupar água, reduzir perdas nas redes de abastecimento e de rega, reabilitar reservatórios e aproveitar águas residuais tratadas visando potenciar o capital físico disponível;
- 2- **Resiliência** na aposta em novas soluções e infraestruturas para reforçar o armazenamento, garantir mais segurança no abastecimento às populações, à agricultura e aos restantes setores económicos, restaurar rios e ecossistemas, criar reservas estratégicas de água e interligar sistemas para assegurar maior robustez hidrológica;
- 3- **Inteligência** aplicada na modernização institucional e tecnológica e em implementar uma gestão mais integrada dos recursos hídricos, capacitar a administração e apostar na digitalização do ciclo da água.

Em suma, a Estratégia “Água que Une” ambiciona um impacto transformador em Portugal, configurando um esforço para modernizar e reformar a gestão dos recursos hídricos, em linha com as necessidades das populações e das regiões, dos ecossistemas e dos setores económicos.

A Estratégia “Água que Une” envolve 9 programas estruturantes, dos quais o Programa Água +Circular, para a promoção da utilização e água residual tratada, a Águas do Tejo Atlântico terá um forte e importante papel.

2.2. QUADRO ESTRATÉGICO DE COMPROMISSO

As empresas do Grupo AdP assumiram, em 2021, as linhas de orientação do Quadro Estratégico de Compromisso (QEC) que consolida e agrega as várias iniciativas estratégicas do Grupo AdP (https://www.adp.pt/downloads/file500_pt.pdf).

Nesse quadro, as orientações estratégicas para o mandato 2023/2025 encontram-se alinhadas com o QEC, algumas delas resultantes de políticas públicas nacionais e comunitárias ou orientações para o setor da água.

Nesse contexto, o ano de 2026 será o ano de balanço da implementação do QEC e a definição de uma nova estratégia, expectavelmente em total alinhamento com a “Água que Une”.

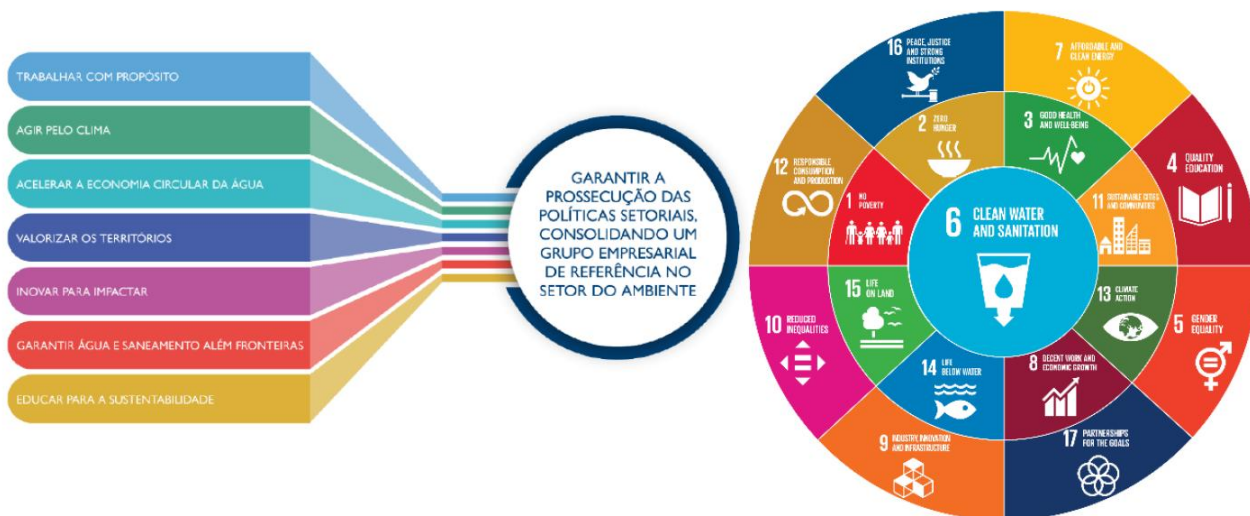


Figura 6 – Quadro Estratégico

2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, teve por orientação para o mandato 2023/2025 os seguintes princípios a implementar durante o mandato no sentido de assegurar que a Empresa:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;

- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolva iniciativas, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

2.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

De modo mais específico, o Conselho de Administração recebeu orientações de forma a estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como para assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam:

I. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

- Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
- Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
- Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
- Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

- Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
- Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
- Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

- Um maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
- A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
- No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

- Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
- Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espetro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
- Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
- Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

- Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;
- No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

- Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
- Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
- Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
- Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
- Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na Empresa, quando solicitado pela AdP internacional.

2.5. OBJETIVOS DE GESTÃO

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato.

O mandato em curso termina em 2025, pelo que as orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas referem-se ao mandato de 2023/2025, a avaliar no início de 2026, havendo nessa altura lugar à definição de novos objetivos de gestão para o triénio 2026/2028.

As orientações estratégicas gerais e específicas reforçam este enquadramento, nomeadamente, com o seu enfoque na “Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética” e na contribuição “para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades”.

É neste quadro que se enquadram os objetivos da Empresa com:

- i) Evolução da qualidade da água fornecida e das águas residuais;
- ii) Plano de Manutenção;
- iii) Evolução do resultado operacional, através do rácio GO/VN;
- iv) Respeito pelo prazo de pagamentos;
- v) Projetos no âmbito da neutralidade energética e económica circular;
- vi) Expansão do Grupo AdP.

Objetivos de Gestão 2023-2025

TIPO	OBJETIVO	CÁLCULO
	Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022	
Sectorial	Qualidade das Águas Residuais	AQAR
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva
Resultado operacional	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + FSE + GP) / VN]$ Variação face ao PAO proposto
	Respeito pelo prazo de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO
Estratégias	Água para Reutilização	Implementação iniciativas ApR
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas
	Expansão do Grupo	Aumento do número de operações (Alargamento de implantação no território)

Figura 7 – Objetivos de Gestão

2.6. ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO (3 ANOS)

Os seis primeiros anos de vida da Empresa (2017-2022) foram dedicados à organização, uniformização de processos e metodologias de trabalho, mas também a assegurar a continuidade de operação dos ativos que servem cerca de 2,4 milhões de habitantes e à inovação e desenvolvimento de um conjunto de ações, que no seu conjunto fazem a missão da Empresa uma das mais nobres, contribuindo para a proteção do ambiente, suporte de ecossistemas, proteção da saúde pública, desenvolvimento da atividade económica dos territórios que servimos, em particular o turismo, mas também para a inovação do setor.

Em 2023, com nova equipa de gestão da Águas do Tejo Atlântico, eleita em 19 de abril iniciou-se um processo de diagnóstico e identificação de pontos de melhoria da organização, enquadrados com os desafios externos, as ambições internas e o alinhamento com o EVEL e com as orientações estratégicas específicas da *holding*, bem como os objetivos de gestão do mandato. Este processo, concluído em setembro de 2023, auscultou todos os colaboradores da Empresa, teve o envolvimento direto das primeiras linhas e resultou na definição

da estratégia 23/25 - Inspirados pelo Futuro - que pauta a presente atuação das equipas de gestão ([estrategiatejoatlantico-2023-2025-09.pdf](#)).

Importa salientar que este processo decorreu num momento em que se consolidava a consciência global de que nos encontramos num momento singular na história de várias gerações, pela encruzilhada da incerteza em que o mundo se encontrava, resultante da emergência ambiental, instabilidade económica e política, crises globais de saúde pública, de alimentação e energia, de ameaça à paz global, de falta de credibilidade de lideranças e falência de um sistema de valores e ética. De facto, à data da elaboração da estratégia Inspirados pelo futuro, havia uma certeza sobre a crescente instabilidade global, a dificuldade de estabelecimento de cenários que suportassem o planeamento, em resumo, o mundo encontrava-se já nessa data num processo de mudança com uma aceleração exponencial, ao qual o setor da água não é alheio e que hoje se sente com maior clarividência e preocupação.

À complexidade global acresce a originada pelos mecanismos de regulação económica e ambiental, pelo necessário equilíbrio acionista e, igualmente relevante, pelos mecanismos de supervisão aplicados ao Setor Empresarial do Estado, num contexto em que o equilíbrio das finanças públicas constitui um imperativo de sustentabilidade nacional.

Alinhamento Estratégico

No Grupo AdP, o nosso empenho, alicerçado no quadro estratégico de compromisso, foi reforçado em 2022, com o Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP 2022-2025 (<https://www.adp.pt/sustentabilidade/SitePages/Compromisso-de-Sustentabilidade.aspx>) explicitando as nossas ambições pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos.

A definição de uma estratégia de atuação neste contexto exigiu o alinhamento dos diversos instrumentos mandatários de cariz legal, contratuais de longo prazo, em particular o contrato de concessão, o quadro estratégico de compromisso do Grupo AdP, com um alcance temporal até 2030 e obviamente as orientações estratégicas e os objetivos de gestão para o mandato 2023/2025, mas também aqueles que todos estamos comprometidos como os ODS e as várias estratégias nacionais e comunitárias nas áreas em que atuamos.

Mantendo na linha de horizonte os objetivos de médio prazo, a estratégia num contexto tão dinâmico necessitava de ser focada, objetivada e suportada em objetivos quantificáveis e monitorizada regulamente situação que levámos a cabo neste período.

A Visão que guiou a ambição da Águas do Tejo Atlântico e os objetivos a que nos propusemos exigem um quadro de atuação ambicioso, com métodos de trabalho disruptivos face ao passado, incluindo a utilização de tecnologias e recursos indisponíveis até há pouco tempo, a motivação e mobilização sinérgica das equipas

e um plano de ação alinhado com a estratégia, com forte cariz de agilidade, faseado e que permita sucessos de motivação essenciais à continuidade da dinâmica de mudança.



Figura 8 – Visão integrada

O Edifício Estratégico

A estratégia - Inspirados pelo Futuro foi guiada pela visão que partilhamos para a Águas do Tejo Atlântico de sermos **A empresa líder a nível global, fundada numa qualidade de serviço irrepreensível, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, pela resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.**

Sabendo onde queremos chegar, estamos convictos de que as fundações de qualquer estratégia são essenciais para a robustez e sucesso da mesma. Para tal, fundámos este edifício da estratégia em 3 fundações estratégicas (eficácia, eficiência e propósito da ação) unidos por um elemento de ligação e essencial a esta robustez que somos Nós AdTA, remetendo para o valor essencial de todas as organizações que são as pessoas.

Trabalhando em cada uma destas dimensões e garantindo a superação em cada uma delas iremos assegurar um serviço de excelência.

Mas a Empresa ambiciona crescer, melhorar todos os dias e contribuir para um mundo melhor, inspirada pela Visão, pelo que elegemos 5 pilares essenciais de crescimento: a resiliência, a digitalização, as parcerias sustentáveis, a Economia Circular e a descarbonização das nossas atividades. Estes pilares de crescimento sendo transformacionais, têm um elemento transversal a todos eles, a mudança e a metamorfose de formas de trabalhar, em prol da organização, focados no nosso propósito, que exigirá o envolvimento de todos para sermos bem-sucedidos.

Quisemos, em cada uma das dimensões da nossa estratégia, e através de um conjunto de ações estratégicas, convergir para a visão delineada para cada uma delas:

Nós AdTA - Sermos uma Empresa atrativa, motivadora, que investe nas competências dos seus profissionais, criando uma cultura de elevada performance, e na qual se trabalha com propósito e reconhecimento mútuo, assumindo o papel de centro de excelência do setor;

Eficiência - Sermos a Empresa de referência na gestão dos recursos disponíveis, pautando-nos pelo rigor, capacidade de prestar contas de forma transparente e ágil, dando cumprimento à missão de forma sustentável

Eficácia - Distinguirmo-nos pela capacidade de planeamento e implementação de projetos e ações de forma ágil e eficaz;

Propósito - Cada colaborador desempenha as suas funções com o propósito, o alinhamento com os valores e a ética que torna a Águas do Tejo Atlântico uma Empresa maior;

Resiliência - Sermos a Empresa que todos os dias cumpre a missão e prepara um futuro progressivamente mais exigente com a ambição de transmitir um legado visionário de qualidade e fiabilidade;

Digitalização - Sermos a Empresa onde a informação é robusta, acessível e segura, continuamente disponibilizada à organização para gestão da eficiência, aumento da resiliência e promoção de novas atividades;

Parcerias Sustentáveis - A Águas do Tejo Atlântico seja um espaço de fomento à inovação, crescimento de iniciativas de valor acrescentado e de desenvolvimento do setor e do território, evidenciando o seu impacto positivo em termos sociais, económicos, na saúde pública e no ambiente;

Economia circular - A Águas do Tejo Atlântico como centro de competências da economia circular do setor da água em Portugal lidera de forma inovadora o processo transformacional de encontrar um recurso em cada resíduo que produzimos ou a que podemos integrar nas nossas atividades;

Neutralidade Carbónica - A Águas do Tejo Atlântico será a Empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade.



Figura 9 – Visão – Pilares da Estratégia

A estratégia da Águas do Tejo Atlântico foi suportada num plano de ação com 187 ações distribuídas pelos vários pilares que tem vindo a ser executadas e avaliadas de forma periódica, tendo o último balanço ocorrido durante o primeiro semestre de 2025 com base nos resultados atingidos até à data. Decorrente desses balanços periódicos, são projetadas as ações a concluir no horizonte mais próximo, estando as equipas focadas em concluir um vasto conjunto de ações até ao final do presente mandato, período temporal que vincula a estratégia inspirados pelo futuro.

A estratégia de desenvolvimento da Águas do Tejo Atlântico para o triénio é simultaneamente um compromisso e um instrumento de fomento do crescimento da Empresa que abraça a sustentabilidade como propósito. Através de recursos humanos capacitados, eficácia operacional, cultura de propósito, resiliência, digitalização, parcerias sustentáveis, economia circular e neutralidade carbónica, a Empresa irá moldar um futuro mais sustentável.

Avaliação da estratégia

A avaliação preliminar da nossa estratégia “inspirados pelo futuro”, e cujo plano de ação ainda se encontra em fase de desenvolvimento e conclusão (até ao termo do mandato) não pode ser realizada sem uma nota prévia relativa à incerteza e à volatilidade dos cenários de planeamento. Para caracterizar o período em que desenvolvemos um plano de ação, salientamos alguns eventos considerados excecionais e imprevisíveis à data do desenvolvimento da estratégia:

A nível da geopolítica internacional

- Guerra Rússia Ucrânia que se prolongou ao longo dos últimos 3 anos, num processo com impacto na economia, segurança, política energética, movimentação de bens e pessoas na europa, entre outros;
- Guerra Israel Palestina com consequências humanas e na geopolítica inimagináveis;
- Guerra Israel Irão com surgimento da ameaça nuclear, consequências ao nível da geopolítica, política energética e na circulação de bens a nível global;
- Reeleição de Donald Trump (novembro 2024)
 - Reversão de compromissos como o Acordo de Paris;
 - Realinhamento das prioridades geopolíticas com outros países e pressão sobre a NATO, pressionando a forma como a Europa assegura a sua estratégia de segurança;
 - Volatilidade nos mercados internacionais com a imposição das tarifas comerciais;
 - Progressiva preparação dos vários blocos mundiais para uma escalada do conflito militar, com a corrida ao rearmamento dos vários estados, em particular da Europa.
- Ameaças explícitas e concretas a vários estados-membros da NATO com consequente decisão de rearmamento da Europa.

A nível do desenvolvimento tecnológico:

- A Inteligência Artificial acelera automação em setores como direito, medicina e educação;
- A Inteligência Artificial resulta em regulações fragmentadas entre EUA, UE e China;
- Previsão de uma reestruturação de postos de trabalho prevista para a década resultante de novas ferramentas digitais.

Crise climática intensificada:

2024 foi o ano mais quente da história moderna, com eventos extremos imprevisíveis afetando cadeias logísticas, agrícolas e sistemas energéticos, salientando-se:

- Colapso parcial da AMOC (corrente oceânica do Atlântico) com risco de perturbações climáticas profundas na Europa
- Incêndios devastadores na América do Norte e Europa
- Colapsos agrícolas localizados
- Pressão política por ação climática imediata

A nível interno com impacto nas operações da Empresa:

- Mercado de trabalho muito dinâmico e escasso com o alerta de vários setores relativamente à escassez de recursos humanos qualificados para as necessidades existentes;
- Escalada continua dos preços de construção em Portugal, afetando o planeamento de investimentos previstos, em particular com a existência de inúmeros procedimentos de contratação de empreitadas desertos;
- Aumento drástico dos encargos com serviços de transporte e valorização de subprodutos da atividade da Empresa.

Não obstante estes e outros eventos não antecipáveis à data, a implementação da estratégia permitiu a junho de 2025 ter o seguinte estado de implementação:



Figura 10 – Estado de implementação da Estratégia - junho 2025

Os indicadores estratégicos da Empresa para 2025 e para o triénio 2026-2028 são os seguintes:

INDICADORES	FORMULA DE CÁLCULO	Variáveis	unidade	2025		2026		2027		2028	
				variáveis	indicador	variáveis	indicador	variáveis	indicador	variáveis	indicador
Eficiência de Gestão	Eficiência Operacional = [(GV+FSE+GP)/VN]	GV+FSE+GP	%	69 665 201	70%	68 811 512	67%	70 111 966	67%	71 433 202	67%
		Volume Negócios		100 075 659		102 472 856		104 404 772		106 373 603	
Cumprimento das licenças de descarga	Nº de TURH em cumprimento/(Nº Total de TURH+Nº ETAR a operar sem TURH)	Nº de TURH em cumprimento	%	86	86%	91	91%	93	93%	90	94%
		Nº Total de TURH emitido+Nº ETAR a operar sem TURH		100		100		100		96	
Ocorrência de colapsos em saneamento	Nº de colapsos estruturais em Coletores/(Comprimento total de coletores (km)x 100)	Colapsos estruturais em coletores	nº/100 km	10	0,9	10	0,9	10	0,9	10	0,9
		Comprimento total dos coletores		1 138		1 138		1 138		1 138	
% de Volume de ApR exportada e faturada face ao ano anterior	Volume de água reutilizada exportada e faturada do ano n/Volume de água reutilizada exportada e faturada do ano n-1	Volume de água exportada e faturada no ano n	%	700 000	8%	717 500	2,5%	735 438	2,5%	753 456	2,5%
		Volume de água exportada e faturada no ano n-1		650 771		700 000		717 500		735 438	
Autonomia energética (%)	Energia produzida com recursos próprios/Energia consumida (%)	Energia Produzida na TA com recursos endógenos e naturais	%	24 970 126	28,2%	26 520 310	29,0%	28 349 297	31,0%	32 007 270	35,0%
		Energia consumida		88 645 362		91 449 344		91 449 344		91 449 344	

Figura 11 – Indicadores estratégicos da Empresa

Estes indicadores resultam dos instrumentos de gestão de médio prazo, nomeadamente EVEF e Contrato de concessão, ou de políticas setoriais que incluem a AdTA, que virão a ser complementados para o mandato 2026/2028 com as orientações e objetivos do mandato. Por essa razão, não se apresenta neste documento um maior detalhe desses objetivos tendo presente o ciclo que se reinicia em 2026.

3. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

As ambições da Águas do Tejo Atlântico expressas no capítulo anterior e monitorizadas através dos indicadores e métricas apresentadas, são materializadas em investimentos e gastos planeados para o triénio, com vista à concretização dos objetivos para os quais está mandatada e que se estenderão para o triénio seguinte.

O instrumento de planeamento PAO26 inclui a sistematização, planeamento e justificação das atividades que concretizam a estratégia apresentada na secção anterior, e que permitem atingir os objetivos aí estabelecidos.

Apesar da Empresa ter obtido despacho conjunto de aprovação sobre o PAO para o ano de 2025, por parte dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do Tesouro e do Ambiente e da Energia, no final de 2024, houve um conjunto de gastos que não foram possíveis concretizar no primeiro semestre de 2025, e que, pelas vicissitudes associadas aos processos de contratação de bens e serviços, não se estima possível para a AdTA a recuperação no segundo semestre do total que havia planeado para 2025. Deste modo, o presente documento, concretamente para o ano de 2026, reitera um conjunto de gastos já identificados no passado, nomeadamente os relacionados com contratação de recursos humanos, que apesar de contratados no decorrer de 2025, uma vez que todos os processos de recrutamento aprovados em sede de PAO se encontram em curso, o maior impacte se verifica em 2026, e com gastos operacionais não diretamente variáveis com o volume de atividade, mas sim devido a carências nas áreas da operação e manutenção, segurança e digitalização, imprescindíveis para o desempenho da missão que lhe está acometida.

3.1. ATIVIDADE EM 2024

Durante o ano de 2024, a Empresa prosseguiu o que havia estabelecido, de acordo com a estratégia “Inspirados pelo Futuro”, organizadas em 9 pilares estratégicos e incluem, valorização dos recursos humanos e competências essenciais às operações, eficácia, eficiência e segurança das pessoas, ativos e operações, resiliência, digitalização, utilização sustentável dos recursos (reutilização de água, biolamas e produção de energia verde), e neutralidade carbónica.



Figura 12 – Edifício estratégico Inspirados pelo Futuro

Tendo presente que a estratégia foi desenvolvida e apresentada durante o segundo semestre de 2023, o ano de 2024 foi efetivamente o ano de plena implementação da estratégia e em particular das ações prioritizadas. Assim, em 2024, a organização investiu na implementação desta estratégia, havendo, no caso de ações com impacto mais imediato, um conjunto de indicadores que já evidenciavam a evolução no sentido que se pretendia.

Ao nível da implementação da estratégia, a monitorização do plano de ação pode ser resumida conforme figura infra:

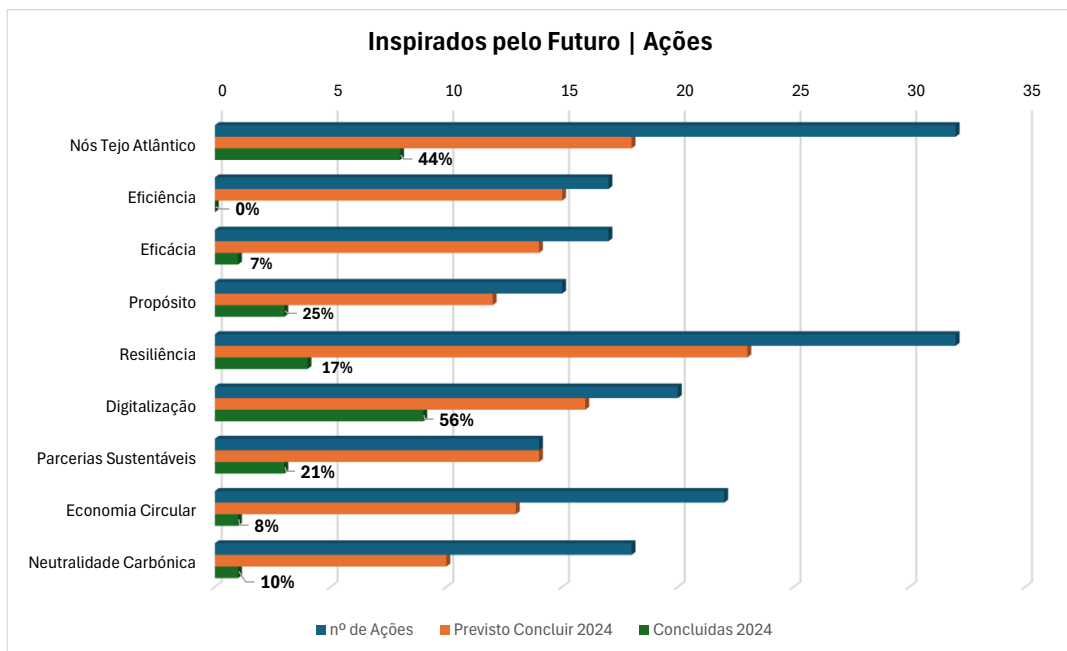


Figura 13 – Balanço do plano de ação da estratégia Inspirados pelo Futuro (dezembro 2024)

As implementações progressivas de um conjunto de ações previstas na estratégia permitia identificar tendências de melhoria em vários pilares estratégicos, sendo resumidos pelos indicadores de monitorização (resultados a dezembro de 2024) que podem ser consultados no link: [Indicadores Estratégia 2024.pdf](#)

Em complemento aos indicadores acima constatados, salientam-se alguns dos factos marcantes da atividade da Empresa ao longo de 2024:

- Ao nível da atividade, este foi o período com maior volume de água residual tratado desde o início de atividade da Empresa, resultado de um ano de intensa pluviosidade, tendo-se encerrado o ano com um volume de águas residuais tratadas de 217,8 Mm³, ou seja, um aumento de 10% face ao ano anterior e 15,3% face à média dos anos 20/22;
- Quanto aos investimentos, e para fazer face a uma subexecução do planeamento realizado ao longo dos últimos anos, foi implementada uma mudança organizacional e de monitorização dos investimentos, permitindo em 2024 proceder ao lançamento do maior volume de empreitadas e trabalhos conexos desde a origem da Empresa, situação de que se espera resultar em idêntico incremento de execução de investimentos ao longo dos próximos anos;
- Adjudicação de uma prestação de serviços de assessoria técnica à área de investimentos que permitirá fazer face ao excecional período de investimento planeado para o triénio 2025/2027;
- Simultaneamente, e para melhor aferição dos processos de investimento de substituição, em 2024 iniciou-se a estruturação e implementação de um sólido programa de avaliação funcional (em linha com a metodologia recentemente definida pela ERSAR) de infraestruturas lineares e pontuais que terá continuidade em 2025;
- A implementação de diversas medidas de otimização de consumo e aumento de produção de energia, sobretudo de biogás, permitiram em 2024 atingir a marca histórica de 25,2% de autonomia energética;
- Lançamento de concurso para empreitada de Conceção-construção de instalações fotovoltaicas (17 instalações), essenciais ao atingimento dos objetivos de neutralidade energética e preparação do concurso para a implementação da hidrólise térmica de lamas em Frielas, duas obras essenciais para aumentar a autonomia energética da Empresa;
- Continuação da implementação do sistema de telegestão - fase I da AdTA, com uma execução física da empreitada a atingir os 40% no fim de 2024 e que será concluída em 2025 com o expectável impacto na eficiência das operações;
- Ao nível operacional, procedeu-se à reorganização de centros operacionais e turnos de técnicos operativos com vista ao aumento de sinergias entre diversos polos, antecipando a entrada em funcionamento da Telegestão fase I;
- Ao nível do propósito, lançamento da campanha de comunicação “a nossa água”, presença em diversos fóruns internacionais com distinção de projetos diversos (WEX Global, Congresso Mundial da Água);

- Início do programa NextGen com a ambição de promover uma renovação de quadros da Águas do Tejo Atlântico, que inclui diversos programas como teses de mestrado, estágios, embaixadores da Juventude, entre outros.
- Ao nível da circularidade, assinatura do contrato e início do fornecimento de ApR para rega de campo de golf do West Cliff e regularização contratual do fornecimento de ApR a partir da FA de Beirolas e desenvolvimento de um conjunto de outros projetos e iniciativas que permitiram aumentar em mais de 20% o volume de ApR fornecido para o exterior da Empresa;
- Deu-se início a um processo de reengenharia de processos na Empresa, com vista a aumentar a sua eficiência e eficácia;
- Ao nível da eficiência das operações, salienta-se também a continua diminuição de consumo de água, quer reutilizada quer água potável em processos internos;
- Ao nível da transformação digital, implementação de diversas ferramentas digitais que permitem um aumento da eficiência e resiliência dos processos empresariais, início de uma prestação de serviços de mapeamento de fluxos de dados no seio da organização que constitui a base para o processo de Telegestão fase III com o qual pretendemos disponibilizar de forma segura informação a toda a organização.

3.2. ANO DE 2025 E PRIORIDADES DE 2026

Ano 2025

Durante o primeiro semestre de 2025, a Empresa prosseguiu a implementação de um conjunto de ações que havia estabelecido, de acordo com a estratégia “Inspirados pelo Futuro”, organizadas em 9 pilares estratégicos que incluem, valorização dos recursos humanos e competências essenciais às operações, eficácia, eficiência e segurança das pessoas, ativos e operações, resiliência, digitalização, utilização sustentável dos recursos (reutilização de água, biolamas e produção de energia verde), e neutralidade carbónica. Nessa linha, no ano de 2025 pretende-se concluir aqueles processos e projetos de curto prazo (inferiores a 2 anos, tendo presente que o primeiro ano de implementação da estratégia foi o ano 2024) e simultaneamente continuar a implementar os processos e projetos de longo prazo no sentido de garantir uma continuidade no esforço para os anos 2026, 2027 e 2028.

Ao nível da implementação da estratégia, a monitorização a junho de 2025 apresentava os seguintes resultados:



Figura 14 – Monitorização da Estratégia a junho 2025

As implementações progressivas de um conjunto de ações previstas na estratégia permitem identificar tendências de melhoria em vários pilares estratégicos, sendo resumidos pelos indicadores de monitorização (evolução até junho 2025) que se apresentam no seguinte quadro:

OBJECTIVOS		MÉTRICA	Objetivo 2023	Resultado 2023	Objetivo 2024	Resultado 2024	Objetivo 2025	Resultado junho 2025	
Nós Tejo Atlântico	ID1	Diminuir Número de Acidentes	Número de Acidentes reportados às seguradoras face a 2022	-30%	100,00%	-30%	61%	-30%	-46,43%
	ID2	Valorização e Distinção de Performance	Iniciativas concluídas de valorização e distinção de performance	-	-	-	34	-	10
	ID3	Programa Mentoring	Número de programas de mentoria concluídos no ano	-	-	15	3	15	0
	ID4	Formação de Valor Acrescentado	Número de horas de formação por colaborador	40	35,60	45	30,35	45	17,14
	ID5	Rotação de Trabalhadores	Número saída de rescisões de contrato de trabalho	-	18	-	21	-	5
Eficiência	ID6	Custo de Prestação do Serviço	Custos Diretos de Tratamento/Volume tratado	0,3	0,29	0,28	0,28	0,26	0,23
	ID7	Consumo Específico de Energia	Consumo de energia (kWh/volume tratado)	0,46	0,443	0,45	0,41	0,44	0,36
	ID8	Agilidade na Contratação	Tempo médio de contratação desde a decisão de contratar até à assinatura do contrato.	200	177	190	304	180	191
Eficiência	ID9	Cumprimento Legal e Operacional	Número de instalações em incumprimentos de TURH + Número de FA a operar sem TURH válido	13	16	6	18	0	14
	ID10	Plano de Investimentos	Taxa de execução do plano de investimentos previsto em PAO	90%	37%	90%	50%	90%	19%
	ID11	Plano de Manutenção Preventiva	Taxa de execução do plano de manutenção preventiva	90%	79%	90%	65%	90%	62%
	ID12	Número de Contributos para a Gestão do Conhecimento	Número de iniciativas de transmissão de conhecimento	-	-	-	27	-	24
Propósito	ID13	Integração de Novos Trabalhadores	% de trabalhadores integrado ao Abrigo do programa "Acolher"	-	-	50%	100%	100%	96%
	ID14	Formação Inter-Direções On-Job	Número de trabalhadores com programas de formação interdireções concluídos	-	-	-	280	-	276
	ID15	Disseminação do Propósito	Visitantes às infraestruturas no âmbito da educação ambiental	800	4178	800	4043	800	1896
Resiliência	ID16	Continuidade do Serviço	Número de interrupções de serviços não programadas	450	439	350	494	300	315
	ID17	Colapso de Colectores	Número de colapsos de colectores/100 km de rede	1	0,7	1	1,4	0,9	0,4
	ID18	Aptidão Funcional	Infraestruturas com Avaliação Funcional acumulado a 5 anos, no ano	8,50%	0,50%	17,00%	13,00%	25,50%	18,11%
	ID19	Índice de Funcionalidade, Disponibilidade e Estado	Avaliar o Funcionamento, a disponibilidade e o estados das infraestruturas da Tejo Atlântico	-	-	-	-	-	n/a
Digitalização	ID20	Conhecimento dos Ativos	Índice de conhecimento infraestrutural	63%	81%	73%	82%	83%	81%
	ID21	Integração de Dados	Número de processos integrados ou transformados digitalmente	0	1	2	18	4	6
	ID22	Incidentes com Exfiltração de Dados ou Informação	nº de incidentes com a extrafiltração comprovada de dados ou informação.	1	1	0	0	0	0
	ID23	Telegestão - Operação Remota	Nº de instalações com telegestão que permite a operação remota.	-	-	60%	15,0%	90%	33,2%
Parcerias Sustentáveis	ID24	Educação Ambiental	Nº de Visitas e Visitantes	800	4178	800	4056	800	1948
	ID25	Impacto da Marca Tejo Atlântico	Medição do Goodwill da Marca Tejo Atlântico	4,3	4,25	4,4	4,2	4,5	4,2
	ID26	Propriedade Intelectual e Industrial	Número de Marcas Registadas e patentes	5	7	7	7	9	7
	ID27	Inovação Sustentável	Financiamento angariado em procedimentos competitivos/Investimento em Inovação (%)	35%	-	40%	40,0%	45%	34,9%
	ID28	Colaboração com Entidades Externas	N.º Protocolos Assinados	-	-	-	15	-	10
Economia Circular	ID29	Autonomia no Uso de Energia	Energia produzida internamente/Energia consumida	23,40%	23,7%	24,60%	25,1%	28,20%	21,4%
	ID30	Autonomia no Uso da Água	Água produzida internamente (água+)/Água total consumida (todas as origens de água)	92%	93,9%	93%	93,0%	94%	92,6%
	ID31	Reutilização Água Total	Água+ total/Volume de AR Tratado	1,70%	1,60%	2,00%	1,38%	2,50%	1,19%
	ID32	Custo Específico com a Gestão de Subprodutos	Encargo/Proveito específico com a gestão de subprodutos (€/m³)	0,04	0,042	0,039	0,040	0,038	0,034
	ID33	Valorização de Subprodutos Externos	Receção e valorização de subprodutos externos (ton/ano)	-	-	-	-	-	n/a
Neutralidade Carbonica	ID34	Redução Intensidade Energética Operações	Consumo energético específico no tratamento AR (kWh/m³) efluente tratado	0,460	0,365	0,450	0,41	0,440	0,36
	ID35	Produção de Energia de Fontes Renováveis	Produção de energia anual (GWh/ano)	-	21	21,60	22,29	24,97	9,49
	ID36	Pegada Carbónica	Pegada Carbónica AdP (kg CO2e/m³ água tratada)	0,493	-	0,493	-	0,493	-

Figura 15 – Monitorização de Objetivos a 2023 a junho 2025 (evolução)

Em complemento aos indicadores acima constatados, salientam-se alguns dos factos marcantes da atividade dos primeiros 6 meses de atividade da Empresa:

- **Ao nível da atividade**, atingimos um volume de água residual tratada de 123,9 Mm3 e perspetiva-se que este ano supere o ano anterior, prevendo-se o período com maior volume de água residual tratado desde o início de atividade da Empresa, resultado de um ano de intensa pluviosidade, antecipando-se encerrar o ano com um volume de águas residuais tratadas de cerca de 220 Mm3. Ainda que na dimensão das atividades complementares, prevemos que em 2025, e num ano de intensa pluviosidade, ultrapassemos os valores históricos de fornecimento de ApR para usos externos desde o início da atividade da Empresa;
- **Ao nível dos investimentos**, e para fazer face a uma subexecução do planeamento realizado ao longo dos últimos anos, foi implementada uma mudança organizacional e de monitorização dos investimentos no passado ano, com resultados bem evidentes no ano de 2025, sendo que no primeiro semestre do ano, o volume de investimento em fase de concurso ou já contratado supera largamente o volume de investimento ao longo de todo o ano de 2024;

- Adjudicação de concurso para empreitada de Conceção construção de instalações fotovoltaicas (17 instalações), essencial ao atingimento dos objetivos de neutralidade energética;
- Continuação da implementação do sistema de telegestão - fase I da AdTA, com uma execução física da empreitada a atingir os 64% no primeiro semestre;
- Preparação de diversos procedimentos de contratação de reabilitação de grandes infraestruturas que serão publicados ainda durante o segundo semestre de 2025;
- **Ao nível da manutenção e gestão de ativos**, reorganizamos a Direção de Manutenção ao nível da gestão dos processos transversais, modificação que irá acelerar a capacidade da Empresa nos procedimentos de contratação e consequentemente na execução do seu plano de manutenção;
- Ainda ao nível da manutenção, foi adjudicado um procedimento de contratação com vista à manutenção corretiva do edificado do sistema e outro procedimento específico de manutenção preventiva de construção civil para infraestruturas, que prevê a elaboração de planos de manutenção preventiva específica para o edificado. Foram criadas condições físicas para um melhor armazenamento e acondicionamento do armazém de materiais de manutenção, essenciais num contexto em que as cadeias logísticas se tornam mais complexas e morosas;
- Adjudicação e início dos trabalhos de inspeção do Intercetor da Costa do Estoril, o maior ativo desta natureza a nível nacional;
- Continuação de um vasto plano de inspeções de avaliação funcional das infraestruturas do sistema, em linha com os objetivos impostos pela ERSAR já durante o primeiro semestre de 2025;
- Desenvolvimento de projetos abrangidos por parcerias estabelecidas com os municípios utilizadores do sistema sob gestão que visam, aquando da implementação das intervenções, a melhoria do controlo e da afluência de caudais indevidos ao sistema da AdTA com as inerentes melhorias que daí advirão para a exploração do sistema por parte da Empresa;
- Na vertente das interfaces dos ativos sob gestão da AdTA com outros ativos e intervenções na potencialmente conflitantes, reforçámos o processo de licenciamentos que tem sido crucial na relação entre a AdTA e as demais entidades que interagem com o sistema em alta sob exploração no âmbito de pedidos de cadastro, de ligação, de interferência e/ou licenciamento;
- **Ao nível operacional**, procedeu-se à reorganização de centros operacionais e turnos de técnicos operativos com vista ao aumento de sinergias entre diversos polos;
- Continuidade do programa NextGen com a ambição de promover uma renovação de quadros da Águas do Tejo Atlântico, que inclui diversos programas como teses de mestrado, estágios, embaixadores da Juventude, entre outros;
- **Ao nível da circularidade**, manutenção do fornecimento de ApR para rega do Campo de golf do West Cliff, e do Parque das Nações Norte a partir da FA de Beirolas, à Câmara Municipal de Lisboa. Após a aprovação de minuta de contrato, foi adjudicada a empreitada da condução de adução de ApR

para o novo estádio de Loures e outros espaços verdes no Infantado, bem como o desenvolvimento do estudo da conduta de adução e reservatório para o Parque Verde Ribeirinho de Loures. Estão também em desenvolvimento um conjunto de outros projetos e iniciativas, já com a assinatura de Protocolos de Entendimento com 5 municípios da área de concessão da Águas do Tejo Atlântico (Alenquer, Lourinhã, Cascais, Torres Vedras e Óbidos), identificando utilizações e clientes, que necessitam de uma água compatível com ApR, para se efetuar os estudos de viabilidade técnica, e económico-financeira para a definição dos projetos de construção de redes de adução, de produção nas FA do volume de ApR contratualizado, e da tarifa de fornecimento. Também estamos a acompanhar a possibilidade de reutilização de água em indústrias de produção de hidrogénio, na nossa área de concessão. Estes projetos vão permitir um aumento consistente do volume de ApR fornecido para o exterior da Empresa;

- **Ao nível da transformação digital**, conceberam-se, desenvolveram-se e implementaram-se diversas ferramentas digitais que permitem um aumento da eficiência e resiliência dos processos empresariais. Ainda nesta dimensão, a Empresa tem realizado um esforço considerável na organização, gestão e disponibilização da informação resultante da imensidão de dados operacionais que gera, estando em desenvolvimento um datawarehouse para consumo interno e externo, trazendo mais coerência e eficácia à disponibilização de informação;
- **Ao nível da neutralidade carbónica e energética**, prosseguiu-se a otimização de processos com vista à produção de energia com recursos próprios equivalente a 21,3% do total de energia consumida no primeiro semestre. Ainda neste pilar, durante o primeiro semestre de 2025 foram integradas no ativo da Empresa 10 unidades de microprodução de energia eléctrica a partir de tecnologia fotovoltaica.

kWh	1ºS 2025	1ºS 2024	1ºS 2023	1ºS 2022	1ºS 2021	1ºS 2020	Δ% 2024	Δ% 2023	Δ% 2022	Δ% 2021	Δ% 2020
Energia Comprada à RESP	35 258 908	34 460 109	33 753 140	34 132 580	36 710 093	35 965 044	2,3%	4,5%	3,3%	-4,0%	-2,0%
Solar fotovoltaico venda à RESP	154	9 586	12 431	15 866	18 171	18 427	-98,4%	-98,8%	-99,0%	-99,2%	-99,2%
Solar fotovoltaico autoconsumo	289 170	309 921	186 700	94 696	0	0	-6,7%	54,9%	205,4%		
Biogás venda à RESP	177 334	275 929	136 915	211 709	235 763	196 987	-35,7%	29,5%	-16,2%	-24,8%	-10,0%
Biogás autoconsumo	9 023 491	10 012 618	9 598 999	9 329 517	7 971 870	7 510 414	-9,9%	-6,0%	-3,3%	13,2%	20,1%
Neutralidade (%)	21,29%	23,68%	22,82%	22,16%	18,41%	17,77%	-10,1%	-6,7%	-3,9%	15,7%	19,8%

Figura 16 – Mix energético

	1ºS 2025	1ºS 2024	1ºS 2023	1ºS 2022	1ºS 2021	1ºS 2020	Δ% 2024	Δ% 2023	Δ% 2022	Δ% 2021	Δ% 2020
Consumo energia (kWh)	31 706 421	32 055 188	32 417 457	32 992 844	33 146 036	32 547 228	-1,1%	-2,2%	-3,9%	-4,3%	-2,6%
Caudal tratado (m3)	123 900 376	123 190 137	99 608 280	92 708 973	101 240 128	102 978 639	0,6%	24,4%	33,6%	22,4%	20,3%
Consumo específico (kWh/m3)	0,256	0,260	0,325	0,356	0,327	0,316	-1,7%	-21,4%	-28,1%	-21,8%	-19,0%

Figura 17 – Consumo específico

Prioridades para o segundo semestre de 2025 e ano 2026

Na realização dos Planos de Atividades e Orçamento, a Águas do Tejo Atlântico tem feito por cumprir a Lei de Orçamento do Estado e o Decreto-Lei de Execução Orçamental, tendo sempre em linha de conta, por um lado os objetivos setoriais e empresariais e, por outro, os constrangimentos e os limites impostos. Nesse sentido, tem sido refletido o esforço na otimização dos processos com vista à redução dos consumos de energia, de reagentes, combustíveis e na melhoria do processo de produção de lamas, metas nem sempre fáceis de alcançar quando convertidas em gastos, por força das condições de mercado.

Nas Demonstrações Financeiras para 2026 e anos seguintes, estão refletidos os gastos que se esperam necessários incorrer para a realização destes objetivos, gastos esses que previstos no Estudo de Viabilidade e Económica e Financeira da Empresa, que faz parte integrante do Contrato de Concessão.

Do ponto de vista das atividades que se consideram mais relevantes para o segundo semestre de 2025 e para o ano de 2026, salientam-se:

- **Ao nível da atividade**, conforme referido estima-se encerrar o ano com um volume de águas residuais tratadas de cerca de 220 Mm³. No que respeita à previsão para 2026, sendo um exercício sempre difícil devido à ainda forte dependência dos valores de pluviosidade no ano, impossíveis de estimar, baseamos a nossa previsão de atividade e custos associados num valor de 210 Mm³. Importa ainda salientar que no ano de 2026 será integrado no ativo da Empresa um conjunto de novas infraestruturas que atualmente se encontram em construção e que constituem a interface da atividade da AdTA com o plano geral de drenagem de Lisboa, que significa um aumento da responsabilidade e de atividade da Empresa;
- **Do ponto de vista de investimentos**, iremos no segundo semestre de 2025 e em 2026 proceder à adjudicação de vários concursos de empreitadas de dimensão muito relevante com vista a reabilitar e adaptar as maiores instalações de tratamento, com destaque para a ETAR de Santa Cruz, Ericeira e a empreitada de conceção construção da hidrólise térmica de Frielas, com o preço base de 24 M€, que dotará a AdTA de uma capacidade acrescida de produção de energia renovável face ao atual e de uma diminuição significativa de encargos com lamas (ambos os efeitos apenas visíveis com a conclusão da empreitada em 2027);
- Conclusão das empreitadas conceção construção de instalações fotovoltaicas (17 instalações), conduzindo a um acréscimo de capacidade de produção energia elétrica de 5 GWh/ano, reabilitação da ETAR de Arruda dos Vinhos, ETAR do Carvalhal, ETAR da Encarnação, Emissários da Foz do Lizandro, entre outras;
- Adjudicação de um vasto conjunto de concursos de Empreitadas de reabilitação de diversas infraestruturas de tratamento que atualmente se encontram em incumprimento do seu TURH ou que apresenta condições de debilidade estrutural;

- Adjudicação de vários concursos específicos para melhorar a ventilação e desodorização de várias instalações da Águas do Tejo Atlântico;
- Lançamento do concurso de reabilitação da ETAR da Guia, infraestrutura crítica do sistema que apresenta patologias diversas desde a sua conceção;
- Desenvolvimento do projeto de execução para a centralização do laboratório da AdTA na ETAR de Frielas bem como o replaneamento dos espaços de trabalho na Empresa, baseados num conceito de funcionamento descentralizado;
- **Ao nível da manutenção e gestão de ativos**, importa salientar o significativo espaço de melhoria nesta área, que se irá concretizar com várias medidas, salientando-se o arranque de novo contrato para manutenção da zona norte do sistema da AdTA, a implementação da metodologia RCM para aumentar os níveis de manutenção preventiva, com um novo contrato que permite a elaboração dos planos de manutenção preventiva em falta, a consolidação dos processos de planeamento e aprovisionamento com reorganização do espaço de armazém físico da Empresa, entre outros;
- Continuação do plano de inspeções de avaliação funcional de infraestrutura, permitindo à Empresa uma sistematização e priorização das necessidades de intervenção nas suas infraestruturas, privilegiando as ações de manutenção preventiva em detrimento da corretiva e evitando necessidades de avultados investimentos de substituição no final do ciclo de vida dos seus ativos. A Gestão de ativos na AdTA sofreu uma significativa melhoria em termos da estruturação da sua missão, interação com as demais áreas, definição de processos e metodologias que importa verter na revisão do sistema de gestão de ativos, que será realizada no final de 2025 e início de 2026;
- **Do ponto de vista operacional**, o arranque da operação da Fase I permitirá dotar a AdTA de uma agilidade e capacidade de reação a evento imprevistos muito considerável. Para esse objetivo, é também primordial a implementação de equipas de Prevenção da Operação, em articulação com as equipas de painel da Telegestão, para a resolução de situações em horários em que as instalações não têm turnos fixos;
- Otimização do controlo analítico, resultado da revisão do plano do controlo analítico, incidindo o controlo nos parâmetros essenciais, em detrimento dos não essenciais, e ajustando frequências de monitorização, promovendo maior eficiência sem comprometer a qualidade do controlo;
- Substituição gradual dos ensaios clássicos por micrométodos representando uma aposta estratégica na modernização e sustentabilidade dos processos laboratoriais, designadamente, maior segurança para os técnicos, rapidez de execução, menor consumo de recursos e menor impacto ambiental, sem prejuízo de um aumento do consumo de reagentes preparados específicos para esses ensaios;
- **Do ponto de vista de circularidade**, dar continuidade ao protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa referente à implementação do PERAL 2.0, projeto que visa a utilização de água

não potável em diversos usos municipais, assim como desenvolver os estudos previstos nos Protocolos de Entendimento já assinados;

- A redução da pegada carbónica é um objetivo global, com forte expressão na estratégia nacional e da AdTA pelo que iremos desenvolver diversos projetos na persecução de sermos a entidade gestora de saneamento em Portugal com a mais baixa pegada carbónica por volume de atividade;
- **Do ponto de vista organizacional**, a AdTA após conclusão da 1ª fase de revisão de alguns dos seus processos de gestão baseada numa metodologia LEAN, com o objetivo de tornar a organização mais ágil, resiliente e eficiente, iniciará em 2026 a 2ª fase;
- Ao nível da gestão do processo de compras, está em fase de conclusão o desenvolvimento da nova ferramenta “Datalink”, que permitirá automatizar etapas do processo de contratação pública e de gestão de contratos, agilizando as compras públicas da Águas do Tejo Atlântico;
- **Ao nível do propósito**, reforço de medidas em matéria de segurança no trabalho, designadamente, plano de estratégico de segurança para 2025, e o plano de prevenção de riscos profissionais;
- Lançamento do Living Lab no qual pretendemos continuar a inovar de forma mais aberta, colaborativa e focada nos grandes desafios sociais e empresariais;
- Irá ser concluído e publicado o novo portal interno da AdTA bem como o site institucional da Empresa, que virão substituir ferramentas muito antigas e desatualizadas do ponto de vista tecnológico e de instrumentos comunicação;
- Iremos continuar os nossos esforços de consolidação de uma cultura de empresa, essencial numa organização com cerca de 500 trabalhadores e num contexto em que a rotatividade de trabalhadores é significativa;
- **Do ponto de vista de resiliência**, prevê-se a conclusão do projeto AgIR e consequente resolução de um conjunto de descargas industriais indevidas com impacto na qualidade do serviço;
- Reforço da segurança física das infraestruturas, bem como a implementação de medidas de deteção de segurança física a fim de prevenir, bem como mitigar, eventuais ocorrências;
- Realização de auditoria e implementação de um modelo de gestão dos ativos digitais compatíveis com a nova diretiva comunitária NIS2 relativa à cibersegurança dos vários estados-membro.

4. RECURSOS HUMANOS

4.1. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal apresentam-se do seguinte modo:

Gastos com o pessoal	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028	variação %
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	2026 vs 2025
Remunerações com Órgãos Sociais	364 760	388 123	396 463	404 868	413 273	2%
Remuneração do pessoal	11 924 867	13 063 820	15 360 316	16 366 800	17 397 097	18%
Provisão p/ Pensões	585 558	0	0	0	0	-
Encargos sociais sobre remunerações	2 740 475	2 955 625	3 463 845	3 708 760	3 953 494	17%
Seguro de acidentes de trabalho	103 517	123 821	134 931	143 774	152 834	9%
Seguro de saúde e de vida	866 267	834 295	910 946	915 881	921 990	9%
Formação	197 877	575 476	759 540	775 005	783 538	32%
Fardamento	145 731	158 299	189 529	192 212	191 676	20%
Indemnizações/ rescisões	11 500	0	0	0	0	0%
Proteção e Segurança	72 166	114 769	174 890	178 671	182 272	0%
Outros gastos com pessoal	173 915	247 584	171 791	175 276	177 198	-31%
Subsídios à exploração	(80 005)	(57 872)	(155 743)	(155 743)	(155 743)	169%
Trabalhos para a própria empresa	(1 009 127)	(1 049 950)	(1 148 736)	(1 148 736)	(1 148 736)	9%
Total de gastos com pessoal	16 097 500	17 353 990	20 257 770	21 556 767	22 868 892	17%
Total sem TPPE e subsídios à exploração	17 186 632	18 461 812	21 562 249	22 861 246	24 173 372	17%

Figura 18 - Gastos com Pessoal

O valor de trabalhos para a própria Empresa, respeita à capitalização de gastos com o pessoal dos colaboradores diretamente afetos à área de investimento, ou seja, às áreas de Engenharia, Estudos e Projetos e Gestão de Ativos.

Decorrente das atividades de investigação e desenvolvimento, em que a Águas do Tejo Atlântico tem vindo fortemente a apostar nos últimos anos, têm sido atribuídos, em ambiente competitivo (candidaturas a financiamento), vários subsídios que permitem neutralizar parte dos gastos incorridos, quer com o pessoal, quer com FSE's diretamente envolvidos nesses projetos de IDI. Por esse motivo, a Empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras o impacte do reconhecimento desses mesmos subsídios mediante a diminuição de gastos.

A Empresa apresenta seguidamente o quadro dos gastos com o pessoal sem a dedução do valor de capitalizações e do valor de subsídios à exploração (subsídios normalmente atribuídos a projetos na área de investigação e desenvolvimento) diretamente relacionados com gastos com pessoal, conforme figura 18, não correspondendo, portanto, esse valor ao apresentado na demonstração de resultados.

Pessoal	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	EF	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	424	473	473	484	490	496	11	2%
Nº de membros dos órgãos sociais	10	10	10	10	10	10	0	0%
Nº de membros cargos de direção	8	8	8	8	8	8	0	0%
Nº dos restantes trabalhadores	406	455	455	466	472	478	11	2%
Gastos totais com pessoal*	-17 186 633	-20 250 474	-18 461 812	-21 562 249	-22 861 246	-24 173 372	-3 100 438	-17%
Gastos com órgãos sociais**	-467 476	-375 524	-482 345	-493 986	-504 254	-514 522	-11 641	-2%
Gastos com cargos de direção	-707 626	-679 459	-788 391	-795 967	-795 967	-795 967	-7 576	-1%
Remuneração do pessoal	-11 336 930	-13 521 741	-12 419 685	-14 708 707	-15 715 191	-16 745 487	-2 289 022	-18%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	0%
Ajudas de custo	-11 112	-10 000	-12 000	-12 000	-12 000	-12 000	0	0%
Rescisões / Indemnizações	-11 500	0	0	0	0	0	0	0%
Restantes encargos	-4 651 988	-5 663 749	-4 759 391	-5 551 589	-5 833 835	-6 105 395	-792 199	-17%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2025 (Δ)		-1 399 193		-865 272			-865 272	
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes		-146 353		-340 948			-340 948	
(iii) Cumprimento de disposições legais		-1 013 931		-1 185 668	-1 143 870	-1 216 385	-1 185 668	
(iv) Orientações expressas do acionista Estado								
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias								
(vi) Outras valorizações remuneratórias				-161 207	-210	0	-161 207	
(vii) Rescisões por mútuo acordo								
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	467 476	375 524	482 345	493 986	504 254	514 522	11 641	2%
(-) Cumprimento de disposições legais		1 013 931		1 185 668	1 143 870	1 216 385		
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias								
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo								
(+) Absentismo		204 293		282 713			282 713	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	-16 719 157	-18 656 726	-17 979 467	-19 599 882	-21 213 122	-22 442 465	-1 620 416	-9%
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio (comparabilidade)	-16 719 157	-17 111 180	-17 979 467	-18 232 455	-21 212 912	-22 442 465	-252 988	-1,4%
* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social								
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.								
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	68%	72%	69%	75%	74%	75%	0	8,6%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	4%	4%	4%	4%	4%	4%	0	-7,4%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	3%	2%	3%	3%	2%	2%	0	-6,1%

Figura 19 - Gastos com Pessoal (sem o desconto de capitalização de gastos e subsídios à exploração) e número de colaboradores

O detalhe dos valores referentes a “Cumprimento de disposições legais” decompõem-se conforme se apresenta:

Pessoal	2026	2027	2028
	Previsão	Previsão	Previsão
(iii) Cumprimento de disposições legais:	1 185 668	1 143 870	1 216 385
- Valorizações Remuneratórias	975 377	1 143 870	1 216 385
- Reclassificações cláusula 21.ª do ACT	151 205	0	0
- Aumento Seguro Saúde	59 086	0	0
(vi) Outras valorizações remuneratórias	161 207	210	0
- Promoções	35 016	210	0
- Novos subsídios de IHT	52 967	0	0
- Novos subsídios de Comissão de Serviço	73 224		

Figura 20 - Detalhe de “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias”

O número de Órgãos Sociais inclui 3 Administradores Executivos, remunerados, 4 Administradores Não Executivos e 3 membros do Conselho Fiscal. É de referir que, apesar de 2 dos Administradores não

Executivos, enquanto representantes da AdP-SGPS, S.A., não serem remunerados, o valor é pago pela Águas do Tejo Atlântico a essa Entidade.

O acréscimo de gastos com pessoal em 2026, face a 2025, e tal como demonstrado no quadro anterior, é justificado por gastos decorrentes de obrigações legais, para as quais se pede autorização no presente documento, e das contratações aprovadas nos PAO 2023, 2024 e 2025, cujo maior impacto dos gastos se verifica no exercício de 2026. Contudo, para além desses fatores, e à semelhança do absentismo, não podem ser descurados outros efeitos, nomeadamente o das datas de admissão e de saídas de trabalhadores, que faz com que o cômputo de gastos em determinado ano não reflita um exercício económico, e, por isso, não são diretamente comparáveis com os do ano anterior, onde esses efeitos não se verificam. Como se pode verificar, mais à frente no presente documento, na figura 23, a Empresa prevê no 2º semestre de 2025 a admissão de 18 trabalhadores que saíram ao longo de 2024 e 2025, assim como considerou o gasto para o regresso à Empresa de outros 3.

Importa salientar que todos os procedimentos de recrutamento previamente aprovados nos termos do parágrafo anterior se encontram em curso. Contudo, a dinâmica do mercado, associada às condições de trabalho no Grupo AdP (regulado através do Acordo Coletivo de Trabalho) têm dificultado a angariação de profissionais com a qualidade desejada, situação que implica atrasos nos processos de recrutamento em curso.

Pelo exposto o reflexo dos gastos dessas novas contratações de pessoal tem maior relevância no exercício económico de 2026, tal como referido.

A figura seguinte (figura 21) permite ter a perceção e impacte desses efeitos quando comparado o ano de 2026 com o de 2025.

A variação dos gastos com pessoal de 2025 para 2026 decompõe-se do seguinte modo:

Gastos com pessoal (DR) EF 2025	17 353 990
Varição nos gastos com Órgãos Sociais	11 641
Efeito das entradas 2º S 2025 de trabalhadores para suprir saídas e regresso de	485 837
Efeito das entradas 2º S 2025 de trabalhadores de aprovações PAO's 2023, 202	379 435
Efeito das entradas de propostas de PAO26	340 948
Efeito da anulação de absentismo do 1ºS 2025	282 713
Progressão Salarial – Anexo III ACT	30 954
Valorizações Salariais	944 422
Reclassificações Cláusula 21ª do ACT	151 205
Promoções	35 016
Novos IHT	52 967
Novas Comissões de Serviço	73 224
Varição dos gastos com formação - trabalhadores <30/06/2025	135 346
Varição dos gastos com fardamento - trabalhadores <30/06/2025	19 604
Varição dos gastos com proteção e segurança - trabalhadores <30/06/2025	49 393
Aumento do seguro de saúde	59 086
Varição dos subsídios à exploração	(97 871)
Varição dos valores capitalizados	(98 787)
Outras variações - nomeadamente decorrente de efeito de datas de substituição	48 645
Gastos com pessoal (DR) Orçamento 2026	20 257 770

Figura 21 – Variação dos Gastos com Pessoal

Pelo exposto, ao abrigo das IEPAO 2026-2028, e no respeitante a Recursos Humanos, a Empresa considera, nos termos apresentados, cumprir o preconizado para os gastos com o pessoal.

É ainda de notar que no que respeita aos Gastos com o Pessoal, e à semelhança do que acontece com o incremento de alguns gastos operacionais que visam retificar défices do passado, também a Empresa necessita e estima vir a incorrer em 2026, com gastos relacionados com:

- Formação, que, para além de colmatar défices de anos anteriores e de fazer face às exigências legais, quer em termos do Código do Trabalho, como também em matéria de Segurança, visa melhorar a produtividade, dotando os trabalhadores de novas ferramentas e conhecimentos aplicáveis à execução das suas funções atuais ou das que se espera virem a desempenhar;
- Fardamento e respetiva limpeza;
- Equipamentos de proteção individual;
- Medicina e saúde no trabalho.

A Empresa considera ter as condições para incorrer com estes gastos à semelhança do que acontece com as remunerações e respetivos encargos, salientando-se de que os mesmos são necessários não só para cumprimento de imposições legais, como também para a prestação de um serviço de qualidade, defesa da imagem da Empresa e motivação dos seus trabalhadores.

4.2. VARIAÇÃO DOS ENCARGOS 2026

Para 2026, atendendo ao acordo tripartido de valorização salarial e crescimento económico para 2025-2028 que o Governo estabeleceu em 2024 com quatro confederações empresariais e com a UGT, considerou-se que a RMMG (Remuneração Mínima Mensal Garantida) para 2026 será de 920,00€ (aumento de 5,70%) e que a valorização dos salários médios terá como referencial o aumento de 4,60% da massa salarial.

Assim, e à semelhança do efetivado no exercício de 2025, foi previsto também para o exercício de 2026, como cabimentação, em sede de processo de PAO o gasto de 944 422 euros, a título de valorização salarial.

Nesta matéria, é necessário sublinhar que a valorização em causa, poderá ser objeto de ajustamento na Empresa por se tratar de uma percentagem média para aplicação ao Grupo AdP que, mantendo os critérios de 2025, terá de resultar de acordo no âmbito dos IRCT existentes, o que poderá significar valores diferentes, à semelhança de 2025.

Resulta do referido, que os valores estimados em sede de proposta de PAO 2026, podem e serão sujeitos a ajustamentos, quando finalizados os processos negociais.

Progressão Salarial

As regras de progressão e evolução na carreira encontram-se previstas no anexo III do Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo Águas de Portugal (ACT), o qual regula as regras de promoção salarial (vertical) e de progressão salarial (horizontal).

A progressão na carreira é automática quando baseada nos créditos para progressão salarial que assentam na avaliação de desempenho e assiduidade e a promoção depende, nomeadamente, de uma decisão de gestão.

Para o ano de 2026 foi feito o exercício de apuramento de um valor para progressões com base na análise dos créditos acumulados existentes dos trabalhadores, e apurado o universo de trabalhadores que potencialmente serão objeto de progressão em 2026, tendo-se orçamentado o montante de 30 954 euros.

Reclassificações - Cláusula 21^a do ACT

A Empresa executou um levantamento interno das necessidades de reclassificações ao abrigo da cláusula 21.^a do ACT para resolver situações pontuais e residuais que não foram contempladas no processo de reclassificações aprovado no final de 2023 (com efeitos a janeiro do ano de 2022), por à data ainda não cumprirem os critérios da referida cláusula, ou por alterações funcionais na Empresa ocorridos desde essa data (2022), tendo para o efeito previsto para 2026 o gasto de 151 205 euros.

Dá-se ainda nota que, sobre este tema, correm contra a Empresa vários processos contenciosos no Tribunal de Trabalho, interpostos por trabalhadores que pretendem ver reconhecido o direito à reclassificação, ao

abrigo da cláusula 21.^a dos Acordos Coletivos de Trabalho, pretensão esta agravada pela inexistência de promoções nos últimos anos.

A fundamentação das reclassificações encontra-se explicitada em documento anexo ao presente relatório, conforme ponto X das IEPAO 2026-2028.

Promoções por Ato de Gestão

Questões como a equidade salarial, muitas com razões históricas, e outras decorrentes das recentes subidas da remuneração mensal mínima garantida e dos níveis de entrada nas carreiras de técnico e de técnico operativo previstas no ACT, que conduziram à desadequação e distorção da tabela salarial do Grupo AdP, assim como a falta de perspetivas de gestão de carreira e de evolução profissional, levaram a Empresa à realização de um levantamento interno de eventuais promoções pontuais necessárias, pautando esta análise por um critério extremamente rigoroso, com vista a abranger um restrito número de trabalhadores que se encontram totalmente desenquadrados do nível salarial do mercado e esperando desta forma aumentar a capacidade de retenção de capital humano da Empresa.

Face ao exposto, a AdTA decorrente desse levantamento, para as situações devidamente fundamentadas, a fim de resolver situações de iniquidade ou de gestão, considerou no orçamento de 2026 o valor de 35 016 euros (0,16% dos gastos com pessoal previstos para 2026), para promoções.

É ainda de dar nota que tem sido crescente a dificuldade na retenção de talento na Empresa, por falta de competitividade no mercado, em particular em funções-chave e que carecem de conhecimento especializado, em muitos casos com escassez em processos de recrutamento (com diversos a não terem sucesso por não existirem candidatos), situação que se verifica também nos processos de novas admissões por aumento de *headcount* e não só nas que decorrem de substituições.

A fundamentação das promoções encontra-se explicitada em documento anexo ao presente relatório, conforme ponto X das IEPAO 2026-2028.

Atribuição de subsídios de Isenção de Horário de Trabalho (IHT)

A Empresa considerou ainda na orçamentação dos seus gastos para 2026 o valor de 52 967 euros para atribuição de novos subsídios de IHT (Isenção de Horário de Trabalho), cuja função a atribuir e a respetiva fundamentação estão explicitadas em documento anexo ao presente relatório, conforme ponto X das IEPAO 2026-2028.

Atribuição de subsídios de Comissões de Serviço

No exercício de orçamento para 2026, e anos seguintes, a AdTA estimou o gasto de 73 224 euros para atribuição de novos subsídios a título de Comissões de Serviço, na medida em que à data de elaboração do orçamento e de acordo com Organograma da Águas do Tejo Atlântico, estavam ainda por colmatar 5 cargos de chefia (Responsáveis de Área/ Coordenadores de Departamento), em virtude do atraso verificado na admissão de Técnicos Superiores.

Em conclusão,

Solicita assim a Empresa para incorrer no exercício de 2026 com estes acréscimos de gastos com o pessoal, cujos impactes referidos contemplam todos os encargos, nomeadamente os relacionados com contribuições para a Segurança Social e Seguros.

4.3. EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028	variação %
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	2026 vs 2025
Órgãos Sociais (CA + CF)	10	10	10	10	10	0%
Pessoal efetivo	414	463	474	480	486	2%
Nº Total RH (OS+Trabalhadores)	393	473	484	490	496	2%
Pessoal - "Precários" em funções	0	0	0	0	0	
Pessoal - necessidades de contratação	0	0	11	9	8	
Pessoal - previsão de saídas reformas	0	0	-6	-7	-4	
Pessoal - entradas por conta de saídas por reforma	0	0	6	4	2	
Pessoal - necessidades totais	0	0	11	6	6	

Figura 22 - Quadro de Pessoal (detalhe)

A figura “Quadro de Pessoal (evolução)” demonstra a movimentação de entradas e saídas de colaboradores desde 31 de dezembro de 2024, quer as reais quer as estimadas:

Pessoal em 31.12.2024	414
Admissões para suprir saídas	19
Admissões aprovadas no PAO 2023	5
Admissões aprovadas no PAO 2024	1
Admissões aprovadas no PAO 2025	2
Regresso à Empresa de colaboradores	1
Saídas	-12
Pessoal em 30.06.2025	430
Admissões para suprir saídas	18
Regresso de suspensos	3
Admissões aprovadas no PAO 2023	5
Admissões aprovadas no PAO 2024	6
Admissões aprovadas no PAO 2025	1
Saídas previstas por reforma	0
Entradas antecipadas para suprir reformas	0
Pessoal em 31.12.2025	463
Admissões propostas no PAO 2026	11
Saídas previstas por reforma	-6
Entradas antecipadas para suprir reformas	6
Pessoal em 31.12.2026	474
Admissões propostas no PAO 2026	9
Saídas previstas por reforma	-7
Entradas antecipadas para suprir reformas	4
Pessoal em 31.12.2027	480
Admissões propostas no PAO 2026	8
Saídas previstas por reforma	-4
Entradas antecipadas para suprir reformas	2
Pessoal em 31.12.2028	486

Figura 23 - Quadro de Pessoal (evolução)

A Empresa considerou na Estimativa de fecho de 2025 concluir o processo de contratação das admissões aprovadas nos PAO’s de 2023 a 2025, que por motivos já referidos, tais como a falta de competitividade no mercado, tem dificultado a contratação de Técnicos Especializados, em que os processos de recrutamento ficam vazios, sem candidatos, ou que após processo de seleção não são aceites as condições remuneratórias apresentadas pela Empresa. Por forma a superar as dificuldades verificadas, a AdTA, para além da divulgação dos recrutamentos nos habituais meios de comunicação e plataformas para o efeito, contratou, em 2025, uma empresa especializada em recrutamento e seleção com o objetivo de aumentar a celeridade e eficácia do processo de recrutamento, que se tem demonstrado uma das principais limitações em 2024 e 2025.

São inúmeros os desafios, bem conhecidos do Setor Empresarial do Estado, agravados pelo facto de a Empresa, na captação e retenção do capital humano, competir com outras indústrias nacionais e internacionais nas suas diversas áreas, recursos humanos, engenharia, sistemas de informação, gestão e financeira, jurídica, entre outras.

Para 2026 a Empresa previu novas admissões, num total de 11 trabalhadores, sem prejuízo das admissões que visam colmatar antecipadamente situações de reforma, justificadas em 4.5.2.

Quanto a admissões que visam colmatar antecipadamente situações de reforma, foi previsto um total de 6 admissões, em igual número ao das saídas que se espera vir a incorrer nesse mesmo ano.

Para os anos de 2027 e 2028, foram previstas novas admissões de 9 e 8 trabalhadores, respetivamente, e para os casos de admissões que visam colmatar situações de reforma, foi considerado em menor número que as saídas que se perspetivam vir a acontecer de modo a equilibrar o *headcount* da Empresa, tendo em consideração o número de contratações solicitadas para 2026, conforme ponto que se segue.

4.4. RECURSOS HUMANOS

A Águas do Tejo Atlântico partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento com as orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

4.5. CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES

4.5.1 PEDIDO DE NOVAS CONTRAÇÕES

A Águas do Tejo Atlântico solicita autorização nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental para no ano de 2026 **aumentar o seu número total de trabalhadores** em 11 trabalhadores, para reforço pontual e específico das equipas, cujas razões para cada uma das admissões são apresentadas mais à frente no presente documento.

Quanto às contratações por motivo de antecipação de situações de reforma, num total de 6 trabalhadores, para as quais também se solicita autorização, (conforme ponto 9 da página 20 das IEPAO), as mesmas não constituem um aumento do número de trabalhadores, na medida que visam colmatar as saídas que se perspetivam para 2026, conforme já referido no ponto anterior.

Apresenta-se seguidamente o quadro com o detalhe das contratações previstas realizar, quer para a estimativa de fecho de 2025, quer para os anos de 2026 a 2028, com a respetiva estimativa dos gastos anuais a incorrer (remunerações, encargos patronais, seguros e demais obrigações e regalias):

Admissão de colaboradores - Impacto nos Gastos com o Pessoal (remunerações, encargos sociais, seguros e outros gastos)								Autorização para o recrutamento		
Admissão colaboradores	Função/Área	Data de admissão	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028	Sim/Não	Gastos Previstos PAO	Despacho de autorização/Observação	
			EF	Orçamento	Projeção	Projeção				
3 Técnicos Superiores C	Manutenção	01/11/2025	28 103	166 154	166 154	166 154	Sim	PAO's 2023, 2024 e 2025	Despacho N.º 623/2023-SET, de 30 de dezembro de 2023	
2 Técnicos Superiores B	Gestão de Ativos	01/11/2025	10 409	60 807	60 807	60 807	Sim	PAO's 2023, 2024 e 2025		
Total Admissões 2025 - PAO 2023			38 512	226 961	226 961	226 961				
2 Técnicos C	Manutenção	01/09/2025	24 433	71 712	71 712	71 712	Sim	PAO's 2024 e 2025		
1 Técnico C	Manutenção	01/11/2025	6 108	35 856	35 856	35 856	Sim	PAO's 2024 e 2025		
1 Técnico Superior B	Operação	01/11/2025	5 387	31 529	31 529	31 529	Sim	PAO's 2024 e 2025	Despacho n.º 301/2024-SETF, de 30 de julho de 2024	
1 Técnico Superior A	Operação	01/11/2025	5 352	31 319	31 319	31 319	Sim	PAO's 2024 e 2025		
1 Técnico Superior C	Sist. e Soluções Digita	01/09/2025	18 736	55 385	55 385	55 385	Sim	PAO's 2024 e 2025		
Total Admissões 2025 - PAO 2024			60 015	225 802	225 802	225 802				
1 Técnico Superior B	Manutenção	01/11/2025	5 204	30 404	30 404	30 404	Sim	PAO 2025	Despacho n.º 1037/2024-SETF, de 27 de dezembro de 2024	
Total Admissões 2025 - PAO 2025			5 204	30 404	30 404	30 404				
3 Técnicos Superiores B	Manutenção	01/01/2026	0	91 211	91 211	91 211	Não	PAO 2026		
1 Técnico C	Manutenção	01/01/2026	0	35 856	35 856	35 856	Não	PAO 2026		
6 Técnicos Operativos C	Operação	01/01/2026	0	183 477	183 477	183 477	Não	PAO 2026		
1 Técnico Superior B	Dir. Adm. e Financeir	01/01/2026	0	30 404	30 404	30 404	Não	PAO 2026		
Total Admissões 2026			0	340 948	340 948	340 948				
4 Técnicos Operativos C	Operação	01/01/2027	0	0	120 067	120 067	Não	PAO 2026		
1 Técnico Operativo B	Operação	01/01/2027	0	0	24 377	24 377	Não	PAO 2026		
2 Técnicos Operativo B	Manutenção	01/01/2027	0	0	45 014	45 014	Não	PAO 2026		
2 Técnicos Superior B	Gestão de Ativos	01/01/2027	0	0	61 348	61 348	Não	PAO 2026		
Total Admissões 2027			0	0	250 806	250 806				
2 Técnicos Operativo B	Operação	01/01/2028	0	0	0	48 168	Não	PAO 2026		
2 Técnicos Superior B	Manutenção	01/01/2028	0	0	0	61 888	Não	PAO 2026		
1 Técnico Operativo B	Manutenção	01/01/2028	0	0	0	22 507	Não	PAO 2026		
1 Técnico Superior C	Gestão de Ativos	01/01/2028	0	0	0	55 925	Não	PAO 2026		
2 Técnicos Superior B	Gestão de Ativos	01/01/2028	0	0	0	61 888	Não	PAO 2026		
Total Admissões 2028			0	0	0	250 376				
Técnico C	Manutenção	01/01/2026	0	35 856	35 856	35 856	Não	PAO 2026		
Técnico C	Manutenção	01/01/2026	0	35 856	35 856	35 856	Não	PAO 2026		
Técnico B	Laboratório	01/01/2026	0	24 977	24 977	24 977	Não	PAO 2026		
Técnico Operativo C	Operação	01/01/2026	0	33 741	33 741	33 741	Não	PAO 2026		
Técnico C	Operação	01/04/2026	0	26 850	35 856	35 856	Não	PAO 2026		
Técnico Operativo C	Operação	01/01/2026	0	33 741	33 741	33 741	Não	PAO 2026		
Técnico B	Dir. Adm. e Financeir	01/02/2027	0	0	22 896	24 977	Não	PAO 2026		
Técnico Superior C	Assessores do CA	01/03/2027	0	0	46 604	55 925	Não	PAO 2026		
Técnico Operativo B	Operação	01/08/2027	0	0	10 157	24 377	Não	PAO 2026		
Técnico Superior C	Laboratório	01/06/2027	0	0	32 623	55 925	Não	PAO 2026		
Técnico Operativo B	Operação	01/01/2028	0	0	0	25 566	Não	PAO 2026		
Técnico Superior B	Dir. Adm. e Financeir	01/01/2028	0	0	0	30 944	Não	PAO 2026		
Total Admissões antecipadas por conta de saídas por reforma			0	191 022	312 308	417 741				
Total Geral			103 732	1 015 137	1 387 228	1 743 038				

Figura 24 – Gastos com novas admissões de colaboradores

Como oportunamente referido, no PAO de 2025 a Águas do Tejo Atlântico procedeu, em 2023 e no início de 2024, a uma reorganização da sua estrutura que compreendeu a reestruturação da área operacional através da redução do número de centros operacionais, e o incremento da rotatividade e suporte entre diferentes centros operacionais, tendo como objetivo o aumento da eficiência e eficácia das suas operações.

Concomitantemente, prosseguiu uma política de reforço do investimento na segurança e da resiliência dos seus ativos e operações, essencial para a concretização da sua missão, necessitando para o efeito de reforço dos meios humanos da Águas do Tejo Atlântico.

A estrutura orgânica e dimensões que se pretende reforçar estão vertidas na proposta de revisão do contrato de concessão e respetivo EVEF que se encontra em avaliação pela Tutela e pela ERSAR, conforme já referido, encontrando-se a componente de recursos humanos das áreas operacionais fundamentada no estudo elaborado com base na ferramenta desenvolvida pela Korn Ferry especificamente para o Grupo AdP.

Em linha com o exposto, considera-se essencial que, durante o ano de 2026, se proceda ao reforço da equipa da AdTA nas seguintes dimensões:

Admissão colaboradores	Função/Área
3 Técnicos Superiores B	Manutenção
1 Técnico C	Manutenção
6 Técnicos Operativos C	Operação
1 Técnico Superior B	Dir. Adm. e Financeira

Figura 25 – Resumo do pedido de admissões para 2026

A) Por razões de segurança e resiliência dos ativos e operações

A Águas do Tejo Atlântico entende ser estritamente necessário proceder, em 2026, à contratação de 11 trabalhadores por razões de segurança e resiliência das operações ditadas pela necessidade de cumprir o quadro legal vigente, contempladas também na revisão do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira.

Estas contratações destinam-se às seguintes áreas:

Manutenção

- 3 Técnicos Superiores B – Retribuição base da carreira: 1 485 euros/mensais

A Direção de Manutenção, está descentralizada em 10 centros operacionais correspondentes aos 23 municípios que serve, por onde estão distribuídos milhares de ativos operacionais, em regime de laboração de 24 horas, que têm de ser intervencionados nas valências de instrumentação e automação, eletromecânica e construção civil.

Acresce, além da conservação do parque de infraestruturas e equipamentos existentes, a necessidade de executar um conjunto de empreitadas de Manutenção de Construção Civil e de reparações gerais que já se encontram em curso.

Adicionalmente, pretende-se em 2026 continuar a reforçar a implementação da atividade de manutenção preventiva, nomeadamente ao nível da atualização de planos de manutenção, o que implicará, inicialmente, um acréscimo de gastos, que tenderão a ser compensados, futuramente, pela redução da necessidade de manutenção corretiva, com o conseqüente reflexo ao nível da redução de falhas do serviço.

Pretende-se com a contratação destes trabalhadores capacitar os Centros Operacionais mais complexos e abrangentes geograficamente, no caso específico de Torres Vedras, Nazaré e Rio Maior.

- I Técnico C - Retribuição base da carreira: I 732 euros/mensais

Com os vários contratos de manutenção curativa, também estão a ser desenvolvidas melhorias no processo de gestão do fluxo de compras e gestão de stocks e contratos, sendo necessária a contratação de I Técnico para reforçar a equipa em logística e armazém e ajudar a implementar a uniformização da gestão de stocks, com especial criticidade dado que esta matéria é tratada, em exclusivo, por trabalhador perto da idade da reforma, não sendo possível considerar para este caso a contratação antecipada por motivo de reforma, por incerteza que a mesma venha a ser requerida pelo atual trabalhador.

De mencionar que a performance da Manutenção na Águas do Tejo Atlântico, não obstante todo o trabalho de reorganização e robustecimento desta área, ainda se encontra aquém do exigido:

(i) Quer do ponto de vista de sustentabilidade das nossas operações, conforme diversos indicadores de monitorização indicam:

Indicadores de desempenho do processo	Unid.	Fórmula de cálculo	Resultado pretendido	Resultados anteriores							2025
				2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	> Junho
Custos afetos à manutenção	%	Custos totais de manutenção (€)/Custos totais da empresa (€)	10,00%	10,87%	10,95%	13,10%	12,98%	15,41%	15,6%	14,7%	14,0%
Intensidade da manutenção preventiva	%	N.º de horas afetas à manutenção preventiva/N.º de horas afetas à manutenção	40%	ND	ND	25%	19,6%	25,9%	28,6%	26,8%	24,4%
Intensidade da manutenção corretiva	%	N.º de horas afetas à manutenção corretiva/N.º de horas afetas à manutenção	50%	ND	ND	75%	73%	67%	62,0%	65,3%	69,3%
Intensidade de manutenção relativa a melhorias e trabalhos novos	%	N.º de horas afetas à manutenção relativa a melhorias e trabalhos novos/N.º de horas afetas à manutenção	-	-	-	-	8%	7%	7,8%	7,9%	6,2%
N.º de horas de manutenção preventiva	h	N.º de horas globais afetas à manutenção preventiva	> 20% (em relação a 2022)	ND	ND	21 261	21726	31266	34660 (+11%)	27699	13160
Cumprimento do plano de manutenção preventiva	%	N.º de ações de manutenção preventiva efetuadas/N.º de ações de manutenção preventiva previstas (cumulativo)	90%	73%	96%	75%	83,8%	83,1%	79,6%	77,1%	78,5%
Cumprimento do plano de manutenção preventiva (ano em curso)	%	N.º de ações de manutenção preventiva efetuadas/N.º de ações de manutenção preventiva previstas (ano em curso)	80%	ND	ND	ND	72,7%	81,2%	78,6%	64,8%	61,5%

Figura 26 – Indicadores de manutenção

(ii) Quer pelas próprias constatações da ERSAR que, recentemente, auditou a atividade de manutenção da Empresa e detetou vários pontos de melhoria, tais como:

- “Em termos de indicadores de gestão, e de acordo com a informação recebida por parte da entidade gestora, o plano de manutenção preventiva (ações de manutenção preventiva realizadas relativamente às ações previstas foi cumprido, em 2023, em 79,6%, aquém da meta definida pela entidade gestora (90%)”;
- “A intensidade de manutenção preventiva (ações de manutenção preventiva realizadas relativamente a totalidade de ações realizadas), em 2023, foi de 28,6%, inferior à meta estabelecida para aquele ano (40%)”;
- “A AdTA identificou como principal constrangimento a falta de mão de obra especializada, quer verificada ao nível da própria entidade gestora como dos dois principais prestadores de serviços”.

E apresentou os seguintes comentários/recomendações:

- “A entidade gestora deverá concluir, o mais breve possível, o processo de abrangência/parametrização dos equipamentos/ ativos, afetos ao departamento de manutenção eletromecânica a norte, no respetivo sistema de gestão de manutenção”;
- “A AdTA deverá reforçar as condições que permitam melhorar os indicadores de cumprimento do plano de manutenção preventiva e de intensidade de manutenção preventiva”.

Por todas as razões previamente expostas, estas contratações afiguram-se críticas para uma evolução da Empresa na área da manutenção.

Operação

- 6 Técnicos Operativos C – Retribuição base da carreira: I 289 euros/mensais

A Empresa pretende a implementação da transformação digital através da Telegestão, Instrumentação e Automação, sendo necessário reforçar a Equipa nestas especialidades.

A transformação digital está, ainda, em fase de investimento inicial, pretendendo-se um arranque feito de forma estruturada. Para que a transição dos trabalhadores, seja cautelosa perante a operacionalidade da atividade diária, é necessário o reforço da equipa.

Acresce, conforme referido na introdução do presente documento, que, face ao contexto da sua génese, atualmente a idade média do quadro de pessoal da Águas do Tejo Atlântico é de 47 anos, sendo na categoria de Técnicos Operativos C de 51 anos, resultando em alguma incapacidade de alguns trabalhadores para trabalhos mais exigentes noutras valências que requerem outras competências.

Este acréscimo de 6 trabalhadores, será posteriormente, e de forma gradual, compensado com as saídas, da mesma categoria, que venham a ocorrer por reformas sendo, portanto, o agora solicitado um acréscimo de *headcount* transitório, tal como se pode constatar na figura 23.

De salientar que a necessidade de Técnicos Operativos C, portanto mais especializados na carreira de técnico operativo, resulta do facto de estes virem a operar o sistema de Telegestão, portanto com necessidade de competências digitais, organização e assertividade e de gestão de situações operacionais em articulação com as demais estruturas de Empresa.

De facto, o futuro passará por uma Empresa mais dotada de capacidade de trabalho ao nível da telegestão, com intervenções no terreno mais atempadas e cirúrgicas, beneficiando a eficiência da Empresa, quer ao nível de recursos humanos quer ao nível de pegada carbónica por redução de deslocações, e simultaneamente, focando os recursos humanos em tarefas de maior valor acrescentado.

B) Administrativa e Financeira

- I Técnico Superior B – Retribuição base da carreira: I 485 euros/mensais

Acometida à Direção Administrativa e Financeira está a Área de Gestão de Contratos Transversais (GCT) que presta apoio a todas as unidades orgânicas da Empresa, e que tem como principais atribuições:

- a) Gestão, a nível operacional e financeiro, dos contratos transversais ao funcionamento da Empresa, nomeadamente os de: desinfestação de instalações; serviços de limpeza geral e fornecimento de consumíveis de limpeza geral; serviços de jardinagem (ETAR e EE); aquisição de mobiliário, equipamentos e utensílios de carácter administrativo, e de bens de economato, entre outros, resultando numa coerência de processos, ganhos de escala e eficiência de recursos, quando comparado com soluções passadas de gestão deste tipo de contratos de forma descentralizada;
- b) Assegurar a gestão da frota e todos os contratos e tarefas com ela relacionados com vista a garantir o cumprimento das regras e processos previstos no Regulamento de Aquisição, Atribuição e Utilização da Frota Operacional da Empresa.

A necessidade da contratação justifica-se pelo acréscimo significativo das atividades desta Área em que se destacam:

- Os atuais contratos de limpeza de instalações e de desinfestação passaram a abranger mais instalações, e este último a contemplar mais especificidades, o que acarretou para GCT um maior volume de trabalho quer a nível de gestão operacional, no contacto com os interlocutores internos e com os fornecedores, quer a nível validação de faturação e respetivo acompanhamento de execução financeira;
- A gestão dos contratos de jardinagem das várias instalações da AdTA passou a estar acometida a esta Área;
- No princípio de uma melhor gestão dos recursos da Empresa, o número de viaturas afeto à Pool é atualmente superior, e cuja gestão cabe GCT;
- Por outro lado, a situação atual da frota, tema que se espera temporário e ultrapassar com a sua renovação, passou a exigir mais tempo em processos administrativos, não só ao nível dos processos inerentes a extensão de contratos, como também no tratamento de situações de intervenções em oficina, acompanhamento de immobilizações e aluguer de viaturas de substituição. Apesar de se estimar para meados de 2026 o processo de renovação da frota, tem de ser tido em consideração todo o trabalho administrativo que daí advém quer na receção das novas viaturas quer na devolução das existentes.

Pretende-se ainda desta contratação potenciar o desenvolvimento de algumas tarefas, que por falta de capacidade e por se priorizar tarefas operacionais e mais urgentes não tem sido possível assegurar e/ou implementar:

- Relatórios, para fins internos e para a Holding, de informação relacionada com frota operacional, em que pedidos de informação são recorrentes, acompanhamento e controlo de indicadores, gastos, e objetivos de desempenho;
- Digitalização de procedimentos, mediante implementação de ferramentas digitais de apoio a esta Área;
- Implementação de Gestão da Frota por Telemática GPS e Certificação Energética da Frota.

Existe, assim, a necessidade de reforço desta área com I Técnico Superior B por não se encontrar a equipa dimensionada com os perfis adequados às tarefas e responsabilidades que lhe estão acometidas. Este aumento de *headcount* será uma situação momentânea, na medida em que faz parte da equipa I Técnico C que, em 2026, já atingiu a idade da reforma sem penalização (atualmente 65,5 anos), e que não pretende a Empresa vir a substituir aquando da sua saída, assumindo a possibilidade de contratação de I Técnico Superior B, cujo perfil se melhor enquadra às necessidades existentes, do que perfil correspondente à categoria de Técnico B.

Acresce referir que a contratação de I Técnico Superior B, em detrimento da contratação de I Técnico C para substituição daquele que se reformará, significa para a Empresa uma poupança de gastos, por ser o vencimento base inferior.

Em conclusão,

Face ao acima exposto a Águas do Tejo Atlântico solicita a necessária autorização para a **contratação**, e aumento do *headcount* face ao aprovado no PAO do ano de 2026 de **11 trabalhadores**.

4.5.2 CONTRATAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO ANTECIPADA DE SITUAÇÕES DE REFORMA

A Águas do Tejo Atlântico procedeu ainda para os exercícios de 2026 a 2028, ao estudo dos trabalhadores que poderiam nesses anos atingir a idade de reforma, tendo considerado as respetivas saídas e as respetivas admissões para suprimir as mesmas, sem descurar as situações anteriormente referidas, em que não perspectiva a Empresa proceder à substituição, que no horizonte temporal em questão significa a não substituição de 5 trabalhadores, e que se fosse considerado o ano de 2029 seriam um total 7 trabalhadores a não serem substituídos.

Para as admissões a realizar pelo motivo de colmatar saídas decorrentes de situações de reforma, a Empresa, conforme previsto nas IEPAO 2026-2028, teve em consideração a integração na base da carreira da categoria do trabalhador a substituir, e antecipadamente de modo a facilitar a formação e passagem do conhecimento, tendo considerado, sempre que possível e de forma a não aumentar o *headcount* aprovado, os seguintes prazos por categoria profissional:

- Técnico Superior - 6 meses
- Técnico - 3 meses
- Técnico Operativo - 2 meses

4.6. MANUTENÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÕES JÁ APROVADAS

1) Referentes ao PAO 2023

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da AdTA para o ano de 2023 previa a contratação de 33 trabalhadores, mormente, 23 técnicos operativos, 3 trabalhadores para a área de reforço de segurança, e 7 trabalhadores para fazer face ao aumento de atividade, autorização concedida pelo Despacho n.º 623/2023-SET, de 30/12/2023.

Após a receção da comunicação de aprovação do PAO 2023, em 30/12/2023, a AdTA, em meados de maio de 2024, definiu, de acordo com as suas prioridades operacionais, os perfis funcionais e competências requeridas para o desenvolvimento das atividades previstas, tendo dado início aos respetivos processos de recrutamento.

Das autorizações concedidas no PAO2023, a AdTA logrou concluir, em 2024, a contratação de 28 novos trabalhadores.

Por concluir, permaneceu a contratação de 5 trabalhadores, designadamente:

- 3 Técnicos Superiores para Manutenção (Engenharia Civil, Mecânica e Eletrotécnica);
- 2 Técnicos Superiores para Gestão de Ativos (Engenharia do Ambiente ou equivalente) para desenvolvimento de trabalhos na área da Neutralidade energética e de Água para Reutilização (ApR).

Relativamente a contratação destes 5 trabalhadores, os processos de candidatura decorreram, em junho de 2024, com a receção de várias manifestações de interesse e subsequente realização de entrevistas. Contudo, após identificação de candidaturas válidas que reuniam o perfil técnico e a experiência exigida (nomeadamente para Técnico Superior de Manutenção / Eng. Mecânico, com um mínimo de 10 anos de experiência), o(s) candidato(s) desistiu(ram) do processo, tendo em conta as condições remuneratórias inerentes a carreira/categoria, superadas por empresas privadas que operam no mercado.

O segundo processo de recrutamentos foi promovido em agosto de 2024, tendo também sido rececionadas diversas candidaturas e sendo efetuadas entrevistas.

Uma vez mais, no termo do processo, tendo apenas sido identificado 1 novo candidato, este também acabou por desistir do processo, pelo mesmo motivo já mencionado - as condições financeiras propostas e pelo facto de não ter viatura de serviço.

Importa ainda salientar que os processos de recrutamento para Técnicos Superiores B na área da Gestão de Ativos — nomeadamente nas vertentes de Neutralidade e ApR — tem enfrentado desafios semelhantes, refletindo uma dificuldade recorrente em compatibilizar os perfis académicos e profissionais exigidos, com o conjunto de condições atualmente possíveis de oferecer, num enquadramento particularmente desafiante.

Estes processos seguiram uma calendarização paralela à dos recrutamentos para a área de Manutenção, tendo, das 5 vagas de Técnico Superior aprovadas neste âmbito, sido já possível concretizar a contratação de 3 profissionais.

De facto, o mercado de recrutamento em engenharia em Portugal atravessa um período de elevada pressão, com uma procura crescente por perfis técnicos especializados — particularmente nas áreas de Construção Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Eletrotécnica e Ambiente.

Este cenário tem intensificado a concorrência entre empregadores e acentuado o desfasamento entre as expectativas dos candidatos e a capacidade de resposta de organizações com enquadramento público e missão ambiental, como a da Águas do Tejo Atlântico, cuja proposta de valor não se alicerça exclusivamente em fatores remuneratórios.

A Empresa tem mantido, de forma continua, o esforço de identificação e captação de talento ao longo de 2024 e 2025, mas os constrangimentos estruturais do mercado e as limitações de enquadramento interno, têm dificultado a concretização dos processos, quer pela ausência de candidatos com o perfil adequado, quer pela dificuldade em tornar a proposta suficientemente atrativa para os mesmos.

Já este ano, foi celebrado com empresa especializada GIServices, um contrato de aquisição de serviços de recrutamento e seleção de trabalhadores, com vista a reforçar a capacidade de atracção de talento e a diversificação das fontes de recrutamento.

Este instrumento permite ampliar o alcance dos processos de aquisição de talento, assegurar maior rapidez na identificação de perfis críticos e garantir alternativas qualificadas em processos com maior dificuldade de concretização, tendo já resultado no envio de vários currículos, alguns dos quais enquadráveis nos perfis a recrutar quer ao abrigo do PAO 2023, como do PAO 2024.

Como já salientado, os recrutamentos em causa foram devidamente autorizados no PAO de 2023, sendo que, em 2024, o inerente aumento de *headcount* e de despesa foram devidamente contemplados no PAO de 2024, de forma cumulativa com as restantes propostas devidamente aprovadas.

Não obstante, na medida em que os processos de recrutamento se encontravam então em curso, no PAO submetido para o ano de 2024 não foi efetuado novo pedido de recrutamento destes mesmos trabalhadores, constatando-se que o PAO já aprovado de 2025, do mesmo modo, apesar de contemplar o aumento de *headcount* e de despesa (desde 2023), não prevê explicitamente as contratações em si mesmo consideradas.

Apesar da excecionalidade desta situação e de todas as dificuldades de recrutamento de trabalhadores para estas funções, a AdTA entende que tais recrutamentos continuam a ser considerados como absolutamente imprescindíveis, tendo em vista a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da AdTA.

Nesse sentido, foi entendimento da AdTA prosseguir as suas tentativas de recrutamento e seleção de profissionais com vista à contratação destes 5 trabalhadores, pois apesar de tais recrutamentos não se encontrarem explicitamente previstos no PAO para 2025, os inerentes aumentos de *headcount* e de despesa encontram-se devidamente contemplados no mesmo PAO, assim como nos anos de 2023 e de 2024.

Foi com este entendimento, que a Empresa remeteu através da sua carta Ref.^a S03117-202508, de 27 de agosto de 2025, a exposição do assunto ao Ministério do Ambiente e da Energia, solicitando a confirmação da possibilidade de contratação em 2025 do remanescente das aprovações de aumento de *headcount* do PAO de 2023, pedindo a emissão de despacho favorável para recrutamento dos 5 trabalhadores, ao abrigo do disposto no artigo 138.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025 (DLEO 2025), prévio ao pedido de autorização ao Ministério de Estado e das Finanças, a que alude o mesmo normativo, tendo em conta a excecionalidade das situações em análise e considerando, em especial, que o PAO para 2025 se encontra aprovado e prevê a dotação orçamental para tais recrutamentos, que continuam a verificar-se, cumulativamente, todos os requisitos previstos pelo n.º 3 do mesmo artigo 138.º do DLEO para 2025, requerimento este que, à cautela, se reitera para o PAO 2026.

Em conclusão,

Face ao acima exposto a Águas do Tejo Atlântico requer, à cautela, no PAO do ano de 2026 a necessária autorização para a manutenção da **contratação** destes **5 trabalhadores**.

2) Referentes ao PAO 2024 e PAO 2025

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da AdTA para o ano de 2024 previa a contratação de 11 trabalhadores por aumento de atividade e razões de segurança e resiliência das operações, autorização concedida pelo Despacho n.º 301/2024-SEFT, de 30/07/2024, e que à data da elaboração do PAO para 2026 ainda se encontravam por contratar 6 trabalhadores, 3 Técnicos Superiores, a afetar às áreas de operação e de sistemas e soluções digitais, e 3 Técnicos para a área de manutenção, requerimento este que, à cautela, se reitera para o PAO 2026.

Quanto ao PAO para o ano de 2025, estava prevista a contratação de 3 trabalhadores, autorização concedida pelo Despacho n.º 625/2024-SEFT, de 17/10/2024, em que à data da elaboração do PAO para 2026 ainda

estava em falta a contratação de 1 Técnico Superior a afetar à área de manutenção, requerimento este que, à cautela, se reitera para o PAO 2026.

Todos os recrutamentos se fundamentam na existência de relevante interesse público, ponderada a carência dos recursos humanos da AdTA a evolução global dos mesmos, sendo sustentados em análise custo-benefício na medida em que garantem a otimização dos recursos disponíveis, a eficiência na prestação dos serviços proteção da saúde pública e do ambiente e impactam positivamente na capacidade operacional de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas.

Em conclusão,

Face ao acima exposto a Águas do Tejo Atlântico requer, à cautela, no PAO do ano de 2026 a necessária autorização para a manutenção da **contratação** destes **7 trabalhadores**.

3) Recrutamentos em aberto

Decorrente das dificuldades de contratação, já referidas ao longo do documento, quanto aos recrutamentos em aberto, e previamente autorizados, solicita a Empresa autorização para:

- a) A contratação, por motivo de substituição de saída de trabalhador, para a categoria de Técnico Superior C pela base da carreira, vencimento base de 2 911 euros, em detrimento de Técnico Superior B, com vencimento de 1 901 euros, apresentado no mercado maior atratividade do vencimento;
- b) A contratação Técnico Superior B a integrar no Nível I Escalão 3, a que corresponde o vencimento 1 577 euros, em vez de pela base da carreira, a que corresponde o vencimento de 1 485 euros, na medida em que significa maior atratividade no mercado para efeitos de recrutamento.

De assinalar que o ora solicitado acarretará para a Empresa o gasto anual de 19 270 euros na rubrica de gastos do pessoal, e foi contemplado nas demonstrações financeiras.

Em conclusão,

Face ao acima exposto a Águas do Tejo Atlântico solicita a necessária autorização para proceder à modificação de enquadramento na tabela salarial de **2 trabalhadores**, nos termos anteriormente referidos.

O Quadro seguinte apresenta para o período de 2024 a 2026 por categoria profissional o número de trabalhadores.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 01/01/2026		Movimento de Pessoal - 2026						Situação a 31/12/2026	
			Idade média	trabalhadores com 60 ou mais anos	trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas + outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade, cedência,	Autorizações de recrutamento concedidas em anos anteriores	Substituições de saídas (obriga a entrada para base da carreira)	Entradas ao abrigo (normativos legal, despacho, etc.)		Autorizações de recrutamento solicitadas
			(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)-(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	
Órgãos Sociais	10	10									10	
Assessor	2	2	67	0	1						2	
Cargos de Direção (s/ OS)	8	8	54	1	0						8	
Técnico Operativo A	0	0	0	0	0						0	
Técnico Operativo B	115	128	42	0	0						128	
Técnico Operativo C	73	77	51	2	2	2		2		6	83	
Técnico A	3	3	47	0	0						3	
Técnico B	39	38	53	3	1	1		1			38	
Técnico C	37	42	51	3	4	3		3		1	43	
Técnico Superior A	13	18	34	0	0						18	
Técnico Superior B	73	87	43	0	0					4	91	
Técnico Superior C	51	60	49	1	0						60	
Trainee	0	0	0	0	0						0	
Total	424	473		10	8	6	0	0	6	0	11	484
Tota s/ OS	414	463		10	8	6	0	0	6	0	11	474

Figura 27 - Quadro de Pessoal desagregado por categoria

Em resultado,

As contratações de novos trabalhadores, nos termos e pelas razões supramencionadas, são essenciais e indispensáveis para garantir a continuidade da prestação do serviço público de acordo com os requisitos de segurança e qualidade aplicáveis.

Como descrito, as situações enunciadas resultam da adequação da estrutura e dimensionamento dos recursos humanos da Empresa de modo a assegurar funções e obrigações presentes, seja para antecipar a organização exigível para implementar a sua estratégia de futuro.

Não deverá ser descuidado que o aumento de gastos inerente a estas contratações não resulta de uma degradação da eficiência operacional, resultando, sim, exclusivamente da absoluta necessidade de cumprimento de obrigações legais, assegurando o cumprimento dos parâmetros de serviço, garantindo a segurança das pessoas e infraestruturas, e cumprimento da missão e responsabilidade cometida à Águas do Tejo Atlântico. Este aumento de gastos não tem o direto balanceamento em termos de receitas, embora possa ser reconhecido em termos regulatórios e, consequentemente, suportado pela tarifa, ainda que não no imediato.

Orientações sobre Remunerações

A elaboração da proposta de PAO 2026 teve ainda em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao SEE, nomeadamente:

- a) Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- b) Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho;
- c) Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- d) Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- e) Despacho n.º 764/2012, de 25 de maio, do SEFT;
- f) Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- g) Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro;
- h) Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- i) Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro.
- j) Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro;
- k) Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- l) Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028;
- m) Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025);
- n) Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025).

Benefícios Pós-Emprego

Para 2026 não estão previstos quaisquer benefícios pós-emprego na Águas do Tejo Atlântico.

5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

5.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA

Na elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para o triénio 2026-2028, os pressupostos macroeconómicos utilizados seguem as recomendações da ERSAR, estando em cumprimento com regras contratuais e de acordo com o n.º 2 do art.º 24º do regulamento dos procedimentos regulatórios, e foram os que se reproduzem no quadro seguinte:

Descrição	2026 Orçamento	2027 Projeção	2028 Projeção
Taxa de inflação	1,80%	1,90%	1,90%
Taxa de inflação energia	-	-	-
Financiamentos BE existentes	Conforme contrato	Conforme contrato	Conforme contrato
Taxa de IVA (vendas)	6%	6%	6%
Taxa de IVA (prestação de serviços e venda de energia)	6%	6%	6%
Taxa de IVA (suportado)	23%	23%	23%
Prazo médio de recebimentos (prestação de serviços)	60	60	60
Prazo médio de pagamentos (fornecedores correntes)	30	30	30
Prazo médio de recebimentos (IVA)	120	120	120
Prazo médio de pagamentos (IVA)	60	60	60
Rotação de <i>stocks</i>	30	30	30
Taxa de IRC	20,00%	20,00%	20,00%
Taxa de derrama	0,50%	0,50%	0,50%
Derrama Estadual > € 1,5 M <= € 7,5 M	3,00%	3,00%	3,00%
Derrama Estadual > € 7,5 M <= € 35 M	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de remuneração do capital acionista	3,26%	3,26%	3,26%

Figura 28 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência

O preço de energia de mercado utilizado na estimativa de custos de 2026, 2027 e 2028 foi determinado considerando as seguintes componentes diretamente relacionadas com o comercializador:

- O valor do OMIP para 2026, 2027 e 2028 (63,21€/MWh; 58,56€/MWh e 57,56€/MWh, respetivamente correspondendo ao valor médio registado entre 23/05/2025 e 19/06/2025);
- As perdas na rede consoante o nível de tensão definidas pela ERSE;
- A margem do comercializador/encargos de regulação conforme melhor proposta de fornecimento de energia para o período de julho de 2025 a junho de 2026;
- Os custos de banda de reserva de regulação (agora designado como BmFRR) e o financiamento da Tarifa Social cobrados em 2025.

As TAR em AT, MT e BTE aplicáveis para 2026 serão publicadas a 15 de dezembro de 2025 pela ERSE, pelo que a estimativa de custos para 2026 e anos seguintes foram determinados com base no modelo desenvolvido pela AdP Energias que relaciona de forma inversa a TAR com a tarifa de energia prevista no mercado de futuros (OMIP).

5.2. ORIENTAÇÕES, PRINCÍPIOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Na elaboração do presente documento a Águas do Tejo Atlântico teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei de Orçamento de Estado para 2025, aprovado pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025 (Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março), as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento (IEPAO) 2026-2028, e as orientações do acionista maioritário, AdP SGPS, S.A..

Saliente-se ainda que, sendo a atividade da Águas do Tejo Atlântico regulada pela ERSAR, o presente PAO segue igualmente as recomendações emanadas por aquela entidade.

O PAO para 2026 tem em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da missão e dos objetivos a que a foi incumbida, e as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental.

No Anexo IV do presente documento constam o Quadro Resumo das Orientações para o triénio, Quadro referente à Otimização de Gastos, assim como Quadro com o apuramento dos Rácios Financeiros para o período em análise, sendo que nos pontos seguintes se dá enquadramento em particular, dadas as especificidades da Empresa, para algumas das Orientações e dos Princípios da IEPAO 2026-2028.

5.3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (“*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*”), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e normas interpretativas (“SIC/IFRIC”), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2021.

Os valores apresentados para cada período correspondem a:

- Exercício de 2024 - demonstrações financeiras estatutárias aprovadas em Assembleia Geral de 18 de março de 2025;
- Estimativa de fecho de 2025, orçamento de 2026 e projeção para os exercícios de 2027 e 2028 – melhor estimativa da Empresa à data de elaboração do presente documento, tendo por base as contas reais a junho de 2025 e objetivos a alcançar.

Demonstração da Posição Financeira Previsional

BALANÇO	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028
	Real	PAO	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Ativos não correntes						
Ativos intangíveis	413 693 610	440 638 488	423 080 550	459 756 358	536 520 973	585 164 388
Ativos fixos tangíveis	1 253 815	2 287 862	1 467 050	1 909 258	1 562 169	1 516 070
Ativos sob direito de uso	863 761	4 403 513	1 238 082	4 509 624	4 067 438	2 526 885
Investimentos financeiros	24 056	33 428	24 056	24 056	24 056	24 056
Impostos diferidos ativos	53 757 439	58 083 541	54 871 958	52 640 418	52 809 888	52 903 832
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	0	0	0	1 416 698	20 820 128	45 456 646
Clientes e outros ativos não correntes	0	0	0	0	0	0
Total dos ativos não correntes	469 592 681	505 446 833	480 681 696	520 256 412	615 804 651	687 591 876
Ativos correntes						
Inventários	3 156 392	2 400 201	1 409 873	1 439 352	2 154 700	2 189 641
Clientes	11 089 686	19 304 172	19 224 618	19 686 903	20 057 695	20 424 205
Estado e outros entes públicos	1 464 456	2 055 337	2 736 424	2 844 347	2 757 987	2 816 208
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	774 724	1 113 695	3 026 752	0	124 529
Outros ativos correntes	6 165 495	581 443	3 507 458	486 581	485 743	484 906
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	35 023 636	0	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	19 889 096	5 000	17 560 335	5 000	5 000	5 000
Total dos ativos correntes	76 788 762	25 120 878	45 552 403	27 488 935	25 461 126	26 044 489
Total do ativo	546 381 443	530 567 710	526 234 099	547 745 348	641 265 777	713 636 365
Capital próprio dos accionistas maioritários						
Capital social	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Acções próprias	(2 521 433)	0	(2 521 433)	0	0	0
Reservas e outros ajustamentos	1 838 196	2 198 868	2 181 574	2 509 420	2 874 041	3 253 593
Resultados transitados	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	6 867 549	7 322 902	6 556 916	7 292 433	7 591 028	7 853 298
Total do capital próprio	119 711 992	123 049 450	119 744 737	123 329 533	123 992 749	124 634 571
Passivos não correntes						
Provisões	686 678	856 841	643 502	625 509	607 516	589 523
Empréstimos	112 982 316	125 496 172	125 460 467	105 735 352	84 713 247	63 181 151
Passivos de locação	291 523	2 564 889	679 676	2 665 594	2 112 678	572 126
Outros passivos não correntes	509 246	578 885	418 097	372 184	326 271	(224 691)
Impostos diferidos passivos	16 411 245	13 508 133	15 814 255	15 244 337	14 683 557	14 122 777
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	15 292 235	5 614 984	15 891 192	0	0	0
Acréscimos de custos do investimento contratual	100 636 543	99 000 940	103 501 745	96 769 172	86 927 445	55 774 824
Subsídios ao investimento e outros	111 148 705	102 297 877	108 445 819	103 310 075	98 174 005	93 038 137
Total dos passivos não correntes	357 958 492	349 918 720	370 854 753	324 722 223	287 544 718	227 053 847
Passivos correntes						
Empréstimos	45 542 236	17 203 782	17 090 473	19 954 341	21 369 600	21 833 227
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	20 485 340	0	54 811 587	180 770 433	313 128 399
Fornecedores	8 052 169	11 837 216	10 788 448	15 823 906	17 613 720	16 593 444
Passivos de locação	341 803	1 489 071	335 671	1 623 745	1 663 093	1 663 093
Outros passivos correntes	8 728 801	3 039 585	3 185 188	3 445 586	3 563 249	3 688 041
Imposto sobre o rendimento do exercício	1 924 874	0	0	0	206 159	0
Estado e outros entes públicos	4 121 075	3 544 547	4 234 830	4 034 427	4 542 054	5 041 742
Total dos passivos correntes	68 710 958	57 599 540	35 634 609	99 693 591	229 728 309	361 947 947
Total do passivo	426 669 450	407 518 260	406 489 363	424 415 815	517 273 027	589 001 794
Total do passivo e do capital próprio	546 381 443	530 567 710	526 234 099	547 745 348	641 265 777	713 636 365

Figura 29 - Demonstração da Posição Financeira Previsional

Demonstração da Posição Financeira Previsional 2026- Trimestral

BALANÇO	31.03.2026	30.06.2026	30.09.2026	31.12.2026
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Ativos não correntes				
Ativos intangíveis	427 198 880	436 062 137	443 113 643	459 756 358
Ativos fixos tangíveis	1 665 381	1 959 977	1 844 153	1 909 258
Ativos sob direito de uso	4 489 867	4 163 656	4 783 702	4 509 624
Investimentos financeiros	24 056	24 056	24 056	24 056
Impostos diferidos ativos	54 686 610	54 019 815	53 147 225	52 640 418
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	0	0	0	1 416 698
Clientes e outros ativos não correntes	0	0	0	0
Total dos ativos não correntes	488 064 793	496 229 641	502 912 779	520 256 412
Ativos correntes				
Inventários	1 466 976	2 985 639	2 817 735	1 439 352
Clientes	19 799 769	19 639 561	19 589 266	19 686 903
Estado e outros entes públicos	2 642 151	2 974 152	3 187 314	2 844 347
Imposto sobre o rendimento do exercício	1 116 088	0	2 018 666	3 026 752
Outros ativos correntes	2 585 030	2 480 946	1 604 770	486 581
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	6 131 735	5 000	5 000	5 000
Total dos ativos correntes	33 741 748	28 085 298	29 222 751	27 488 935
Total do ativo	521 806 541	524 314 939	532 135 530	547 745 348
Capital próprio dos accionistas maioritários				
Capital social	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Acções próprias	(2 521 433)	(2 521 433)	(2 521 433)	0
Reservas e outros ajustamentos	2 509 420	2 509 420	2 509 420	2 509 420
Resultados transitados	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	1 768 925	3 596 704	5 444 569	7 292 433
Total do capital próprio	115 284 592	117 112 371	118 960 235	123 329 533
Passivos não correntes				
Provisões	639 646	634 505	630 650	625 509
Empréstimos	122 010 097	115 794 760	112 344 920	105 735 352
Passivos de locação	3 314 973	3 059 458	3 503 350	2 665 594
Outros passivos não correntes	406 619	395 141	383 662	372 184
Impostos diferidos passivos	15 674 693	15 531 241	15 387 789	15 244 337
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	12 990 044	7 954 617	2 273 738	0
Acréscimos de custos do investimento contratual	102 571 124	103 683 189	98 651 398	96 769 172
Subsídios ao investimento e outros	107 161 883	105 877 947	104 594 011	103 310 075
Total dos passivos não correntes	364 769 079	352 930 858	337 769 518	324 722 223
Passivos correntes				
Empréstimos	18 282 344	18 428 071	19 614 892	19 954 341
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	16 573 009	33 405 995	54 811 587
Fornecedores	11 329 121	12 272 706	13 871 821	15 823 906
Passivos de locação	1 022 059	1 022 059	1 268 908	1 623 745
Outros passivos correntes	9 481 555	3 513 067	4 011 860	3 445 586
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	3 996	0	0
Estado e outros entes públicos	1 637 791	2 458 802	3 232 299	4 034 427
Total dos passivos correntes	41 752 870	54 271 710	75 405 776	99 693 591
Total do passivo	406 521 950	407 202 568	413 175 294	424 415 815
Total do passivo e do capital próprio	521 806 541	524 314 939	532 135 530	547 745 348

Figura 30 - Demonstração da Posição Financeira Previsional 2026 - Trimestral

Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028
	Real	PAO	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Vendas	100 878	217 632	133 545	574 551	574 551	574 551
Prestações de serviços	98 454 651	99 858 027	100 270 818	101 898 305	103 830 221	105 799 052
Serviços de construção (IFRIC12)	18 879 195	51 894 661	31 058 318	72 313 522	114 416 548	107 335 783
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(564 657)	7 634 994	(598 958)	17 307 890	19 403 430	24 636 518
Volume de negócios	116 870 067	159 605 314	130 863 723	192 094 269	238 224 749	238 345 904
Custo das vendas/variação dos inventários	(5 061 113)	(5 940 774)	(4 830 453)	(5 194 101)	(5 243 104)	(5 342 723)
Serviços de construção (IFRIC12)	(18 879 195)	(51 894 661)	(31 058 318)	(72 313 522)	(114 416 548)	(107 335 783)
Margem bruta	92 929 758	101 769 879	94 974 953	114 586 645	118 565 097	125 667 398
Fornecimentos e serviços externos	(38 860 967)	(46 950 060)	(45 295 621)	(54 571 539)	(55 928 936)	(57 315 456)
Gastos com pessoal	(16 097 500)	(19 065 285)	(17 353 990)	(20 257 770)	(21 556 767)	(22 868 892)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(20 744 330)	(25 653 332)	(25 348 175)	(31 070 538)	(30 805 332)	(30 614 613)
Provisões e reversões do exercício	(117 860)	0	0	0	0	0
Reversões	405 622			0	0	0
Subsídios ao investimento	4 843 493	4 815 799	5 047 240	5 135 744	5 136 071	5 135 868
Subsídios à Exploração	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas operacionais	(1 195 062)	(921 151)	(895 499)	(994 474)	(1 122 127)	(1 135 979)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	258 477	59 843	31 999	60 260	26 982	60 260
Resultados operacionais	21 421 631	14 055 694	11 160 906	12 888 327	14 314 989	18 928 585
Gastos financeiros	(4 433 174)	(4 428 764)	(3 752 168)	(3 943 972)	(7 248 051)	(11 704 214)
Rendimentos financeiros	1 364 292	189 374	659 385	35 365	0	0
Resultados financeiros	(3 068 881)	(4 239 390)	(3 092 783)	(3 908 607)	(7 248 051)	(11 704 214)
Resultados antes de impostos	18 352 750	9 816 305	8 068 124	8 979 721	7 066 938	7 224 371
Imposto do exercício	(4 966 314)	(2 318 436)	(3 222 717)	(25 665)	(206 159)	(25 797)
Imposto diferido	-6 518 887	(174 966)	1 711 509	(1 661 622)	730 250	654 724
Resultado líquido do exercício	6 867 549	7 322 902	6 556 916	7 292 433	7 591 028	7 853 298

Figura 31 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2026 – Trimestral

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.03.2026	30.06.2026	30.09.2026	31.12.2026
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Vendas	132 227	272 196	433 073	574 551
Prestações de serviços	25 468 596	50 948 885	76 390 222	101 898 305
Serviços de construção (IFRIC 12)	12 275 236	27 252 714	46 562 296	72 313 522
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	2 901 148	7 936 575	13 617 454	17 307 890
Volume de negócios	40 777 207	86 410 370	137 003 046	192 094 269
Custo das vendas/variação dos inventários	(865 602)	(2 414 767)	(4 140 181)	(5 194 101)
Serviços de construção (IFRIC 12)	(12 275 236)	(27 252 714)	(46 562 296)	(72 313 522)
Margem bruta	27 636 369	56 742 889	86 300 569	114 586 645
Fornecimentos e serviços externos	(13 375 067)	(27 566 742)	(41 608 087)	(54 571 539)
Gastos com pessoal	(5 137 477)	(10 088 756)	(15 214 608)	(20 257 770)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(7 569 593)	(15 302 533)	(23 137 507)	(31 070 538)
Provisões e reversões do exercício	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	1 283 936	2 567 872	3 851 808	5 135 744
Subsídios à Exploração	0	0	0	0
Outros gastos e perdas operacionais	(241 171)	(510 620)	(750 391)	(994 474)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	15 065	30 130	45 195	60 260
Resultados operacionais	2 612 062	5 872 239	9 486 978	12 888 327
Gastos financeiros	(826 267)	(1 728 933)	(2 760 281)	(3 943 972)
Rendimentos financeiros	35 365	35 365	35 365	35 365
Resultados financeiros	(790 902)	(1 693 568)	(2 724 916)	(3 908 607)
Resultados antes de impostos	1 821 160	4 178 671	6 762 062	8 979 721
Imposto do exercício	(6 449)	(12 838)	(19 226)	(25 665)
Imposto diferido	(45 786)	(569 129)	(1 298 267)	(1 661 622)
Resultado líquido do exercício	1 768 925	3 596 704	5 444 569	7 292 433

Figura 32 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2026 - Trimestral

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Previsional

	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028
	Real	PAO	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	109 604 602	111 786 308	102 302 083	114 260 166	116 568 835	118 731 756
Pagamentos a fornecedores	(54 428 151)	(73 022 494)	(59 849 244)	(80 404 144)	(81 653 709)	(83 726 355)
Pagamentos ao pessoal	(17 901 205)	(12 321 585)	(14 909 352)	(12 999 117)	(13 684 759)	(14 411 691)
Pagamento/Recebimento do IRC	(2 738 172)	(2 697 204)	(5 406 784)	(1 498 664)	3 026 752	(206 159)
Outros Pagamentos/Recebimentos	3 639 722	(3 020 191)	(6 495 093)	(1 435 326)	(1 316 264)	(1 958 577)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	38 176 796	20 724 834	15 641 611	17 922 915	22 940 856	18 428 974
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Recebimentos de ativos/investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Recebimentos de subsídios de investimento	33 954	0	3 428 020	3 016 121	0	0
Recebimentos de juros e rendimentos similares	971 662	142 031	413 286	26 524	0	0
Apoio de Tesouraria à Holding	20 000 000	0	58 000 000	0	0	0
Pagamentos de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0
Pagamentos de outros ativos	0	0	0	0	0	0
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(1 207 859)	0	(3 234 139)	(1 394 447)	(1 264 638)	(1 348 596)
Pagamentos de ativos intangíveis	(19 651 342)	(54 409 938)	(27 624 889)	(66 092 447)	(112 192 682)	(107 759 413)
	146 415	(54 267 908)	30 982 279	(64 444 249)	(113 457 319)	(109 108 009)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	48 166 782	0	0	0	0
Venda de ações (quotas) próprias	0	2 521 433	0	2 521 433	0	0
Outros recebimentos de atividades de financiamento	0	4 072 173	0	0	0	0
Pagamentos de passivos de locação	(88 970)	(938 025)	(606 242)	(1 307 662)	(1 623 745)	(1 663 093)
Pagamentos de dividendos	(5 987 621)	(6 852 762)	(5 895 684)	(6 229 070)	(6 927 812)	(7 211 477)
Apoio de Tesouraria da Holding	0	0	0	54 811 587	125 958 846	132 357 965
Pagamentos de empréstimos obtidos	(15 278 012)	(43 884 096)	(39 103 760)	(16 937 132)	(19 821 903)	(21 118 893)
Pagamentos de juros e gastos similares	(4 419 879)	(4 263 395)	(3 316 383)	(3 893 157)	(7 068 924)	(11 685 468)
	(25 774 481)	(1 177 892)	(48 922 070)	28 965 999	90 516 463	90 679 034
Varição de caixa e seus equivalentes	12 548 730	(34 720 966)	(2 298 180)	(17 555 335)	0	0
Efeitos das diferenças de câmbio						
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 309 785	34 725 966	19 858 515	17 560 335	5 000	5 000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 858 515	5 000	17 560 335	5 000	5 000	5 000
	12 548 730	(34 720 966)	(2 298 180)	(17 555 335)	0	0

Figura 33 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional

Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2026 – Trimestral

	31.03.2026	30.06.2026	30.09.2026	31.12.2026
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	28 243 234	56 929 659	85 594 908	114 260 166
Pagamentos a fornecedores	(19 145 576)	(40 949 752)	(62 473 833)	(80 404 144)
Pagamentos ao pessoal	(3 153 446)	(6 195 870)	(9 343 706)	(12 999 117)
Pagamento/Recebimento do IRC	0	1 113 695	(627 878)	(1 498 664)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(3 229 327)	(2 548 649)	(1 863 969)	(1 435 326)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2 714 886	8 349 083	11 285 522	17 922 915
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Recebimentos de ativos/investimentos financeiros	0	0	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0	0	0
Recebimentos de subsídios de investimento	1 000 000	1 000 000	2 000 000	3 016 121
Recebimentos de juros e rendimentos similares	26 524	26 524	26 524	26 524
Apoio de Tesouraria à Holding	0	0	0	0
Pagamentos de investimentos financeiros	0	0	0	0
Pagamentos de outros ativos	0	0	0	0
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(508 152)	(1 089 576)	(1 186 636)	(1 394 447)
Pagamentos de ativos intangíveis	(11 413 737)	(25 704 024)	(42 778 189)	(66 092 447)
	(10 895 365)	(25 767 076)	(41 938 301)	(64 444 249)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	0	0	0
Venda de ações (quotas) próprias	0	0	0	2 521 433
Outros recebimentos de atividades de financiamento	0	0	0	0
Pagamentos de passivos de locação	(156 305)	(411 820)	(708 476)	(1 307 662)
Pagamentos de dividendos	0	(6 229 070)	(6 229 070)	(6 229 070)
Apoio de Tesouraria da Holding	0	16 573 009	33 405 995	54 811 587
Pagamentos de empréstimos obtidos	(2 374 002)	(8 365 654)	(10 739 656)	(16 937 132)
Pagamentos de juros e gastos similares	(717 813)	(1 703 807)	(2 631 350)	(3 893 157)
	(3 248 120)	(137 341)	13 097 444	28 965 999
Variação de caixa e seus equivalentes	(11 428 600)	(17 555 335)	(17 555 335)	(17 555 335)
Efeitos das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	17 560 335	17 560 335	17 560 335	17 560 335
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 131 735	5 000	5 000	5 000
	(11 428 600)	(17 555 335)	(17 555 335)	(17 555 335)

Figura 33 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2026 - Trimestral

No respeitante aos fluxos de caixa, os recebimentos e pagamentos decorrem da atividade normal da Empresa, dando-se especial relevância aos que seguidamente se discriminam:

- O recebimento de clientes decorre da faturação prevista, tendo por base os rendimentos tarifários garantidos, a componente tarifária acrescida e a taxa de recursos hídricos, associada ao prazo médio de recebimentos de 60 dias;
- O pagamento a fornecedores compreende o pagamento das aquisições de serviços e bens resultantes da atividade operacional da Empresa de acordo com a sua estrutura de stocks e de gastos;

- O pagamento de ativos intangíveis resulta do volume de investimento previsto realizar, cujo prazo médio de pagamento a fornecedores de imobilizado é de 30 dias;
- O pagamento de empréstimos obtidos e de juros e gastos similares respeita ao BEI;
- O recebimento em 2026 da venda das ações próprias à AdP, SGPS, S.A.;
- O recurso a partir do segundo trimestre de 2026, assim como nos anos de 2027 e 2028, ao apoio de tesouraria da AdP, SGPS, S.A..

Disponibilidades

Para os anos de 2025 a 2028 apresenta-se a decomposição das disponibilidades.

	31.12.2024	31.12.2025	31.03.2026	30.06.2026	30.09.2026	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028
	Real	EF	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Projeção	Projeção
Caixa	5 261	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Depósitos à ordem	2 853 254	17 555 335	6 126 735	0	0	0	0	0
Depósitos a prazo	17 000 000	0	0	0	0	0	0	0
	19 858 515	17 560 335	6 131 735	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Descobertos bancários	0	0	0	0	0	0	0	0
	19 858 515	17 560 335	6 131 735	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000

Figura 34 – Disponibilidades

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., à semelhança de exercícios anteriores, cumpre o Princípio da Unidade de Tesouraria conforme decorre do disposto no artigo 13.º da Lei de Orçamento de Estado para 2025.

5.4. CRESCIMENTO DE VOLUME DE NEGÓCIOS, GASTOS OPERACIONAIS, GASTOS COM PESSOAL E FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Orientações financeiras para o triénio 2026-2028 – Apêndice IEPAO 2026-2028 n.º 2 a), b), c) e d)

Os rendimentos tarifários da Empresa são estruturados numa base de custos aceites que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos à taxa das OT a 10 anos + 3%).

Nos termos do Contrato de Concessão prevê-se a possibilidade de serem definidos rendimentos tarifários para efeitos de faturação. A repartição destes rendimentos tarifários aos utilizadores municipais far-se-á atendendo à proporção da utilização efetiva, aferida pela média aritmética simples do volume de efluente medido, por utilizador municipal, de, pelo menos, um dos últimos seis semestres consecutivos, compreendido

entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1. Para este efeito, para os utilizadores municipais cuja faturação seja efetuada nos moldes atrás descritos, é apurada uma tarifa implícita, resultante da divisão dos rendimentos tarifários pelos volumes utilizados para a respetiva repartição.

Com base nas regras tarifárias em vigor, explanadas no Contrato de Concessão e na lei de bases do setor, as receitas de exploração crescem com o aumento dos gastos de operação. Este é um efeito que se pretende evitar. Paralelamente, também o EBITDA se constitui como um indicador que não reflete a eficiência operacional e financeira, necessária e pretendida para a Empresa. Com efeito, este indicador é suscetível de aumentar com o aumento do investimento e inerentes gastos com a manutenção desses ativos.

As receitas mercantis da Empresa e respetivo esforço de maximização passam, então, por uma estratégia de investimento racional que permita o aumento da cobertura dos serviços de tratamento de águas residuais, mas sobretudo a sua resiliência e segurança, bem como a eficiência das operações, que passa pela transformação digital, através da automatização e da monitorização de processos, pela melhoria dos desempenhos hídrico e energético, entre outros.

A Águas do Tejo Atlântico submeteu à apreciação do Concedente a atualização para o exercício de 2026 da tarifa e dos rendimentos tarifários estabelecidos no Contrato de Concessão, a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, aguardando-se à data da elaboração do presente documento o parecer da ERSAR e a aprovação por parte do Ministério do Ambiente e da Energia.

Deste modo o volume de negócios da Empresa está previamente determinado, pelo que o seu crescimento real está diretamente relacionado com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas pela ERSAR até 31 de julho de cada ano.

Atendendo às orientações financeiras das IEPAO 2026-2028 de que o volume de negócios deverá ser objeto de rigorosa fundamentação quando o seu crescimento for superior à taxa de crescimento nominal do PIB, e também no que respeita ao crescimento do volume de negócios, dos gastos operacionais e com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos, que não deverão ser superiores ao crescimento do volume de negócios, deve ser tido em consideração as particularidades da Águas do Tejo Atlântico, em que:

- A evolução projetada do volume de negócios da Empresa encontra-se sujeita ao contratualizado no Contrato de Concessão;
- As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, são atualizados para o ano da sua aplicação, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável e são aprovados pelo Concedente, não se aplicando por isso o racional do Consumo Privado e/ou PIB para justificar tal evolução.

De acordo com o contrato de concessão as tarifas e os rendimentos tarifários são fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico

financeiro durante toda a concessão e a acessibilidade social dos serviços prestados, tendo por objetivo garantir a qualidade do serviço prestado

Acresce que a Águas do Tejo Atlântico se rege por ciclos (também designados períodos tarifários), espelhados no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), divididos num primeiro período de convergência, de 10 anos, no qual as tarifas e os rendimentos tarifários estão pré-fixados no Contrato de Concessão, e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Esta convergência é essencial precisamente para garantir um período de uniformização tarifária gradual dos 3 subsistemas que a compõem.

Como já referido, nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, a Empresa pode ainda desenvolver outras atividades de negócio, e nesse sentido manteve-se o pressuposto de fornecimento de ApR, quer da Fábrica de Água de Beirolas ao Município de Lisboa e ao IKEA, assim como a West Cliff Ocean and Golf Resort, este último a partir da Fábrica de Água do Casalinho, localizada na zona de Óbidos, com vista à rega de campos de golf daquele empreendimento.

Simultaneamente, já se obteve a respetiva licença de produção e fornecimento de ApR para as Fábricas de Água de Frielas, de Chelas, de Mafra, da Guia, Alcântara e Alverca, havendo já interessados na aquisição deste novo produto, pelo que a AdTA teve em consideração no seu orçamento os proveitos que possam advir desta, ainda, atividade complementar.

Estão a ser ultimados os Protocolos de Entendimento tripartidos com os Municípios de Loures, Cascais, Lourinhã e Óbidos e utilizadores de ApR nesses concelhos, de forma a possibilitar a definição de volumes a fornecer e tarifas, para instrução do pedido de autorização de ACA (Atividades Acessórias e Complementares) à ERSAR e ao concedente, sendo previsível que em 2026 se consiga assinar contratos de fornecimento.

5.5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Orientações financeiras para o triénio 2026-2028 – Apêndice IEPAO 2026-2028 n° 2 e)

O PAO 2026 da Águas do Tejo Atlântico reflete o equilíbrio das contas de exploração da Empresa e o cumprimento das orientações relativas à contenção de gastos em cada exercício.

Os montantes orçamentados e estimados para os exercícios seguintes, apresentados neste documento, tiveram em conta o desempenho de 2024 e o que se espera de 2025, das infraestruturas e as restrições anteriormente descritas, e refletem um nível de gastos adequado e necessário para garantir o normal

funcionamento do sistema multimunicipal face aos níveis de serviço exigidos, ao estado das infraestruturas e equipamentos e à necessidade de recursos humanos para assegurar o funcionamento desta Empresa (que labora 24 horas por dia e 365 dias por ano). Na preparação do orçamento para 2026, além do volume de atividade e outros fatores que concorrem para a normalidade das operações, foi tida em atenção a previsão do aumento de preços. Não é de mais recordar que o período de incerteza atual, de conflitos e guerras, poderá implicar acréscimos de gastos em diversas rubricas, de tendência não linear e até não previsível.

É de referir que a Empresa, de acordo com as políticas contabilísticas adotadas, procede ao reconhecimento dos designados “Trabalhos para a própria Empresa”, que correspondem aos gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo, portanto, reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são diretamente deduzidos às rubricas de gastos a que dizem respeito por contrapartida de imobilizado.

A Águas do Tejo Atlântico apenas procede à capitalização de gastos com o pessoal, e das direções diretamente afetas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil, não procedendo à capitalização de outras naturezas de gastos, tais como fornecimentos e serviços externos e gastos financeiros.

5.6. RÁCIO – EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Princípios de elaboração do PAO – Apêndice IEPAO 2026-2028 n° 3.1

De acordo com o preconizado pelos princípios gerais para elaboração das IEPAO 2026-2028, os valores apurados dos Gastos Operacionais, sobre o Volume de Negócios, e de Eficiência Operacional para o período em análise são os seguintes:

Eficiência operacional	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-60 019 581	-71 956 118	-67 480 064	-80 023 410	-82 728 808	-85 527 072	-12 543 346	-18,6%
CMVMC	-5 061 113	-5 940 774	-4 830 453	-5 194 101	-5 243 104	-5 342 723	-363 648	-7,5%
FSE	-38 860 967	-46 950 060	-45 295 621	-54 571 539	-55 928 936	-57 315 456	-9 275 918	-20,5%
Gastos com pessoal	-16 097 500	-19 065 285	-17 353 990	-20 257 770	-21 556 767	-22 868 892	-2 903 780	-16,7%
1-Pedido de Excecionalidade		916 878	0	1 197 309	1 154 138	1 226 653	1 126 582	
Valorizações Remuneratórias do ano		916 878		975 377	1 143 870	1 216 385	975 377	
Reclassificações cláusula 21.ª do ACT		0		151 205	0	0	151 205	
Aumento OS		0		11 641	10 268	10 268		
Aumento Seguro de Saúde				59 086	0	0		
2-Dedução para efeitos de comparabilidade		1 374 039	56 829	10 014 588	11 462 703	12 867 217	9 957 759	17522%
Aumento preço eletricidade				651 689	0	0	651 689	
Aumento preço tratamento de lamas				6 492 470	0	0	6 492 470	
Aumento preço tratamento resíduos				1 275 183	0	0	1 275 183	
Efeito das novas admissões PAO26 - para o ano a que respeitam				865 272	250 806	250 376	865 272	
Efeito das admissões que no ano anterior não estiveram o ano completo				340 948	0	0	340 948	
Absentismo		204 293		282 713	0	0	282 713	
Processo Jurídico Acidente da Guia		151 750	56 829	106 312	0	0	49 483	1
Processo Jurídico Reclassificações ACT		75 996	0	0	0	0	0	
Inspeção e Aval. das condições estruturais e de funcionamento do Interceptor Geral da Costa do Estoril		942 000	0	0	0	0	0	
Anulação das deduções de 2026 aos gastos operacionais					11 211 897	0		
Anulação das deduções de 2027 aos gastos operacionais						12 616 841		
Gastos operacionais ajustados (de 1 e 2)	60 019 581	69 665 201	67 423 234	68 811 512	70 111 966	71 433 202	1 388 278	2,1%
Volume de negócios	98 555 528	100 075 659	100 404 363	102 472 856	104 404 772	106 373 603	2 068 493	2,1%
Vendas	100 878	217 632	133 545	574 551	574 551	574 551	441 006	330,2%
Prestações de Serviços	98 454 651	99 858 027	100 270 818	101 898 305	103 830 221	105 799 052	1 627 487	1,6%
Volume de Negócios ajustado	98 555 528	100 075 659	100 404 363	102 472 856	104 404 772	106 373 603	2 068 493	2,1%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	60,90%	69,61%	67,15%	67,15%	67,15%	67,15%	0,00	

Figura 35 - Rácio PRC

Os gastos com CMVMC, FSE's, Gastos com o Pessoal e Volume de Negócios constam da Demonstração de Resultados, não sendo considerado para o efeito do cálculo do indicador os valores resultantes da aplicação da IFRIC12, assim como do Desvio de Recuperação de Gastos.

Da análise do rácio GO/VN como indicador de avaliação da eficiência operacional da Águas do Tejo Atlântico, não pode ser descurado o impacto que têm as despesas de natureza obrigatória, legal, ou imprescindível, e que não têm consequências em matéria de eficiência operacional no seu sentido real.

A Águas do Tejo Atlântico rege-se por ciclos (também designados períodos tarifários), espelhados no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), divididos num primeiro período de convergência, de 10 anos, no qual as tarifas e os rendimentos tarifários estão pré-fixados no Contrato de Concessão e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em

função dos resultados gerados. Esta convergência é essencial precisamente para garantir um período de uniformização tarifária gradual dos 3 subsistemas que estão na origem da Empresa.

Encontra-se pendente de aprovação do concedente uma revisão extraordinária do tarifário consubstanciada, designadamente, na apresentação de um novo estudo de viabilidade económica e financeira para o período concessório, como oportunamente já supracitado.

Como já referido em processos orçamentais anteriores, a Águas do Tejo Atlântico, apesar de ter sido constituída em 2017, apenas em 2020 deu início a alguns trabalhos fruto em parte do próprio processo de criação da Empresa e do reescalonamento e normal desenvolvimento da atividade, assim como deu início aos processos de atividade programada relacionada com o estado funcional das infraestruturas. Estes processos envolvem um conjunto vasto de procedimentos de cadastro, inspeções e de auditorias. Em 2020 foram iniciadas as ações mais urgentes e efetuadas intervenções pontuais e críticas decorrentes de um evento de extrema gravidade vivido na Empresa. Volvidos 6 anos, ainda existem défices de manutenção que tem vindo a impactar a atividade operacional, o que obriga a um esforço acrescido de intervenção nos sistemas infraestruturais, quer na dimensão operacional, quer na dimensão funcional, de modo a suprir riscos significativos de segurança, ou a colocar em causa a eficiência operacional e o cumprimento de obrigações legais e de serviço.

A idade média dos subsistemas em operação na Empresa exige uma atividade intensa de manutenção preventiva incompatível com os recursos internos existentes. O objetivo é alcançar o bom estado funcional em todos os subsistemas, de modo a implementar as políticas de gestão sustentável das infraestruturas já definidas e aprovadas na Empresa.

Parte destes ativos físicos já sofreram intervenções de reabilitação, sobretudo ao nível de equipamentos mecânicos e elétricos, contudo, um elevado número dessas infraestruturas ainda mantém órgãos e equipamentos originais, sobretudo ao nível da construção civil, assumindo particular criticidade na continuidade do serviço. Acresce que grande parte dos ativos provenientes da ex-SANEST e ex-SIMTEJO (e anteriormente dos respetivos municípios) foram pioneiros do saneamento em Portugal, apresentando desgaste resultante do decurso do tempo e da desatualização tecnológica.

Alguns dos ativos da Empresa mais antigos, ainda que reabilitados, remontam à década de noventa, do século passado. A título de exemplo identificam-se os seguintes:

- ETAR de Beirolas - 1989
- ETAR de Chelas – 1989
- ETAR da Guia – 1994
- Intercetor da costa do Estoril - 1994
- ETAR de Frielas - 1998

- ETAR de Alcântara – 2010

Não obstante alguns destes ativos terem sido objeto de intervenções de beneficiação após as datas de construção inicial acima indicadas, em particular a ETAR da Guia e a ETAR de Beirilas, salienta-se que estes ativos têm órgãos e equipamentos originais que carecem de manutenção e, sempre que se justifique, de substituição. Adicionalmente, e considerando o significativo investimento de reabilitação realizado nos últimos anos nestas duas infraestruturas de grande dimensão, é imprescindível a continua manutenção e reabilitação destes ativos a fim de assegurar a necessária condição funcional dos mesmos. Deve ser considerado ainda, o enorme impacto que qualquer anomalia nessas instalações causaria no rio Tejo e Costa do Estoril, locais frequentados tanto por turistas como pela população local, com repercussões diretas na qualidade balnear e na atração turística do nosso País.

Deste modo se justifica em 2026, a manutenção de gastos relativos às condições de operacionalidade e segurança, cuja previsibilidade era de que se iram esbatendo até ao final do período de convergência tarifária, ou seja, até ao final de 2026. Por vários fatores, de ordem interna, tais como falta de recursos humanos, como de ordem externa, relacionados com a situação de pandemia e a guerra na Ucrânia, que vieram alterar condições de mercado ao nível de preços e de entrega de bens e de prestação de serviços, impossibilitam a Empresa de realizar determinadas atividades, e conseqüentemente incorrer nos respetivos gastos, nas datas a que se propunha. A par desta situação, a aprovação tardia dos orçamentos anteriores a 2025 não permitiu a execução da despesa no calendário projetado, aquando da realização dos exercícios orçamentais. Estas são as razões pelas quais se verificam variações mais significativas em algumas rubricas, quando se compara exercícios económicos fechados, com o que havia sido orçamentado, e que justifica o facto de a Empresa ter de em exercícios orçamentais seguintes de contemplar despesa para procedimentos que havia previsto, mas que não teve possibilidade de os executar. Estes tipos de procedimentos apesar de considerados como gastos operacionais, não estão diretamente ligados ao volume de atividade operacional, como é o caso dos relacionados com o consumo de reagentes ou com o tratamento de lamas.

Para este tipo de gastos poderá haver um agravamento, sem que seja possível à Empresa a compensação direta e imediata através das receitas (embora parte destes gastos possam ser reconhecidos em termos regulatórios e conseqüentemente impactar a tarifa, tal não pode ser feito no imediato).

Assim, os gastos previstos no PAO para 2026-2028, resultam exclusivamente da absoluta necessidade de cumprir parâmetros de serviço e de garantir a segurança de pessoas e infraestruturas face às necessidades suplementares identificadas. O acréscimo de gastos, face a anos anteriores, que se possa verificar em algumas rubricas, não resulta da redução da eficiência operacional, como já dito, nem são reflexo da degradação desta, pois este acréscimo de gastos decorre da necessidade de recuperação do passado, em que não pode ser descurado o efeito derivado das condições do mercado, em que se tem vindo a assistir a um agravamento dos preços.

As dificuldades na contratação atempada dos bens e serviços necessários, em grande parte por fatores alheios à Empresa, levam a que intervenções de manutenção e conservação, assim como de outra natureza, indispensáveis à qualidade e à segurança operacionais sejam adiadas. Sendo, portanto, inevitável que na impossibilidade de realização da despesa em determinado exercício, que a mesma transite para o exercício seguinte. Existe deste modo, a tentativa da Empresa na recuperação de gastos necessários de prestações de serviços e de fornecimento de bens não diretamente relacionados com o volume de atividade.

Tal como a Águas do Tejo Atlântico tem tido oportunidade de expor em sede de processos orçamentais anteriores, a realização de auditorias internas e externas permitiu constatar o nível crítico de degradação de infraestruturas e identificar ações que carecem de ser implementadas, com vista a aumentar a segurança para níveis compatíveis com o serviço cometido pela tutela à Águas do Tejo Atlântico, em prol do ambiente e da saúde pública, cuja não realização conduzirão à não verificação de requisitos legais e limiares impostos à Empresa e à deterioração da sua capacidade operacional.

O PAO para 2026, vem reforçar o preconizado nos PAO anteriores, relativamente à necessidade de a Águas do Tejo Atlântico concretizar, de uma forma firme e consistente, os objetivos que lhe foram traçados aquando da sua criação, dando cumprimento ao estipulado no Contrato de Concessão, o que implica não só tratar de forma adequada o efluente que chega às suas Fábricas da Água, mas também, como já referido, conservar, manter, reparar, renovar, adaptar e melhorar as infraestruturas, instalações e equipamentos necessários ao bom desempenho do serviço público que presta, assegurando também, por essa via, a segurança das pessoas e das instalações.

A par de auditorias e inspeções aos ativos dos sistemas da AdTA, as exigências legais da atividade e as exigências vertidas no Contrato de Concessão implicam a realização de gastos não incorridos no passado com vista a garantir não só a operacionalização de requisitos mais exigentes de produção, mas também padrões mais elevados de condição e segurança das infraestruturas e dos equipamentos. Gastos estes imprescindíveis, ou seja, cuja concretização não pode ser comprometida, sob pena de a Empresa vir a incorrer noutros gastos, diretos e indiretos, alguns dos quais não mensuráveis e com consequências significativas e potencialmente irreversíveis, comprometendo a segurança das pessoas e das instalações.

Neste contexto, salienta-se o volume de investimento previsto para os 3 próximos anos, que incluem operações relacionadas com o plano de neutralidade energética e plano de lamas, mas sobretudo um conjunto de intervenções de reabilitação e recuperação de diversos ativos cujo estado de condição é hoje claramente insuficiente.

Aspetos para efeitos de comparabilidade

Relativamente à projeção de gastos para 2026, e para efeitos de comparabilidade do rácio de Eficiência Operacional face à Estimativa de Fecho de 2025, foram efetuadas deduções ou adições de gastos, conforme apresentado na figura 35, salientando-se os seguintes:

- O gasto correspondente à variação do preço de eletricidade, cujo preço médio para 2026 aumenta em cerca 6,9%, passando de 0,1313€/kWh para 0,1404€/kWh. As condições do mercado de energia elétrica são reflexo de uma crise sem precedentes, em resultado da guerra na Ucrânia e mais recentemente do conflito do Médio Oriente, que expuseram a fragilidade do sistema energético europeu muito baseado no abastecimento de gás natural russo e no petróleo do Médio Oriente. Sobre a projeção para 2026 do preço de aquisição de energia elétrica, ver por favor o ponto referente aos pressupostos macroeconómicos.

Sobre os gastos com eletricidade, não pode deixar de ser referido que na orçamentação dos gastos para 2026 a Empresa para além de considerar o volume de atividade, procurou a eficiência considerando em detrimento da aquisição de energia no mercado o recurso a energia proveniente de produção própria, verificando-se uma diminuição na quantidade de energia adquirida ao mercado, face à estimativa de fecho de 2025.

- O gasto relacionado com a variação do preço de transporte, tratamento e encaminhamento a destino final de lamas produzidas nas estações de tratamento de águas residuais, tendo em consideração que o preço médio unitário quase que duplicou de 2025 para 2026, passando de 46,43€/ton para 83,25€/ton, significativamente acima do que seria um aumento decorrente da inflação. Os preços considerados para 2026 tiveram por base os novos procedimentos de contratação, em que à data de elaboração do presente documento alguns dos lotes haviam ficado desertos e como tal, poderão a vir ser celebrados com valores unitários ainda superiores aos acima mencionados. Esta realidade do mercado de transporte, tratamento e encaminhamento a destino final de lamas veio reforçar a importância do plano de lamas em implementação na AdTA, incluindo a possibilidade de antecipar alguns investimentos com vista à redução da quantidade de subprodutos produzidos.

- O gasto relacionado com a variação do preço de tratamento de resíduos, areias e gradados, produzidos nas estações de tratamento de águas residuais que era até 2025 de 153€/ton e o concurso público recentemente celebrado conduziu à celebração de um contrato com o valor de 288€/ton. Com efeito, a irregularidade e imprevisibilidade deste mercado conduziu aos resultados acima indicados em que o gasto médio com este tipo de responsabilidade quase que duplica do ano 2025 para o ano 2026 sem que o quantitativo de subprodutos a valorizar tenha alterações significativas.

- O efeito nos gastos de 2026 quer das novas admissões, para as quais se solicita autorização, assim como do efeito do acréscimo de gasto das admissões que ocorreram em 2025, que por não terem representado um ano completo em 2025, leva a que os gastos de 2026 sejam superiores;
- O efeito do valor respeitante ao absentismo de 2025;
- O gasto extraordinário que estima vir a incorrer em 2025 e 2026, decorrente do acidente mortal ocorrido em 2020 na Fábrica Água da Guia, em que terá a Empresa de recorrer a assistência jurídica especializada, uma vez que este assunto incorre num ramo do Direito que não corresponde a área de especialidade dos elementos do Departamento Jurídico da Empresa, nem dos advogados avançados que lhe prestam serviços, à semelhança do procedimento tido no PAO25.

No cálculo da Eficiência Operacional estão ainda a ser deduzidos, como pedido de excecionalidade, o impacte nos gastos do que decorre de obrigações legais, nomeadamente o relacionado com gastos com o pessoal no âmbito das valorizações salariais, atendendo ao acordo tripartido de valorização salarial e crescimento económico para 2025-2028 que o Governo estabeleceu em 2024, o resultante do processo de reclassificações ao abrigo da cláusula 21.ª do ACT, assim como o aumento salarial previsto para os Órgãos Sociais, e o decorrente do acréscimo de gastos com Seguro de Saúde, por via de apuramento de resultados e aplicação da cláusula contratual de bónus/malus.

5.7. RESULTADO OPERACIONAL

Orientações financeiras para o triénio 2026-2028 – Apêndice IEPAO 2026-2028 n.º 2 f)

EBITDA

Os valores estimados do EBITDA para o período em análise são os seguintes:

EBITDA	31.12.2024 Real	31.12.2025 EF	31.12.2026 Orçamento	31.12.2027 Projeção	31.12.2028 Projeção	variação % 2026 vs 2025
Resultados operacionais	21 421 631	11 160 906	12 888 327	14 314 989	18 928 585	15%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20 744 330	25 348 175	31 070 538	30 805 332	30 614 613	23%
Provisões e reversões do exercício	117 860	0	0	0	0	-
	42 283 821	36 509 081	43 958 866	45 120 320	49 543 198	20%

Figura 36 – EBITDA

EBITDA Ajustado	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028	variação % 2026 vs 2025
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Resultados operacionais	21 421 631	11 160 906	12 888 327	14 314 989	18 928 585	15%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20 744 330	25 348 175	31 070 538	30 805 332	30 614 613	23%
Provisões e reversões do exercício	1 17 860	0	0	0	0	-
Perdas por imparidade e reversões	(405 622)	0	0	0	0	-
Subsídios ao investimento	(4 843 493)	(5 047 240)	(5 135 744)	(5 136 071)	(5 135 868)	2%
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	564 657	598 958	(17 307 890)	(19 403 430)	(24 636 518)	-2990%
	37 599 363	32 060 799	21 515 232	20 580 819	19 770 812	-33%

Figura 37 – EBITDA Ajustado

EBIT - Líquido de variações de justo valor, provisões e imparidades

Os valores estimados do EBIT para o período em análise são os seguintes:

EBIT Líquido	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028	variação % 2026 vs 2025
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Resultados operacionais	21 539 491	11 160 906	12 888 327	14 314 989	18 928 585	15%

Figura 38 – EBIT

Os gastos da Águas do Tejo Atlântico decorrem exclusivamente da sua atividade operacional, que apesar do reforço de gastos em reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios, assim como de segurança de pessoas, equipamentos e infraestruturas, permite uma evolução do EBIT, líquido de variações de justo valor, provisões e imparidades, para 2026 favorável, face ao do ano anterior.

Recorde-se, como já referido, que o volume de negócios da Empresa está previamente determinado. Tal decorre das tarifas e dos rendimentos tarifários estarem pré-fixados no Contrato de Concessão, e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Pelo exposto, a evolução dos gastos operacionais não corresponde na mesma medida à evolução do volume de negócios.

5.8. CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Princípios de elaboração do PAO – Apêndice IEPAO 2026-2028 n° 5

Apesar da Águas do Tejo Atlântico para 2026 não cumprir individualmente a orientação relativa ao crescimento do endividamento das empresas em mais de 2% ao abrigo do constante no ponto 5 das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, este princípio financeiro e indicador pode ser aferido no conjunto de empresas que estejam em relação de grupo, competindo à

empresa mãe assegurar o efetivo cumprimento daquele limite. Desta forma, remete-se a aferição do cumprimento do endividamento para o consolidado do Grupo AdP.

Endividamento	31.12.2026 Orçamento
Financiamento remunerado (n)	180 368 842
Financiamento remunerado (n-1)	142 076 865
Capital social realizado (n)	113 527 680
Capital social realizado (n-1)	113 527 680
Novos investimentos do ano (relevantes)	
Varição do Endividamento	14,98%

Figura 42 – Variação do endividamento no período 2025-2026

5.9. RESULTADO LÍQUIDO

Orientações financeiras para o triénio 2026-2028 – Apêndice IEPAO 2026-2028 n° 2 g)

O Resultado Líquido de 2026 da Águas do Tejo Atlântico corresponde à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na taxa de Obrigações do Tesouro prevista para 2026 acrescida do prémio de risco (3,05%+3%), nos termos que seguidamente se explicam.

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) é calculado nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, e do Contrato de Concessão que estipula, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da Sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela ERSAR ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Consideram-se desvios de recuperação de gastos (DRG): (i) a diferença existente, à data da extinção das Sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da Sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a Sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) a diferença verificada, anualmente, entre os resultados líquidos da Sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a Sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas, até ao termo do terceiro período

quinquenal da concessão, ficando os respetivos valores sujeitos a aprovação pela entidade reguladora do setor.

Os DRG gerados na vigência da concessão, e os existentes à data da cisão, pelo n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 16/2021, devem ser integralmente recuperados ou reintegrados nas tarifas ou rendimentos tarifários até ao termo do prazo da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto, que pode assumir natureza deficitária ou superavitária, registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida da demonstração da posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Pelo exposto, a melhoria do Resultado Líquido da Empresa está condicionada às regras anteriormente referidas.

5.10. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

Orientações financeiras para o triénio 2026-2028 – Apêndice IEPAO 2026-2028 nº 2 k)

A estrutura de financiamento da Empresa, considerando o recurso às fontes de financiamento assinaladas, para além do autofinanciamento é a seguinte:

- O Capital Social, que ascende a 113,5 M€;
- A participação total de fundos comunitários (subsídios ao investimento);
- Empréstimos BEI;
- Apoio de tesouraria da AdP-SGPS, S.A..

No que respeita ao período em análise (2026-2028), identificam-se de seguida as fontes de financiamento:

Fontes de financiamento	31.12.2024 Real	31.12.2025 EF	31.12.2026 Orçamento	31.12.2027 Projeção	31.12.2028 Projeção	variação % 2026 vs 2025
Passivos não correntes						
Empréstimos BEI	112 982 316	125 460 467	105 735 352	84 713 247	63 181 151	-16%
Subsídios ao investimento	111 148 705	108 445 819	103 310 075	98 174 005	93 038 137	-5%
	224 131 021	233 906 286	209 045 427	182 887 252	156 219 288	-10,63%
Passivos correntes						
Empréstimos BEI	45 200 415	16 616 398	19 821 903	21 118 893	21 629 149	19%
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	0	54 811 587	180 770 433	313 128 399	-
	45 200 415	16 616 398	74 633 490	201 889 326	334 757 548	349,16%
Total de financiamentos	269 331 437	250 522 684	283 678 917	384 776 578	490 976 836	13,23%

Figura 39 - Fontes de Financiamento para o período 2026-2028

A Águas do Tejo Atlântico, proveniente da estimativa de aumento dos preços em 2026, quer de bens, materiais e serviços, projetou a sua estrutura de endividamento. A atividade da Águas do Tejo Atlântico está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão de riscos do Grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes de imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada pela holding do Grupo AdP.

A Empresa projetou, para a estimativa de fecho de 2025 e para os anos de 2026 a 2028, as amortizações previstas referentes ao financiamento contratualizado junto do Banco Europeu de Investimento. Contudo, derivado, essencialmente, do grande volume de investimento, a Águas do Tejo Atlântico prevê aumentar em 2026 o seu endividamento bruto em 13,23%.

Assim, decorrente do forte aumento do volume de investimentos, em que os valores a despende são agravados pelo aumento de preços, a Empresa prevê para 2026, e anos seguintes, o recurso a apoio de tesouraria junto do acionista maioritário, AdP, SGPS, S.A., conforme figura 40.

Apresenta-se de seguida a estrutura de endividamento para o triénio:

Endividamento	31.12.2024 Real	31.12.2025 EF	31.12.2026 Orçamento	31.12.2027 Projeção	31.12.2028 Projeção	variação % 2026 vs 2025
Empréstimos BEI (não correntes)	112 982 316	125 460 467	105 735 352	84 713 247	63 181 151	-16%
Empréstimos BEI (correntes)	45 200 415	16 616 398	19 821 903	21 118 893	21 629 149	19%
Apoio de tesouraria da AdP SGPS (corrente)	0	0	54 811 587	180 770 433	313 128 399	-
Endividamento bruto	158 182 732	142 076 865	180 368 842	286 602 573	397 938 699	26,95%
Caixa e equivalentes de caixa	19 889 096	17 560 335	5 000	5 000	5 000	-100%
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	35 023 636	0	0	0	0	-
Total disponibilidades	54 912 732	17 560 335	5 000	5 000	5 000	-99,97%
Endividamento líquido	103 270 000	124 516 530	180 363 842	286 597 573	397 933 699	44,85%
Variação do endividamento bruto		-10%	27%	59%	39%	
Variação do endividamento líquido		21%	45%	59%	39%	

Figura 40 - Endividamento no período 2026-2028

Taxa média de financiamento	31.12.2024 Real	31.12.2025 EF	31.12.2026 Orçamento	31.12.2027 Projeção	31.12.2028 Projeção	variação % 2026 vs 2025
Endividamento bruto	165 773 211	142 076 865	180 368 842	286 602 573	397 938 699	27%
Gastos financeiros	4 397 566	3 694 633	3 715 911	6 990 611	11 434 394	1%
Taxa média de financiamento	2,65%	2,60%	2,06%	2,44%	2,87%	-20,78%

Figura 41 - Taxa média de financiamento no período 2026-2028

5.11. PAGAMENTOS EM ATRASO

Orientações financeiras para o triénio 2026-2028 – Apêndice IEPAO 2026-2028 n.º 2 I)

Pagamentos em Atraso (Arrears)	31.12.2024 Real	31.12.2025 EF	31.12.2026 Orçamento	31.12.2027 Projeção	31.12.2028 Projeção	variação % 2025 vs 2026
Montante	237 467	0	0	0	0	0%

Figura 43 – Pagamentos em atraso

Os valores de 2024 apresentados como dívida em atraso correspondem na sua totalidade a situações de divergência entre os valores encomendados e os valores faturados, e para os quais a Empresa aguardava da parte dos fornecedores por esclarecimento ou emissão de notas de crédito. A Empresa tem pautado por cumprir a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, relativa ao “Programa pagar a tempo e horas” tratando-se este tipo de situações de casos pontuais, que não consubstanciam efetivos atrasos de pagamento.

5.12. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

Orientações financeiras para o triénio 2026-2028 – Apêndice IEPAO 2026-2028 n.º 2 m)

Apresenta-se no seguinte quadro o prazo médio de pagamentos, tendo por base as dívidas correntes a fornecedores e as aquisições de bens e serviços, para exploração e investimento:

Prazo médio de pagamentos	31.12.2024 Real	31.12.2025 EF	31.03.2026 Orçamento	30.06.2026 Orçamento	30.09.2026 Orçamento	31.12.2026 Orçamento	31.12.2027 Projeção	31.12.2028 Projeção
Fornecedores	5 703 784	8 382 011	8 922 684	9 866 269	11 465 384	13 417 469	15 207 283	14 187 007
Fornecimentos e serviços externos	38 860 967	45 295 621	13 375 067	27 566 742	41 608 087	54 571 539	55 928 936	57 315 456
CMVMC	4 447 158	4 830 453	865 602	2 414 767	4 140 181	5 194 101	5 243 104	5 342 723
Investimento	19 878 838	31 737 469	12 590 670	28 043 188	47 478 283	73 611 016	115 512 221	108 701 456
PMP - RCM n.º 34/2008	25	28	30	30	30	30	30	30

Figura 44 – Prazo médio de pagamento

Note-se que o recebimento dos clientes está contratualizado nos 60 dias e que naturalmente este prazo pode influenciar o prazo de pagamento.

5.13. ESTUDOS PARECERES E PROJETOS DE CONSULTORIA

Princípios de elaboração do PAO – Apêndice IEPAO 2026-2028 n° 3.3

No que concerne aos gastos com estudos, pareceres e projetos de consultoria, a Águas do Tejo Atlântico, a estimativa de gastos é a seguinte:

	31.12.2024 Real	31.12.2025 EF	31.12.2026 Orçamento	31.12.2027 Projeção	31.12.2028 Projeção	variação % 2025 vs 2026
Estudos, pareceres e projetos de consultoria	6 335	27 402	39 190	18 740	11 240	43%

Figura 45 – Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria

5.14. FROTA AUTOMÓVEL

Princípios de elaboração do PAO – Apêndice IEPAO 2026-2028 n° 3.3

Quanto aos gastos com frota automóvel importa ter em consideração os aspetos referidos no capítulo 9.1 Frota Automóvel - solicitando a Águas do Tejo Atlântico a aprovação para os gastos que se estimam incorrer.

	31.12.2024 Real	31.12.2025 EF	31.12.2026 Orçamento	31.12.2027 Projeção	31.12.2028 Projeção	variação % 2025 vs 2026
Gastos c/ Frota automóvel	1 125 254	1 336 113	1 623 143	1 515 078	1 512 948	21%

Figura 46 – Frota Automóvel

Ao longo de 2025, cumprindo as orientações da Holding, a Empresa procedeu, sempre que possível, à extensão contratual das viaturas existentes, desde que não representasse um aumento de gasto específico do contrato superior a 50%, se e não fosse superior aos valores para alugueres pontuais, mesmo comprando veículos de gamas inferiores. Na impossibilidade de extensão contratual, por não aceitação por parte das locadoras, recorreu a alugueres de curta duração, cumprindo o número total de veículos autorizados, de 161 viaturas.

A AdP, com o objetivo de substituição dos veículos cujos contratos de aluguer já são superiores a 6 anos, lançou procedimentos de contratação pública por segmento de viatura, estimando que no decorrer de 2026, seja possível proceder quer à renovação da frota, celebrando novos contratos de AOV para substituição da frota existente, assim como proceder a novas aquisições.

Para 2026 a Empresa prevê aumentar o número de viaturas em 2, passando a frota da Empresa a perfazer um total de 163 viaturas, e para 2027 foi previsto o aumento em igual número atingindo a frota o número de 165 viaturas, cujas necessidades encontram-se justificada no capítulo 9.1..

5.15. QUADROS FICHEIRO EXCEL

No que concerne às IEPAO 2026-2028, concretamente à indicação no ponto V, respeitante ao tema Informação Financeira, de que devem todos os quadros constantes do ficheiro de Excel, apenso às instruções, ser colados neste ponto, a Águas do Tejo Atlântico apresenta-os como anexo VI do presente relatório, de modo que se tenha uma maior legibilidade dos mesmos. De igual modo remete conjuntamente com o presente relatório o ficheiro Excel devidamente preenchido, tal como indicado nas instruções.

6. CONTRATO PROGRAMA, CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO, CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Águas do Tejo Atlântico não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica administrativa seja titulada por Contrato de Concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, o que é o caso da Águas do Tejo Atlântico relativamente à exploração e gestão do sistema multimunicipal da Grande Lisboa e Oeste.

6.1. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da Empresa, a Águas do Tejo Atlântico dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

Plano de Negócios

O Plano de Negócios da Empresa encontra-se consubstanciado no estudo de viabilidade económico e financeiro, para o período de concessão da Empresa, 30 anos.

Plano Anual de Investimentos (PAI)

O PAI é elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que a Empresa prevê realizar para esse período, tendo por base fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade dos efluentes e serviços prestados e de eficiência organizacional.

A realização de cada um dos projetos de investimentos é controlada rigorosamente, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede de PAI e cumprindo escrupulosamente a delegação de competências em vigor na Empresa.

No caso de investimentos que a Empresa pretenda realizar, e que não estejam previstos no Contrato de Concessão, ou que o valor a despendar supere o previsto, é solicitada prévia autorização à AdP-SGPS, e

posteriormente submetida à ERSAR com o conhecimento do Concedente. A autorização é concedida pelo Concedente mediante parecer favorável da ERSAR.

Qualquer investimento que se pretenda realizar não previsto no PAI carece de deliberação do Conselho de Administração (CA), independentemente do montante envolvido.

Orçamento Anual

O Orçamento é elaborado anualmente, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa, com a participação ativa de todos os responsáveis da Empresa, os quais ficam vinculados a justificação dos desvios supervenientes perante o CA.

Controlo

A avaliação da execução do PAI e do Orçamento Anual é feita mensalmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais é feita anualmente pelo acionista maioritário (AdP), constando a mesma dos Relatórios Anuais de prestação de contas, disponibilizados publicamente no *site* da Empresa.

Relatórios de Acompanhamento

Trimestralmente são produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento.

Refira-se ainda que a aquisição de bens e/ou serviços é monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) – SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na Empresa, para efeitos de aprovação e autorização de despesas.

7. PLANO DE INVESTIMENTOS

7.1. ENQUADRAMENTO GLOBAL

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da Águas do Tejo Atlântico, atendendo não só ao necessário, porém avultado, Plano de Investimentos, mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do seu EVEF (Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, Anexo III do Contrato de Concessão).

O Contrato de Concessão da Empresa estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento, a preços constantes de 2016, de 197,7 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de cerca de 89,1 milhões de euros.

Para além dos investimentos de substituição/renovação/reabilitação, o imobilizado da Empresa (construção civil e equipamento operacional) estará sujeito a trabalhos de manutenção.

Os investimentos a executar pela AdTA estão previstos no Contrato de Concessão em vigor, tendo merecido concordância da tutela setorial e da tutela financeira. Os investimentos a executar estão previamente aprovados, no âmbito do EVEF, por despacho da tutela setorial, ou por análise individual de impactos e autorização prévia.

Os investimentos previstos executar não comprometem os valores globais previstos no Contrato de Concessão em vigor.

Os investimentos a executar pela AdTA no âmbito do Programa C-VALOR foram objeto de despacho de aprovação pelo Secretário de Estado do Ambiente e da Energia (76/SEAENE/2022, ofício 8775/2022 de 9/11/2022), com base em parecer favorável da ERSAR, pelo que se encontram aprovados.

Os investimentos a executar pela AdTA no âmbito Programa ZERO foram objeto de despacho de aprovação pelo Secretário de Estado do Ambiente e da Energia (77/SEAENE/2022, ofício 8778/2022 de 9/11/2022), com base em parecer favorável da ERSAR, pelo que se encontram aprovados.

Investimentos não previstos no Contrato de Concessão ou com valor distinto do previsto, nos termos das Deliberações de 6 de setembro de 2019 e 23 de abril de 2020 da Comissão Executiva da AdP SGPS, são analisados e avaliados, no âmbito do procedimento de Autorizações do Concedente e/ou ERSAR, pela AdP Valor, AdP Energias e AdP SGPS (respetivamente nas vertentes de: valia técnica e bondade do investimento; avaliação do compromisso da neutralidade energética até 2030; avaliação do impacto tarifário), com os seguintes objetivos:

- Verificação sobre se o investimento na infraestrutura em análise está previsto no Contrato de Concessão e por que montante;
- Aferição sobre se o investimento e demais custos de exploração e manutenção apresentam impacto tarifário, indicando quais as medidas a adotar para que esse impacto seja nulo ou diminuto no EVEF do Contrato de Concessão e no EVEF em revisão;
- Emissão de parecer por forma a que a Empresa possa prosseguir com o pedido de autorização ao Concedente, com eventual reclassificação de verba genérica de investimento de substituição para financiar o montante em falta face ao previsto no Contrato de Concessão, ou para o eventual aumento do valor de investimento.

O parecer é apreciado pela Comissão Executiva da AdP SGPS, que merecendo aprovação é enviado à Empresa para que esta possa instruir o processo junto do Concedente.

Adicionalmente, para todos os investimentos com montante superior a 500 000 euros, a AdTA solicita parecer da ERSAR para cumprimento do disposto no n.º 3 do Artigo 19.º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios.

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2026 é de 73,6 milhões de euros. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos investimentos por grandes rubricas:

Investimento	31.12.2026
	Orçamento
Empreitadas	46 404 283
Estudos e projetos	3 402 966
Terrenos	870 740
Fiscalizações	1 584 532
Assessorias	2 858 046
Outros	18 490 450
	73 611 016

Figura 47 – Detalhe do investimento para 2026

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados à capitalização de encargos, a projetos de Investigação & Desenvolvimento, às aquisições diretas de equipamento básico e a intervenções em infraestruturas associadas às atividades operacionais, que necessitam de substituição/renovação/reabilitação, no âmbito da obrigação de conservação e manutenção das infraestruturas da concessão. As aquisições de equipamento básico, atendendo à sua natureza, valor e motivos da necessidade dos bens a adquirir, nomeadamente o prolongamento da vida útil ou a substituição de ativos em final de vida útil, foram classificadas com investimento em detrimento de serem previstas na rubrica de conservação e manutenção de fornecimentos e serviços externos.

O planeamento de investimentos da Águas do Tejo Atlântico é revisto com periodicidade anual, sendo objeto de acompanhamento mensal no que respeita designadamente à execução física e financeira.

A priorização da execução das empreitadas previstas no Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão é anualmente ponderada em função da avaliação de risco associado à não execução de cada investimento, de acordo com a Metodologia de Priorização de Investimentos em vigor no Grupo AdP, de forma a manter a qualidade e eficiência dos serviços de recolha e tratamento de águas residuais, salvaguardando a saúde pública, o bem-estar das populações e a proteção do ambiente.

São ainda previstos, sempre que identificados no âmbito de estudos estratégicos realizados pela Águas do Tejo Atlântico, investimentos novos de construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), Estações Elevatórias (EE) e Emissários/Intercetores associados à expansão do Sistema e ao aumento da cobertura/população servida e, como tal, à melhoria significativa da qualidade da água dos meios recetores nas áreas envolventes, a par com os benefícios sociais, económicos e de saúde pública.

Anualmente, na componente de investimento de substituição em Infraestruturas, é efetuada uma análise por Grande Natureza de Ativo (GNA), baseada numa avaliação de risco de falha operacional das infraestruturas. Esta análise permite que sejam identificados e propostos investimentos que contribuam para a redução de situações de degradação de condição infraestrutural e de equipamentos, aumento de eficiência operacional, aumento de eficiência energética e resiliência, bem como de forma específica para a melhoria e manutenção das condições de Segurança nas instalações da Águas do Tejo Atlântico.

7.2. GRANDES TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO

Dos investimentos previstos que pretendem assegurar a necessária e premente melhoria das condições de desempenho, resiliência e operacionalidade dos órgãos e equipamentos existentes nas ETAR, destaca-se, além das já referidas no Plano de Atividades e Orçamento de 2025, nomeadamente as Fábricas de Água (FA) de Torres Vedras, Ericeira, Santa Cruz e Carregado, a execução de intervenções profundas de reabilitação/substituição nas FA de Azambuja, Frielas e Guia, cujas componentes de construção civil, equipamentos, instalações elétricas e supervisão/automação apresentam elevado grau de degradação, aproximando-se do seu fim de vida útil, em que a frequência de falhas se tornou muito significativa, com custos muito acrescidos nomeadamente a nível de manutenção (preventiva e curativa).

Destaca-se, ainda, na vertente de tratamento, os investimentos de desativação da FA Sobreirinhos e da FA Porto Dinheiro com a respetiva ligação à FA Maceira e de desativação da FA Sobral de Monte Agraço e ligação à FA Dois Portos, assim como os investimentos na FA Vale Paredes e FA Bufarda que permitirão

assegurar a emissão dos respetivos Títulos Únicos Ambientais (TUA) por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Estas intervenções em conjunto com os investimentos também previstos no domínio do controlo de caudais pluviais e outras afluências indevidas permitem, assim, assegurar as condições de operacionalidade que garantam a qualidade de serviço e o cumprimento dos TUA.

Ao nível dos investimentos previstos para as infraestruturas lineares, destacam-se a beneficiação dos emissários do Jamor, de Sasseiros, de Barcarena, de Vale Mourão e de Mem Martins, infraestruturas do Subsistema de Saneamento da Guia, dos coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara – Travessa da Horta Navia e ainda a reabilitação do emissário submarino da Nazaré.

Salientam-se também os investimentos associados à Digitalização, com uma aposta clara em melhorias associadas ao controlo, automação e supervisão do funcionamento do Sistema da Águas do Tejo Atlântico, por via de investimento em Telegestão/Supervisão/Automação/Instrumentação, visando um aumento da eficiência operacional e do conhecimento das condições de funcionamento do sistema e dos seus ativos em tempo real, destacando-se o investimento de 2 milhões de euros na segunda fase do Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico. Está também previsto 1 milhão de euros para a terceira fase do Plano de Digitalização prevista iniciar em 2027.

No domínio da eficiência energética salientamos a continuação da implementação do “Plano Estratégico Energia+”, procurando de forma integrada dar cumprimento a um conjunto de compromissos de eficiência energética, institucionais e legais, consubstanciados nos seguintes objetivos estratégicos:

- Promover uma cultura de gestão de energia na Empresa;
- Neutralidade Energética até 2030;
- Aumentar a Eficiência Energética;
- Integrar as 23 instalações que representam 80% dos consumos da Águas do Tejo Atlântico no Sistema de Gestão de Energia;
- Melhorar a qualidade e fiabilidade dos dados de energia.

Destaca-se do conjunto de compromissos acima referenciados, o Programa Zero, em implementação pelo Grupo AdP, que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030. A Águas do Tejo Atlântico está assim comprometida com os objetivos estratégicos do Grupo AdP, integrados no programa Zero do Grupo AdP, realizando investimentos que conduzam à redução dos consumos energéticos, através de implementação de diferentes medidas de eficiência energética e de aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, como por exemplo o biogás das Estações de Tratamento das Águas Residuais, mas também de energia eólica, hídrica e solar fotovoltaica, num mix energético integrado que visará a

maximização do autoconsumo. A maximização da energia produzida para autoconsumo obrigará a alterações no padrão da operação, incorporando a produção de energia no core da atividade de saneamento e promovendo a reengenharia de sistemas e processos para aumento de eficiência. Implicará ainda a aposta na digitalização e na qualificação dos trabalhadores, sem esquecer o relevante contributo para o desenvolvimento regional e social. O desenvolvimento do Programa ZERO na Águas do Tejo Atlântico visa a implementação de ações/medidas que se estimam que venham a atingir cerca de 32,8 milhões de euros de investimento, conduzindo a uma poupança, por via de custos evitados com a aquisição de energia elétrica da rede, que se estima da ordem dos 83,3 milhões de euros até ao final de 2045. Nestes investimentos destaca-se o arranque em 2022 da construção de 19 centrais fotovoltaicas para autoconsumo nas principais Fábricas de Água da Águas do Tejo Atlântico. Encontram-se já em operação as centrais fotovoltaicas de Chelas e Beirolas, encontrando-se as restantes 17 atualmente em fase de obra, incluídas na empreitada Solar III.

O plano de investimentos reflete ainda a aposta clara da Empresa na manutenção das condições de segurança nas suas instalações com um valor previsto para o triénio de cerca de 9,5 milhões de euros.

Alinhada com a política Nacional de gestão dos recursos hídricos e numa ótica de economia circular, a Águas do Tejo Atlântico tem como objetivo o incentivo e promoção da prática de reutilização das águas residuais tratadas nas suas infraestruturas e também ao nível da higiene urbana das cidades e espaços verdes dentro da sua área de concessão. Sempre que seja técnica e economicamente viável, a Águas do Tejo Atlântico pretende dotar as suas ETAR com sistemas de tratamento complementar para a produção de água para reutilização (ApR) reciclando água residual, com uma qualidade e condições de segurança para os trabalhadores e utilizadores, compatíveis com a sua reutilização nos diversos usos.

Ainda no domínio da economia circular tem particular importância o arranque da implementação do Plano de Gestão de Lamas, que se insere no Plano de Circularidade e Valorização Orgânica do Grupo AdP e tem por objetivo a redução da quantidade de lamas de ETAR encaminhadas a destino final, preconizando soluções e intervenções que promovam o efeito de escala e a transformação deste resíduo em novos produtos, permitindo alargar o leque de opções de utilização ou de valor acrescentado para as utilizações já atualmente mais comuns. A relevância da implementação tão rápida quanto possível é reforçado pela evolução do mercado do qual a AdTA está dependente, no que concerne ao transporte e valorização de lamas que apresenta um comportamento imprevisível e com uma escalada de preços única desde o início de laboração desta Empresa, Este Plano permite ainda internalizar um conjunto de operações de valorização das lamas que se traduz numa maior resiliência das infraestruturas de tratamento à perturbação por fatores externos (como por exemplo dificuldades de escoamento por parte dos prestadores de serviços ou por perturbações no circuito logístico de transporte). Inclui diversas intervenções no domínio da Hidrólise, Compostagem e Secagem Solar de Lamas, cujo valor total dos investimentos previstos é de cerca de 50 milhões de euros (2025/2030) e em 2026 prevê-se iniciar a empreitada de conceção construção da hidrólise térmica de Frielas.

Do investimento previsto para o triénio 2026-2028, a quase totalidade encontra-se prevista no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Águas do Tejo Atlântico (EVEF), tendo em vista a garantia da sustentabilidade económica e financeira da Concessão. Os investimentos não previstos no EVEF em vigor ou cujo valor previsional se situa significativamente acima do previsto, decorrentes da resposta do mercado da construção, serão naturalmente objeto de revisão e, subsequentemente, de aprovação e de autorização prévia da Entidade Reguladora e do Concedente. Não obstante, importa referir que grande parte dos incrementos de verba propostos estão já refletidos no EVEF submetido a aprovação.

Salienta-se que o investimento previsto para o triénio continua a refletir a aposta da Empresa na recuperação do investimento que não foi possível realizar nos anos de 2017 a 2024, conforme previsão que consta do EVEF.

Os projetos de investimento são instruídos de acordo com o Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, e aprovados nos termos e condições definidos no Contrato de Concessão e no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Os projetos de investimento são aprovados/autorizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), Ministério do Ambiente e Energia e pelos Municípios territorialmente competentes.

7.3. INVESTIMENTO PREVISIONAL

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2026 é de 73,6 milhões de euros, apresentando-se no quadro seguinte os valores globais para as grandes rúbricas.

Investimento	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Empreitadas	14 140 238	22 015 387	46 404 283	98 762 855	95 016 943
Estudos e projetos	1 049 871	1 586 837	3 402 966	2 316 967	526 837
Terrenos	41 813	659 751	870 740	202 936	287 064
Fiscalizações	501 808	838 431	1 584 532	2 995 892	3 034 502
Assessorias	360 668	1 224 666	2 858 046	1 677 238	904 511
Outros	3 784 440	5 412 397	18 490 450	9 556 333	8 931 599
	19 878 838	31 737 469	73 611 016	115 512 221	108 701 456

Figura 48 – Detalhe do investimento para o período 2024 - 2028

Apresenta-se no quadro seguinte a descrição sumária da composição da rubrica de Outros (investimentos), para o ano de 2026:

Investimento Outros	31.12.2026 orçamento
Imobilizado Firme - Edifícios	1 952 202
Imobilizado Firme - Equipamento básico	8 603 442
Imobilizado Firme - Equipamento Administrativo	520 554
Imobilizado Firme - Outros Equipamentos	5 649 166
Imobilizado Firme - Equipamento Transporte	403 350
Capitalização de gastos	1 148 736
Outros	213 000
	18 490 450

Figura 49 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2026

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados às aquisições diretas de equipamento administrativo, de laboratório, ferramentas e utensílios, que, pelo valor de aquisição ou período de vida útil, revestem a natureza de imobilizado.

Nas intervenções e aquisições previstas para 2026 associadas a equipamento básico, teve-se em atenção a natureza, o valor e as características respetivas, nomeadamente o prolongamento da vida útil ou a substituição dos equipamentos em fim de vida útil, atendendo à correta classificação como investimento em detrimento de gastos na rubrica de fornecimentos e serviços externos de conservação, reparação e manutenção.

Destaca-se também nesta rubrica a realização de investimentos associados a projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), tendo em vista o estudo e a implementação de soluções alternativas que se traduzirão em benefícios ambientais e económicos a curtos e médio prazo nos processos de tratamento nas ETAR, nomeadamente ao nível do aproveitamento/valorização de subprodutos (biocombustíveis, biosólidos, bioplásticos, bionutrientes, água reciclada), soluções na área da energia e da neutralidade energética e da otimização das etapas de tratamento lamas de ETAR. Prevê-se que, com a implementação dos projetos, se recupere, em termos de gastos operacionais, o investimento efetuado em períodos inferiores a 6 anos. Salienta-se, ainda, que toda a rubrica de investimento em I&D é elegível para benefícios fiscais no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE). Referente ao imposto - IRC de 2024, a Águas do Tejo Atlântico considerou o benefício de 70.093,73 euros.

Na análise comparativa de investimento que se pretende realizar nos próximos 3 anos, por comparação com o histórico da Empresa, verificamos que existe um aumento bastante acentuado, que pode levantar dúvidas sobre a capacidade interna para a execução deste volume de investimento.

Convém a este propósito esclarecer que as alterações organizacionais efetuadas em 2023 e 2024 e o trabalho sistemático e focado das áreas responsáveis pela preparação e execução do plano de investimentos resultam num impacto já visível em 2025, sendo o ano com maior volume de investimento colocado a concurso, estimando-se um valor superior a 100 M€ e, de igual forma, um volume de investimento apenas em empreitadas que rondará os 20 M€, valores nunca atingidos no historial da Empresa.

Obviamente que o volume de concursos lançados em 2025 terão a conseqüente produção nos anos seguintes. Os seguintes gráficos permitem verificar a evolução, histórico e previsão, de lançamentos de concursos de empreitadas, quer em número, quer em valor:

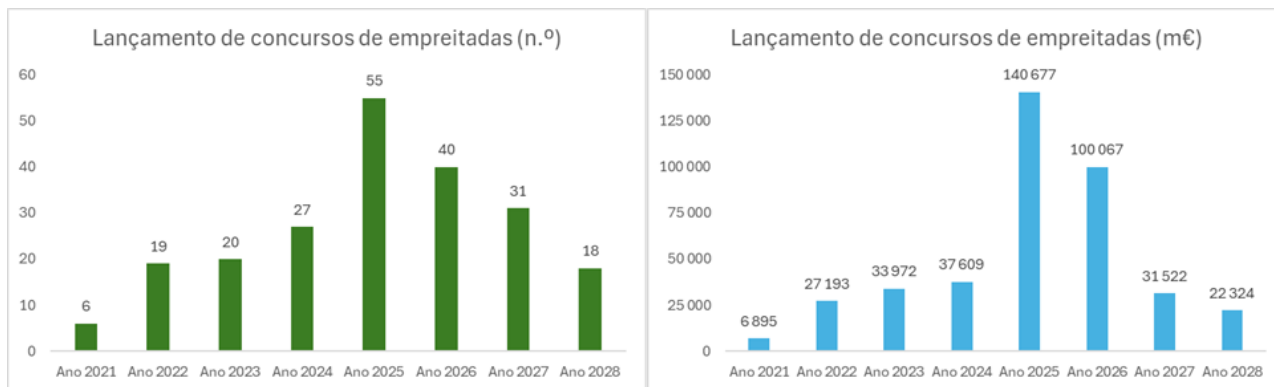


Figura 50 – Gráficos da evolução, histórico e previsão, de lançamentos de concursos de empreitadas

Investimento previsional detalhado

Nos quadros seguintes será exposta a informação de investimento previsional detalhada, tendo-se optado por pormenorizar apenas a componente de “empreitadas”, por ser aquela que representa valores de execução financeira mais significativos.

No quadro infra apresentam-se os valores de investimento realizados e estimados para a componente de “empreitadas” para a estimativa de fecho de 2025. Considerando o elevado número de investimentos e o facto de diversos serem de menor valor, optou-se por individualizar os que têm maior execução e cuja estimativa global representa cerca de 98% do valor previsto no período.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Estimativa de fecho 2025
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823 280	3 319 227
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	4 695 683	1 956 588
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 873 566	1 732 722
TA-321	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	2 852 322	1 702 572
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfca- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	9 100 000	1 437 081
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 099 852	1 291 055
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 846 313	1 169 183
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 798 732	1 114 199
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	1 798 508	1 079 105
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Za	1 270 000	692 727
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 584 151	670 098
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	896 000	516 683
TA-250 B1	Beneficiação do Decantador 3 da ETAR da Guia	487 039	487 039
TA-224 A	Empreitada de adaptação às afluências indevidas no subsistema de Frielas - controlo caudais, fase III	707 382	471 588
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	479 029	463 783
TA-278 A	Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelho (troço terrestre)	435 372	435 372
TA-246 A	Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas - Santa Cruz e Dois Portos	456 435	391 230
TA-222 B	Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica na Fábrica de Água de São João da Talha	420 000	376 829
TA-281	Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	545 436	297 511
TA-100 A	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos - Restantes Intervenções	698 212	279 285
TA-287 A	Solar III	2 498 670	270 127
TA-177 A	Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	1 063 377	267 273
TA-323	Beneficiações de Edificados de Construção Civil 2025	920 000	250 909
TA-305 A	Beneficiações Pavimentos 2024	313 338	165 780
TA-289	Instalação de iluminação LED nas FA integradas nos SGE e SGCIE	149 550	149 550
TA-253 A	Benfeitorias Gerais da ETAR de Póvoa da Galega	149 244	149 244
TA-293 B	Beneficiação das linhas de produção de ApR de Chelas, Frielas, Guia, Vila Franca de Xira, Alverca e Casalinho	148 473	148 473
TA-278 B	Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré	4 000 000	137 931
TA-250 B	Beneficiação da Decantação da ETAR da Guia	2 010 000	118 235
TA-283	Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3	1 800 000	105 882
(...)	Restantes Investimentos		368 107
Total			22 015 387

Figura 51 – Investimento – componente empreitadas – ano 2025

O plano de investimentos em construção para 2026-2028 tem uma estimativa global de 474,5 milhões de euros (sem capitalizações), dos quais cerca de 435,4 milhões de euros respeitam à componente de empreitada, sendo o remanescente relativo a estudos e projetos, terrenos, fiscalizações e assessorias. A execução prevista para o triénio atinge 240,2 milhões de euros na componente de empreitada e 20,7 milhões de euros nos restantes trabalhos associados.

Considerando o elevado número de investimentos e o facto de diversos serem de menor valor, optou-se por individualizar os que têm maior execução e cuja estimativa global representa cerca de 93% do valor previsto no período.

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Valor realizado acumulado 30/06/2025	Realização até Dez 2025	Realização no triénio			Realização após 2028	Valor global previsto	Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%) (2026-2028)	Endivid. (%) (2026-2028)
					2026	2027	2028			Fundos Comunit.	(%)	Valor Financiado		
TA-286 A	Hidrolise Frietas	2026	0	0	2 057	8 229	8 229	5 486	24 000	-	-	-	2%	98%
TA-286	Plano de Gestão de Lamas	2027	0	0	0	7 365	7 365	9 206	23 936	-	-	-	0%	100%
TA-287	Neutralidade Energética - Programa Zero	2027	0	0	0	1 331	5 323	15 082	21 735	-	-	-	0%	100%
TA-225	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	2026	0	0	1 545	3 709	3 709	1 236	10 200	-	-	-	3%	97%
TA-254 A	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril - Fase I	2027	0	0	0	4 138	4 138	1 724	10 000	-	-	-	0%	100%
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	2023	4 649	5 094	890	890	890	1 335	9 100	-	-	-	6%	94%
TA-253	Descargas	2028	0	0	0	0	2 489	5 601	8 090	-	-	-	0%	100%
TA-024	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	2026	0	0	3 635	3 965	0	0	7 600	-	-	-	9%	91%
TA-229 A	Intervenções	2027	0	0	0	3 300	3 600	0	6 900	-	-	-	0%	100%
TA-250 C	Beneficiação da FA Azambuja e da FA Vila Nova da Rainha	2027	0	0	0	3 443	3 157	0	6 600	-	-	-	0%	100%
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	2021	6 198	6 198	0	0	0	0	6 198	-	-	-	0%	0%
TA-250	Beneficiação de ETAR com Vista à Melhoria da Eficiência dos Processos de Tratamento	2028	0	0	0	0	2 321	3 799	6 120	-	-	-	0%	100%
TA-106	Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	2018	6 008	6 008	0	0	0	0	6 008	-	-	-	0%	0%
TA-049	Reabilitações ETAR Carregado	2026	0	0	1 043	3 130	1 826	0	6 000	-	-	-	3%	97%
TA-154 A	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia	2026	0	0	1 534	3 068	1 278	0	5 880	-	-	-	5%	95%
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	2025	0	670	2 680	2 234	0	0	5 584	-	-	-	10%	90%
TA-287 C	Remodelação das instalações processuais para otimização da produção de biogás	2026	0	0	569	2 276	2 276	379	5 500	-	-	-	2%	98%
TA-250 D	Beneficiação da FA Alverca	2027	0	0	0	2 609	2 391	0	5 000	-	-	-	0%	100%
TA-254	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril	2029	0	0	0	0	0	5 000	5 000	-	-	-	0%	0%
TA-326	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança - Fase 4	2027	0	0	0	1 714	1 714	1 571	5 000	-	-	-	0%	100%
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão das Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	2023	3 192	4 201	672	0	0	0	4 874	-	-	-	19%	81%
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	2023	2 671	4 823	0	0	0	0	4 823	4 823 280	85%	4 099 788	0%	0%
TA-155	Intervenções	2024	1 163	2 576	2 119	0	0	0	4 696	-	-	-	19%	81%
TA-294	Frietas e SJT	2026	0	0	1 609	2 951	0	0	4 560	-	-	-	7%	93%
TA-277	Reabilitação da ETAR de Rio Maior	2028	0	0	0	0	1 370	3 130	4 500	-	-	-	0%	100%
TA-156	ApR - Loures	2029	0	0	0	0	0	4 150	4 150	-	-	-	0%	0%
TA-287 B	Plano Neutralidade /Eficiência - Substituição Equipamentos	2026	0	0	699	1 678	1 678	0	4 056	-	-	-	3%	97%
TA-247 D	Reabilitação Emissário Lage	2027	0	0	0	3 273	727	0	4 000	-	-	-	0%	100%
TA-278 B	Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré	2025	0	138	1 655	1 655	552	0	4 000	-	-	-	8%	92%
TA-086 B	Caudais	2027	0	0	0	2 053	1 847	0	3 900	-	-	-	0%	100%
TA-320	de Concessão	2029	0	0	0	0	0	3 500	3 500	-	-	-	0%	0%
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2026	0	0	1 606	1 874	0	0	3 480	-	-	-	9%	91%
TA-247 C	Reabilitação Emissários Mem Martins e Vale Mourão	2026	0	0	446	1 784	1 190	0	3 420	-	-	-	2%	98%
TA-153	Colectores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restantes intervenções	2028	0	0	0	0	2 750	500	3 250	-	-	-	0%	100%
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	2024	3 097	3 100	0	0	0	0	3 100	-	-	-	0%	0%
TA-250 E	Beneficiação da FA Alenquer	2027	0	0	0	882	2 118	0	3 000	-	-	-	0%	100%
TA-288	Plano de Digitalização - Renovação autómatos e Rede de Comunicações	2026	0	0	652	1 565	783	0	3 000	-	-	-	4%	96%
TA-322	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2026/2027	2026	0	0	857	2 143	0	0	3 000	-	-	-	5%	95%
TA-332	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2027/2028	2027	0	0	0	857	2 143	0	3 000	-	-	-	0%	100%
TA-321	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	2025	553	1 703	1 150	0	0	0	2 852	-	-	-	19%	81%
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2024	1 831	2 385	462	0	0	0	2 846	-	-	-	19%	81%
TA-297	2	2024	2 393	2 799	0	0	0	0	2 799	-	-	-	0%	0%
TA-268	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023	2022	2 686	2 686	0	0	0	0	2 686	-	-	-	0%	0%
TA-282	Reconfiguração do sistema de drenagem da Ericeira EE7, EE8 e EE9	2026	0	0	417	1 667	556	0	2 640	-	-	-	3%	97%
TA-046	Remodelação ETAR Miragaia	2028	0	0	0	0	1 251	1 365	2 615	-	-	-	0%	100%
TA-100	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	2011	2 576	2 576	0	0	0	0	2 576	-	-	-	0%	0%
TA-299	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_Fase3_2024	2026	0	0	543	1 304	652	0	2 500	-	-	-	4%	96%
TA-307	Beneficiações de Segurança - Fase 2	2029	0	0	0	0	0	2 500	2 500	-	-	-	0%	0%
TA-287 A	Solar III	2025	0	270	810	810	608	0	2 499	-	-	-	7%	93%
TA-227	lamas da Fábrica de Água de São João Talha	2020	2 435	2 435	0	0	0	0	2 435	-	-	-	0%	0%
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2022	2 399	2 399	0	0	0	0	2 399	-	-	-	0%	0%
TA-220	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha - Fase I	2021	2 340	2 340	0	0	0	0	2 340	-	-	-	0%	0%
TA-164	Reabilitação de Órgãos e Equipamentos da ETAR de Beirolas	2027	0	0	0	367	1 470	490	2 327	-	-	-	0%	100%
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	2026	0	0	1 419	811	0	0	2 230	-	-	-	12%	88%
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2023	2 118	2 125	0	0	0	0	2 125	-	-	-	0%	0%
TA-165	Caneiro de Alcântara -Amadora-Obra 3-restantes intervenções	2028	0	0	0	0	319	1 753	2 072	-	-	-	0%	100%
TA-250 B	Beneficiação da Decantação da ETAR da Guia	2025	0	118	1 419	473	0	0	2 010	-	-	-	14%	86%
TA-173	Póvoa	2029	0	0	0	0	0	2 000	2 000	-	-	-	100%	0%
TA-153 A	Remodelação dos descarregadores D19s e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara	2026	0	0	174	1 043	783	0	2 000	-	-	-	2%	98%
TA-223	Remodelação da ETAR da Maceira - Fase II	2026	0	0	87	1 043	870	0	2 000	-	-	-	1%	99%
TA-224 F	Controlo de caudais pluviais no Subsistema da Guia	2027	0	0	0	947	1 053	0	2 000	-	-	-	0%	100%
TA-233	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão das Águas do Tejo Atlântico – 2ª Fase	2027	0	0	0	1 600	400	0	2 000	-	-	-	0%	100%
TA-307 A	Beneficiações de Segurança - Fase I	2027	0	0	0	414	828	759	2 000	-	-	-	0%	100%
TA-293	Empreitada de beneficiação da linha de produção de ApR	2026	0	0	600	1 350	0	0	1 950	-	-	-	6%	94%
TA-245_I	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote I	2021	1 934	1 934	0	0	0	0	1 934	-	-	-	0%	0%
TA-279	Reabilitação Emissário de Sasseiros Zona Alta	2026	0	0	900	1 000	0	0	1 900	-	-	-	9%	91%
TA-176 B	Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte das Águas do Tejo Atlântico	2021	1 883	1 883	0	0	0	0	1 883	-	-	-	0%	0%
TA-202	Intervenções na zona ribeirinha Cais do Sodré - Alcântara -Fase II	2028	0	0	0	0	295	1 575	1 870	-	-	-	0%	100%
TA-221	Reabilitação dos Sistemas de UV das ETAR de Bucelas, Ferwença, Póvoa da Galega, Mafra, Malveira, Miragaia e Paço e Chelas	2028	0	0	0	0	680	1 165	1 845	-	-	-	0%	100%
TA-247	Reabilitação de Emissários e Interiores na área de Concessão	2028	0	0	0	0	581	1 259	1 840	-	-	-	0%	100%
TA-283	Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3	2025	0	106	1 271	424	0	0	1 800	-	-	-	14%	86%
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	2025	0	1 079	719	0	0	0	1 799	-	-	-	19%	81%
TA-335	Desativação Sobral Monte Agraço e ligação a Dois Portos	2028	0	0	0	0	1 545	155	1 700	-	-	-	0%	100%
TA-246	Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas	2028	0	0	0	0	642	998	1 640	-	-	-	0%	100%
TA-078	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP0010.00 a CP1630.00)	2018	1 571	1 571	0	0	0	0	1 571	-	-	-	0%	0%
TA-342	Sistema de proteção contra o choque hidráulico EE Alcântara 3	2028	0	0	0	0	1 500	0	1 500	-	-	-	0%	100%
TA-109	Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	2018	1 484	1 484	0	0	0	0	1 484	-	-	-	0%	0%
TA-086 A	Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	2021	1 469	1 469	0	0	0	0	1 469	-	-	-	0%	0%
TA-104	Conceção/Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	2026	0	0	1 087	326	0	0	1 413	-	-	-	14%	86%

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Valor realizado acumulado 30/06/2025	Realização até Dez 2025	Realização no triénio			Realização após	Valor global previsto	Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%) (2026-2028)	Endivid. (%) (2026-2028)
					2026	2027	2028	2028		Fundos Comunit.	(%)	Valor Financiado		
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atougua da Baleia, Zambujeira, Frielas e Beirolas	2025	0	693	577	0	0	0	1 270	-	-	-	19%	81%
TA-248	Beneficiação e Substituição de Equipamentos em Estações Elevatórias na Área de Concessão	2027	0	0	0	326	652	272	1 250	-	-	-	0%	100%
TA-257	Beneficiação da FA de Frielas	2026	0	0	163	652	435	0	1 250	-	-	-	2%	98%
TA-017	Beneficiação da Estação Elevatória da Quinta das Drogas	2015	1 216	1 216	0	0	0	0	1 216	-	-	-	0%	0%
TA-284	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	2026	0	0	306	306	306	281	1 200	-	-	-	6%	94%
TA-301	Adaptação da EE de Fanhões às aflúências indevidas (Frielas)	2025	0	92	1 108	0	0	0	1 200	-	-	-	19%	81%
TA-334	Desativação Sobreirinhos e Porto Dinheiro e ligação à Maceira	2027	0	0	0	545	655	0	1 200	-	-	-	0%	100%
TA-176 A	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	2018	1 191	1 191	0	0	0	0	1 191	-	-	-	0%	0%
TA-217 D	Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolas, Frielas e S. João da Talha - PEPE	2020	1 179	1 179	0	0	0	0	1 179	-	-	-	0%	0%
TA-245_2	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 2	2021	1 150	1 150	0	0	0	0	1 150	-	-	-	0%	0%
TA-224 D2	Controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras – Fase II	2026	0	0	60	715	357	0	1 132	-	-	-	1%	99%
TA-041	Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes	2027	0	0	0	712	416	0	1 128	-	-	-	0%	100%
TA-147 A	Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Barril	2020	1 105	1 105	0	0	0	0	1 105	-	-	-	0%	0%
TA-177 A	Benefeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	2024	955	1 063	0	0	0	0	1 063	-	-	-	0%	0%
TA-178	Construção do Emissário de Monsanto - Fase IV	2028	0	0	0	0	488	543	1 031	-	-	-	0%	100%
TA-238	Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021	2020	1 015	1 015	0	0	0	0	1 015	-	-	-	0%	0%
TA-200	Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas	2019	1 010	1 010	0	0	0	0	1 010	-	-	-	0%	0%
TA-234	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 3ª Fase	2028	0	0	0	0	800	200	1 000	-	-	-	0%	100%
TA-278	Reabilitação de emissários de descarga (troços terrestres e submarinos)	2028	0	0	0	0	526	474	1 000	-	-	-	0%	100%
TA-287 D	Intervenções para aumento de produção de energia para autoconsumo	2027	0	0	0	727	273	0	1 000	-	-	-	0%	100%
TA-302	Construção EE Carcavelos (Quinta dos Ingleses)	2028	0	0	0	0	538	462	1 000	-	-	-	0%	100%
TA-324	Beneficiações Preventivas de Edifícios de Construção Civil 2026	2026	0	0	455	545	0	0	1 000	-	-	-	9%	91%
TA-325	Beneficiações Preventivas de Edifícios de Construção Civil 2027	2027	0	0	0	455	545	0	1 000	-	-	-	0%	100%
TA-333	Beneficiações Preventivas de Edifícios de Construção Civil 2028	2028	0	0	0	0	455	545	1 000	-	-	-	0%	100%
TA-167	Emissário da Calhandriz - Restantes intervenções	2027	0	0	0	443	517	0	960	-	-	-	0%	100%
TA-180	Beneficiação/Reparação de construção civil e equipamentos eletromecânicos na EE e ETAR do CO de Mafra	2027	0	0	0	169	678	113	960	-	-	-	0%	100%
TA-048	Sistema de Saneamento de Cadafais - 2ª Fase	2026	0	0	292	658	0	0	950	-	-	-	6%	94%
TA-166 A	Construção dos Emissários Graviticos do Subsistema do Carvalhal	2018	930	930	0	0	0	0	930	-	-	-	0%	0%
TA-016	Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Auto-estrada A5 e o Intercetor (cx CS0160.00 a CS1020.00)	2011	928	928	0	0	0	0	928	-	-	-	0%	0%
TA-323	Beneficiações de Edifícios de Construção Civil 2025	2025	0	251	669	0	0	0	920	-	-	-	19%	81%
TA-176 C	Melhorias das Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas Existentes	2019	907	907	0	0	0	0	907	-	-	-	0%	0%
TA-125	Beneficiação do Sistema de Desinfecção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	2019	899	899	0	0	0	0	899	-	-	-	0%	0%
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	2025	62	517	379	0	0	0	896	-	-	-	19%	81%
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	2023	869	869	0	0	0	0	869	-	-	-	0%	0%
TA-280	Construção do Emissário da zona baixa da Amoreira	2028	0	0	0	0	262	588	850	-	-	-	0%	100%
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	2019	849	849	0	0	0	0	849	-	-	-	0%	0%
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolas - PEPE	2022	838	838	0	0	0	0	838	-	-	-	0%	0%
TA-308	Beneficiação de Infraestruturas e Equipamentos	2028	0	0	0	0	246	554	800	-	-	-	0%	100%
TA-224 C	Intervenções de Controlo de Afluências Indevidas no Intercetor Caneças/Ramada/Odivelas (Integra TA-175)	2026	0	0	138	415	242	0	795	-	-	-	3%	97%
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas - Fase I	2019	790	790	0	0	0	0	790	-	-	-	0%	0%
TA-236	Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolas	2022	786	786	0	0	0	0	786	-	-	-	0%	0%
TA-149	Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega	2021	776	776	0	0	0	0	776	-	-	-	0%	0%
TA-015	Colocação em serviço da quarta linha de decantação na Estação de Tratamento da Fase Líquida da ETAR da Guia	2016	763	763	0	0	0	0	763	-	-	-	0%	0%
TA-217 E1	Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na ETAR de Frielas - PEPE	2020	750	750	0	0	0	0	750	-	-	-	0%	0%
TA-019	Intercetor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodrê - Obra METRO 2	2024	746	746	0	0	0	0	746	-	-	-	0%	0%
TA-224 A	Empreitada de adaptação às aflúências indevidas no subsistema de Frielas - controlo caudais, fase III	2025	0	472	236	0	0	0	707	-	-	-	19%	81%
TA-130	Reabilitação de Quadros Elétricos - Zona Sul	2027	0	0	0	700	0	0	700	-	-	-	0%	100%
TA-156 A	Execução do Sistema de Adução de ApR ao Estádio de Loures	2026	0	0	622	78	0	0	700	-	-	-	17%	83%
TA-218	Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Alcântara	2027	0	0	0	74	442	184	700	-	-	-	0%	100%
TA-250 F	Beneficiação da FA Dois Portos	2028	0	0	0	0	700	0	700	-	-	-	0%	100%
TA-296	Empreitada de beneficiação construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	2026	0	0	420	280	0	0	700	-	-	-	11%	89%
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirolas	2027	0	0	0	382	318	0	700	-	-	-	0%	100%
TA-304	Beneficiações/Ampliações Espaços Sociais (Balneários/Refeitórios/Escritório) (HSST)	2027	0	0	0	485	215	0	700	-	-	-	0%	100%
TA-317	Otimização da desidratação de lamas da FA de Alcântara	2027	0	0	0	485	215	0	700	-	-	-	0%	100%
TA-020	Remodelação ETAR de Maceira	2011	700	700	0	0	0	0	700	-	-	-	0%	0%
TA-100 A	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos - Restantes intervenções	2025	0	279	419	0	0	0	698	-	-	-	19%	81%
TA-217 C	Conceção/Construção da remodelação do sistema de extração de lamas das pontes dos decantadores secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 - PEPE	2019	659	659	0	0	0	0	659	-	-	-	0%	0%
TA-096	Construção da estação elevatória da Carvoeira-Fase II	2018	659	659	0	0	0	0	659	-	-	-	0%	0%
TA-215	Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas	2020	612	612	0	0	0	0	612	-	-	-	0%	0%
TA-244	Beneficiação de Alçados no Recinto da Fábrica da Água de Frielas	2026	0	0	35	424	141	0	600	-	-	-	1%	99%
TA-295	Remodelação da instrumentação (incluindo variadores de velocidade) e upgrading do controlo automático de arejamento dos reatores biológicos de Charneca e Vila Franca de Xira	2027	0	0	0	52	313	235	600	-	-	-	0%	100%
TA-315	Investimento Avaliação Risco ISO 55 001 EE Subsistema Santa Cruz	2028	0	0	0	0	415	185	600	-	-	-	0%	100%
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Conduto Elevatória de Azambujeira	2023	580	580	0	0	0	0	580	-	-	-	0%	0%
TA-117 A	Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV	2021	580	580	0	0	0	0	580	-	-	-	0%	0%
TA-158	Interceptores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários	2029	0	0	0	0	0	580	580	-	-	-	0%	0%
TA-203	Execução do Emissário de A-do-Baixo	2018	574	574	0	0	0	0	574	-	-	-	0%	0%
TA-276	Beneficiação de EE e FA - zona Norte	2027	0	0	0	59	354	147	560	-	-	-	0%	100%
TA-177	Benefeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - Fase II - Restantes Intervenções	2027	0	0	0	127	423	0	550	-	-	-	0%	100%
TA-224 D1	Controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras – Fase I	2026	0	0	58	347	145	0	550	-	-	-	2%	98%
TA-231	Conceção/Construção para Beneficiação do Sistema de Climatização dos Edifícios Administrativo e de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara	2027	0	0	0	550	0	0	550	-	-	-	0%	100%
TA-309	Sistema de Drenagem de Bucelas - Adaptação aos Sistemas Unitários	2028	0	0	0	0	200	350	550	-	-	-	0%	100%
TA-281	Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	2025	0	298	248	0	0	0	545	-	-	-	19%	81%
TA-113	Reparação dos silos de lamas em FA	2026	0	0	400	100	0	0	500	-	-	-	15%	85%
TA-224	Remodelação de Intercetores/Conduções e Obras para Controlo de Afluências Indevidas	2028	0	0	0	0	184	316	500	-	-	-	0%	100%
TA-266	Instalação de novos Postos de Carregamento de viaturas elétricas	2026	0	0	500	0	0	0	500	-	-	-	19%	81%
TA-306	Portões e Vedações (Security/Integridade Infraestruturas) – Fase 2	2026	0	0	500	0	0	0	500	-	-	-	19%	81%
TA-320 A	Construção da EE Tagarro 2 e da EE final FA Bufarda	2027	0	0	0	353	147	0	500	-	-	-	0%	100%
TA-337	Beneficiação da FA e EE Reguengo Grande	2027	0	0	0	136	364	0	500	-	-	-	0%	100%
(...)	Restantes Investimentos		18 680	20 864	3 490	1 765	2 155	1 664	29 937					
			97 409	111 760	48 430	100 790	97 045	85 438	435 355					

Figura 52 – Investimento – componente empreitadas – período 2025 – 2028 (milhares de euros)

Os “Restantes Investimentos” representam o conjunto de projetos de investimento com execução financeira menos significativa no triénio.

No quadro seguinte apresentam-se os valores do investimento previsional em que se procurou individualizar os projetos de investimento com maior execução financeira realizada/prevista no triénio 2024-2026 para possibilitar o acompanhamento da taxa de execução física/financeira e evidenciar a evolução em 2024 (execução), 2025 (estimativa) e 2026 (previsão).

Os investimentos previstos no Contrato de Concessão pelo facto de terem sofrido alterações ao nível do grau de complexidade das intervenções a realizar e, conseqüentemente, dos montantes de investimento necessário, mas sobretudo decorrente de uma evolução do mercado excecional, conforme reconhecido pelo Governo de Portugal em Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, estão, na sua maioria, sujeitos a obtenção de parecer do Regulador e autorização do Concedente. Adicionalmente, a realização de investimento não previsto no Contrato de Concessão está também sujeita a parecer do Regulador e autorização do Concedente.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto PAO 2026	2024		2025			Realização no triénio			Realização após
			Valor acumulado 31 Dez. 2024	Execução Física/Fin. Acum. (%)	Valor Previsto PAO 2025	Valor Previsto PAO 2026	Execução Física/Fin. Acum. (%)	2026	2027	2028	2028
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restaurantes intervenções	4 696	620	13%	2 246	1 957	55%	2 119	0	0	0
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	1 504	31%	2 353	3 319	100%	0	0	0	0
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão das Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 874	2 468	51%	1 521	1 733	86%	672	0	0	0
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-polição	9 100	3 657	40%	152	1 437	56%	890	890	890	1 335
TA-024	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	7 600	0	0%	0	0	0%	3 635	3 965	0	0
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 584	0	0%	2 059	670	12%	2 680	2 234	0	0
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	1 809	58%	1 617	1 291	100%	0	0	0	0
TA-321	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	2 852	0	0%	857	1 703	60%	1 150	0	0	0
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 846	1 215	43%	1 249	1 169	84%	462	0	0	0
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 799	1 685	60%	1 477	1 114	100%	0	0	0	0
TA-286 A	Hidrolise Frietas	24 000	0	0%	0	0	0%	2 057	8 229	8 229	5 486
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	1 799	0	0%	1 079	1 079	60%	719	0	0	0
TA-278 B	Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré	4 000	0	0%	0	138	3%	1 655	1 655	552	0
TA-294	Beneficiorias do sistema de ventilação e desodorização de Guia-ETFS, Beirolas, Chelas, Frietas e SJT	4 560	0	0%	145	0	0%	1 609	2 951	0	0
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	3 480	0	0%	1 692	0	0%	1 606	1 874	0	0
TA-225	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	10 200	0	0%	0	0	0%	1 545	3 709	3 709	1 236
TA-250 B	Beneficiação da Decantação da ETAR da Guia	2 010	0	0%	882	118	6%	1 419	473	0	0
TA-154 A	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Návia	5 880	0	0%	0	0	0%	1 534	3 068	1 278	0
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	2 230	0	0%	469	0	0%	1 419	811	0	0
TA-283	Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3	1 800	0	0%	138	106	6%	1 271	424	0	0
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frietas e Beirolas	1 270	0	0%	1 145	693	55%	577	0	0	0
TA-301	Adaptação da EE de Fanhões às aflúncias indevidas (Frietas)	1 200	0	0%	92	92	8%	1 108	0	0	0
TA-104	Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	1 413	0	0%	543	0	0%	1 087	326	0	0
TA-287 A	Solar III	2 499	0	0%	650	270	11%	810	810	608	0
TA-177 A	Beneficiorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	1 063	796	75%	330	267	100%	0	0	0	0
TA-049	Reabilitações ETAR Carregado	6 000	0	0%	9	0	0%	1 043	3 130	1 826	0
TA-323	Beneficiações de Edifícios de Construção Civil 2025	920	0	0%	455	251	27%	669	0	0	0
TA-279	Reabilitação Emissário de Sasseiros Zona Alta	1 900	0	0%	0	0	0%	900	1 000	0	0
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	896	0	0%	560	517	58%	379	0	0	0
TA-322	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2026/2027	3 000	0	0%	0	0	0%	857	2 143	0	0
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	746	746	100%	0	0	100%	0	0	0	0
TA-224 A	Empreitada de adaptação às aflúncias indevidas no subsistema de Frietas - controlo caudais, fase III	707	0	0%	280	472	67%	236	0	0	0
TA-287 B	Plano Neutralidade/Eficiência - Substituição Equipamentos	4 056	0	0%	114	0	0%	699	1 678	1 678	0
TA-100 A	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos - Restantes Intervenções	698	0	0%	215	279	40%	419	0	0	0
TA-288	Plano de Digitalização - Renovação automáticos e Rede de Comunicações	3 000	0	0%	0	0	0%	652	1 565	783	0
TA-156 A	Execução do Sistema de Adução de ApR ao Estádio de Loures	700	0	0%	233	0	0%	622	78	0	0
TA-293	Empreitada de beneficiação da linha de produção de ApR	1 950	0	0%	277	0	0%	600	1 350	0	0
TA-287 C	Remodelação das instalações processuais para otimização da produção de biogás	5 500	0	0%	0	0	0%	569	2 276	2 276	379
TA-281	Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	545	0	0%	227	298	55%	248	0	0	0
TA-299	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_Fase3_2024	2 500	0	0%	217	0	0%	543	1 304	652	0
TA-266	Instalação de novos Postos de Carregamento de viaturas elétricas	500	0	0%	350	0	0%	500	0	0	0
TA-306	Portões e Vedações (Security/Integridade Infraestruturas) – Fase 2	500	0	0%	400	0	0%	500	0	0	0
(...)	Restantes Investimentos	285 538	75 245	26%	6 552	3 043	27%	6 941	52 820	72 536	74 973
Total		435 355	89 745		30 589	22 015		46 404	98 763	95 017	83 410

Figura 53 – Investimento com maior execução financeira – período 2025 – 2028 (milhares de euros)

O investimento e financiamento previsional para 2026 apresenta-se detalhado na figura seguinte para os investimentos com maior execução financeira no ano, que no conjunto representam cerca de 90% do planeado.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Realização 2026	Fontes de Financiamento			Investimento Relevante Sim/Não	Previsto no EVEF aprovado		
				Fundos Comunit. Programa	Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		Sim/Não	Se não: diligências para aprovação?	
										(%)
TA-024	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	7 600	3 635			19%	81%	Não	Sim *	Reforço de investimento autorizado
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 584	2 680			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	4 696	2 119			19%	81%	Não	Sim *	Reforço de investimento autorizado
TA-286 A	Hidrolise Frietas	24 000	2 057			19%	81%	Não	Não	Investimento autorizado pelo Concedente
TA-278 B	Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré	4 000	1 655			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-294	Beneficiárias do sistema de ventilação e desodorização de Guia-ETFS, Beirolas, Chelas, Frietas e SJT	4 560	1 609			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-247 A	Emissário Jamor (Deiras)	3 480	1 606			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-225	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	10 200	1 545			19%	81%	Não	Sim**	Reforço de investimento autorizado pelo Concedente
TA-154 A	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia	5 880	1 534			19%	81%	Não	Sim *	Reforço de investimento autorizado
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	2 230	1 419			19%	81%	Não	Sim *	
TA-250 B	Beneficiação da Decantação da ETAR da Guia	2 010	1 419			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-283	Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3	1 800	1 271			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-212	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	2 852	1 150			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-301	Adaptação da EE de Fanhões às aflúncias indevidas (Frietas)	1 200	1 108			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-104	Conceção/Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	1 413	1 087			19%	81%	Não	Sim *	Reforço de investimento autorizado
TA-049	Reabilitações ETAR Carregado	6 000	1 043			19%	81%	Não	Sim *	Reforço de investimento autorizado
TA-279	Reabilitação Emissário de Sasseiros Zona Alta	1 900	900			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	9 100	890			19%	81%	Não	Sim *	
TA-322	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2026/2027	3 000	857			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-287 A	Solar III	2 499	810			19%	81%	Não	Não	Investimento autorizado
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	1 799	719			19%	81%	Não	Sim *	Reforço de investimento autorizado
TA-287 B	Plano Neutralidade/Eficiência - Substituição Equipamentos	4 056	699			19%	81%	Não	Não	Investimento autorizado
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 874	672			19%	81%	Não	Sim *	Reforço de investimento autorizado
TA-323	Beneficiações de Edifícios de Construção Civil 2025	920	669			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-288	Plano de Digitalização - Renovação automáticos e Rede de Comunicações	3 000	652			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-156 A	Execução do Sistema de Adução de ApR ao Estádio de Loures	700	622			19%	81%	Não	Sim *	
TA-293	Empreitada de beneficiação da linha de produção de ApR	1 950	600			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frietas e Beirolas	1 270	577			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-287 C	Remodelação das instalações processuais para otimização da produção de biogás	5 500	569			19%	81%	Não	Não	Investimento autorizado
TA-299	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_Fase3_2024	2 500	543			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-266	Instalação de novos Postos de Carregamento de viaturas elétricas	500	500			19%	81%	Não	Não	
TA-306	Portões e Vedações (Security/Integridade Infraestruturas) – Fase 2	500	500			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 846	462			19%	81%	Não	Sim *	Reforço de investimento autorizado
TA-324	Beneficiações Preventivas de Edifícios de Construção Civil 2026	1 000	455			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-247 C	Reabilitação Emissários Mem Martins e Vale Mourão	3 420	446			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-327	Reabilitação do Muro de Gabiões de Pontes de Monfalm e Emissário de Folgados	470	427			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-296	Empreitada de beneficiação construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	700	420			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-100 A	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos - Restantes Intervenções	698	419			19%	81%	Não	Sim *	
TA-282	Reconfiguração do sistema de drenagem da Ericeira EE7, EE8 e EE9	2 640	417			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-239	Reabilitação da câmara de carga do emissário submarino da Nazaré	450	415			19%	81%	Não	Sim**	Investimento de substituição*
TA-113	Reparação dos silos de lamas em FA	500	400			19%	81%	Não	Sim *	
(...)	Restantes Investimentos	291 059	4 824			19%	81%			
Total		435 355	46 404							

Figura 54 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2026 (milhares de euros)

Apresenta-se de seguida tabela com a indicação do âmbito/objetivo para os quais contribuem os investimentos anuais a realizar de 2026 a 2028:

Âmbito do Investimento	2026	2027	2028
Remodelação, Reabilitação e Substituição	25 919	49 907	37 291
Otimização e Adaptação a novas Licenças de Descarga	6 777	13 846	16 327
Transformação Digital	1 325	3 165	1 983
Segurança	1 654	3 739	4 142
Cobertura de Serviço	3 132	1 147	1 049
Plano de Lamas Circularidade	2 057	15 593	15 593
Neutralidade Energética	2 279	6 823	10 158
Controle de Aflúncias Indevidas	1 773	3 468	6 347
Outros	1 488	1 075	2 126
Total Geral	46 404	98 763	95 017

Figura 55 – Âmbito/objetivo dos investimentos a realizar 2026-2028 (milhares de euros)

7.4. NOVOS INVESTIMENTOS COM EXPRESSÃO MATERIAL

Nos termos do ponto 6 das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, consideram-se novos investimentos com expressão material para efeitos de acompanhamento do crescimento do endividamento, “os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano do triénio seja igual ou superior a 12 milhões de euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da empresa”.

Na figura seguinte apresenta-se o cálculo da expressão material do investimento:

Investimento	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028
	Orçamento	Projeção	Projeção
Investimento	73 611 016	115 512 221	108 701 456
CMVMC	5 194 101	5 243 104	5 342 723
FSE	54 571 539	55 928 936	57 315 456
Gastos com pessoal	20 257 770	21 556 767	22 868 892
Outros gastos operacionais	994 474	1 122 127	1 135 979
	154 628 900	199 363 155	195 364 507
10% do valor	15 462 890	19 936 315	19 536 451

Figura 56 – Cálculo da expressão material do investimento 2026-2028

Do apuramento da expressão material não se identificaram no plano de investimentos da Empresa, investimentos com expressão material.

Adicionalmente, nos termos do referido nas IEPAO 2026-2028, consideram-se novos investimentos do plano 2026, os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cujo valor é igual ou superior a 12 milhões de euros.

Os investimentos de substituição, renovação ou reabilitação consideram-se excluídos deste âmbito pois pela sua natureza destinam-se a manter o bom estado de funcionamento das infraestruturas, conservação e segurança, estando prevista contratualmente verba genérica para a sua realização.

Nos termos da definição acima não existem novos investimentos a considerar.

Nos anexos I, II e III apresentam-se as fichas descritivas de investimento, bem como a ficha de seleção de investimentos plurianuais.

Retorno económico e financeiro dos investimentos

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é direta ou individualmente aferível uma vez que estes são desenvolvidos no âmbito dos contratos de concessão celebrados entre o Estado Português e os Municípios, no estreito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir,

explorar e gerir, no caso presente, Sistemas de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com exceção de alguns investimentos no domínio da eficiência, que têm associado um período de retorno inferior ao da concessão pela redução de gastos ou aumento de proveitos que venham a gerar, a sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes encontra-se pois assegurada no próprio Contrato de Concessão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económica e Financeiro (EVEF) que os acompanha e onde estão previstos (com detalhe) os investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de “cost-plus”, permitirão assegurar essa sustentabilidade.

Adicionalmente, projetos de eficiência como o Plano Zero e o Plano de Lamas do Grupo AdP, nos quais se enquadram alguns dos investimentos do próximo triénio, foram alvo de uma análise integrada para todo o Grupo AdP, por parte da ERSAR e das respetivas tutelas, tendo merecido aprovação das mesmas.

No Contrato de Concessão são considerados os encargos a recuperar por via tarifária, os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. A rentabilidade dos capitais próprios a recuperar por via tarifária resulta da remuneração do capital social e da reserva legal, a uma taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem de 3%.

8. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

A Águas do Tejo Atlântico, solicita autorização para:

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Pág. do PAO correspondente
Autorização para a despesa referente à valorização salarial, ao abrigo do acordo tripartido de valorização salarial e crescimento económico 2025-2028, e à progressão salarial (Anexo III do ACT), no total de 975 377 euros	Cumprimento de disposições legais - Valorização de 4,6%	IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-10	Ponto 4.3- Pág. 48
Autorização para a despesa inerente a reclassificações ao abrigo da Cláusula 21ª do ACT no valor de 151 205 euros	Em documento anexo	IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-10	Ponto 4.3- Pág. 48
Autorização para a despesa inerente a promoções por Ato de Gestão no valor de 35 016 euros	Em documento anexo	IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-10	Ponto 4.3- Pág. 48
Autorização para a despesa inerente a atribuição de subsídios de IHT no valor de 52 967 euros	Em documento anexo	IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-10	Ponto 4.3- Pág. 48
Autorização para a despesa inerente a atribuição de subsídios Comissão de Serviço no valor de 73 224 euros		IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-10	Ponto 4.3- Pág. 48
Aumento Seguro de Saúde, por via de apuramento de resultados e aplicação da cláusula contratual de bónus/malus, em 59 086 euros		IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-10	Ponto 4.1- Pág. 45 Ponto 5.6- Pág. 83
Autorização para a contratação, em 2026, de 11 trabalhadores, assim como da despesa inerente	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-10	Ponto 4.5.1- Pág. 54
Autorização para contratação antecipada de trabalhadores que visam substituir trabalhadores que se prevê virem a reformar no período em análise	Contratação antecipada de modo a facilitar a formação e passagem do conhecimento de quem se visa substituir	IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-11	Ponto 4.5.2- Pág. 58
Autorização para a contratação, em 2025, das contratações remanescentes aprovadas em PAO's anteriores	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-10	Ponto 4.6- Pág. 59
Autorização para dos recrutamentos em aberto, autorizados em PAO's anteriores, a alteração de categoria de Técnico Superior B para Técnico Superior C, e para a contratação de Técnico Superior B acima da base da carreira, para o Nível 1 e Escalão 3	Decorrente de dificuldades de contratação	IEPAO 2026-2028, ponto 3.4, pág. 9-10	Ponto 4.6- Pág. 59
Aprovação das deduções efetuadas no cálculo do rácio de Eficiência Operacional por motivo de excecionalidade		IEPAO 2026-2028, ponto 3.1, pág. 7	Ponto 5.6- Pág. 78
Aprovação das deduções efetuadas no cálculo do rácio de Eficiência Operacional, para efeitos de comparabilidade com o ano anterior ao ano em análise		IEPAO 2026-2028, ponto 3.1, pág. 7	Ponto 5.6- Pág. 78
Dispensa do indicador "Evolução do endividamento superior a 2%", solicitando-se a sua análise em termos consolidados no PAO26 da AdP-SGPS		IEPAO 2026-2028, ponto 5, pág. 14	Ponto 5.8- Pág. 84
A locação, em regime de AOV, de 2 viaturas operacionais em 2026 e de 2 em 2027, e da despesa inerente	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	IEPAO 2026-2028, ponto 3.3, pág. 9	Ponto 9.1 - Pág. 110

Figura 57 - Quadro síntese de autorizações requeridas

9. OUTROS

9.1. FROTA AUTOMÓVEL

A Águas do Tejo Atlântico na elaboração da proposta de PAO 2026 teve em consideração o Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, das Finanças e do Ambiente e Ação Climática n.º 7681-A/2023, de 31 de julho, a RCM 136/2022, de 28 de dezembro, no que às viaturas elétricas concerne, e nas IEPAO 2026-2028. Paralelamente e em cumprimento com a legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, a Águas do Tejo Atlântico reflete, na sua proposta de PAO 2026, um esforço de otimização e racionalização dos gastos associados à frota automóvel.

A frota automóvel da Águas do Tejo Atlântico é constituída por viaturas operacionais, contratadas por recurso a contratos de aluguer de operacional de viaturas (AOV), em detrimento de contratos de compra e venda de veículos, opção essa que apenas foi pontualmente adotada em caso de viaturas de carácter mais específico, mediante propostas fundamentadas, comprovando o efetivo benefício económico.

A Águas do Tejo Atlântico dispõe, atualmente de 161 viaturas operacionais diferenciadas por tipologia consoante a natureza e contexto do trabalho a realizar, maximizando a respetiva utilidade e adequabilidade, conforme se apresenta no seguinte quadro:

TIPOLOGIA	ANTERIORES				Autorizadas a Contratar	TOTAL
	Ligeiro Comercial - Pic-up	Ligeiro Passageiros*	Pesado Mercadorias	Ligeiro Comercial - Furgão/ Peq Furgão		
N.º de viaturas	35	90	1	28	7	161

Figura 58 - Quadro tipologia de viaturas

A contratação das viaturas em regime de Aluguer Operacional (AOV), pressupõe também a contratação dos serviços associados, tais como a: Manutenção Corretiva/Preventiva, Seguro Automóvel, Assistência em Viagem, Viatura de Substituição, Gestão de Sinistros, Pneus, Pagamento de IUC e Inspeções, preconizando-se a transferência do risco operacional e de depreciação do ativo a quem o administra de forma mais eficiente, as Locadoras. À respetiva contratação estão subjacentes procedimentos pré-contratuais que aproveitam da escala angariada do Grupo AdP, avaliando na equação adjudicatória os custos com o ciclo de vida dos contratos (rendas, combustíveis, seguros e externalidades) explorando durações e quilometragens contratadas otimizadas e ajustadas às necessidades aquisitivas que lhes estão subjacentes.

Situação Atual da Frota - Plano de Substituição de Viaturas

Sucedem-se, com a idade das viaturas e o acumular de quilómetros, a prorrogação de contratos de AOV nem sempre se mostram (quando aceite pela locadora) uma alternativa economicamente viável, na medida em que as projeções das novas rendas passam defletir gradualmente os riscos acrescidos de manutenção corretiva, retenção em oficina e viaturas de substituição, para a Empresa, o que subverte o propósito inicial de transferência desse risco para a Locadora, tornando-os muitas vezes incomportáveis. Nessas situações, para a qual inexoravelmente todos os contratos de AOV caminham, e nos casos de não aceitação de prorrogação por parte da locadora, a única alternativa viável no imediato até repor novamente a disponibilidade daquelas viaturas com recurso a contratos de AOV são os RAC (rent-a-car), opção que não partilha das mesmas vantagens e méritos dos AOV e são uma contingência (obrigando muitas vezes à degradação dos segmentos por falta inclusive de oferta no mercado de viaturas comerciais, e quando existem a valores desproporcionais, traduzindo a escassez).

A conjuntura atual do mercado automóvel, não permitiu à Empresa a substituição das viaturas no prazo previsto, ou seja, no final do contrato, normalmente de 4 anos. Esta situação implicou, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço público, a prorrogação contratual das viaturas para as quais era expectável a sua substituição.

Esta situação foi penalizadora para a Empresa em vários aspetos:

- a) As viaturas abrangidas pelas extensões contratuais apresentam uma quilometragem elevada o que penaliza a pegada carbónica na realização das normais operações da AdTA;
- b) Derivado do número de anos e da quilometragem, apresentam um maior consumo de combustível;
- c) As rendas são mais penalizadoras, comparativamente aos modelos mais recentes, em que são também transferidos para as rendas os encargos subjacentes à erosão dos respetivos valores residuais, assim como dos valores previsíveis de manutenção;
- d) Riscos de circulação e de manutenção que as viaturas já representam, em que nalguns casos se verifica a ultrapassagem da quilometragem técnica máxima admissível;
- e) Encargos elevados com a manutenção e retenção em oficina, obrigando a Empresa - por falta de alternativa, e de forma a assegurar a continuidade de serviço - a assumir os respetivos encargos autonomamente como serviços não contratados e/ou a recorrer a viaturas de rent-a-car, quando imobilizadas em oficina por longos períodos.

Apenas para janeiro de 2026 se prevê o início da receção das viaturas, com base nos procedimentos concursais que a AdP realizou e está a realizar, assumindo que não surgem obstáculos na tramitação dos correspondentes procedimentos pré-contratuais, nem no que respeita ao fabrico e entrega das viaturas (obtenção de matrícula).

A concretização da substituição do remanescente das viaturas que tenham sido objeto de extensão contratual em 2025 e no passado, num total de 150 viaturas, é apresentada no quadro seguinte:

	janeiro 26	março 26	agosto 26	dezembro 26	2027	2028	TOTAL
Nº de viaturas	52	53	35	4	5	1	150

Figura 59 – Plano de substituição de viaturas

Decorrente do objetivo “FROTA VERDE” do Grupo AdP, foi considerado para 2026 que o Fundo Ambiental irá subsidiar a aquisição de Viaturas Elétricas em 10.000€/unidade/48 meses, num total de 600.000€ ou seja, participando 60 viaturas em 2.500€/ano/viatura, tendo a Empresa já beneficiado em 2023 deste subsídio para 3 viaturas e em 2024 para 1 viatura, num total de 40.000€.

Assim, das 150 viaturas que a Empresa tem necessidade de proceder à substituição, foi considerada a manutenção de 23 viaturas elétricas, e a conversão de 68 viaturas de combustão em viaturas 100% elétricas, dando-se assim cumprimento ao Programa de Neutralidade Energética, que visa a implementação de uma frota verde, procedendo à renovação e descarbonização da frota automóvel da Empresa, bem como ao previsto na RCM 136/2022, de 28 de dezembro.

A não implementação deste plano de substituição de frota, implicará que a Águas do Tejo Atlântico terá que, por forma a assegurar a continuidade do serviço público, garantir a substituição das viaturas, mediante novas prorrogações dos atuais contratos, ou a celebração de contratos de rent-a-car.

Apresenta-se quadro comparativo dos gastos anuais, para as referidas 150 viaturas, entre manter-se a situação atual, em que a Empresa por hipótese não contrataria novos contratos de AOV, tendo de recorrer a RAC, versus o que se espera de solução futura, novos contratos de AOV para substituição de contratos de viaturas existentes:

Gastos anuais	Estimativa RAC	Estimativa AOV
Renda - IFRS	-	941 080
Gasto Aluguer	1 147 642	-
Seguro	-	-
Conservação e reparação	60 235	60 235
Gasóleo	176 659	94 248
Gasolina	170 842	57 194
Elétrica	-	118 409
Portagens	74 451	74 451
Estacionamento	4 889	4 889
	1 634 718	1 350 507
Número de viaturas	150	150
valor médio por viatura	10 898	9 003

Figura 60 – Quadro comparativo contratação RAC vs AOV

Pode-se constatar que a diferença anual de gastos é de 284 211 euros a favor da contratação em regime de AOV, e se considerarmos o prazo de 4 anos (prazo normal de um contrato de AOV) significaria uma poupança de 1 136 842 euros. Sendo ainda de referir que os gastos associados à contratação em regime de AOV não degradam o PRC, por via da aplicação da norma IFRS16.

A AdTA estimou ainda os gastos referentes ao processo de recondicionamento de viaturas que se espera vir a substituir num total de 124 viaturas, das 150 viaturas que carecem de substituição, 30 em 2025 e 88 em 2026, que dado o número de anos passados os valores são tendencialmente superiores aos que se incorreriam caso as viaturas fossem substituídas ao final de 4 anos. A Empresa estimou assim, para esta natureza de despesa os seguintes valores: 45 mil euros para 2025; 132 mil euros para 2026; 7,5 mil euros para 2024 e 1,5 mil euros para 2028, cerca de 1.500€/viatura.

Aumento de Número de Viaturas

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., solicita a necessária autorização para o aumento da sua frota operacional, em regime de AOV, em 2026 de 2 viaturas e em 2027 de igual número, perfazendo assim um total de 4 viaturas distribuídas pelos 2 anos:

- a) 1 viatura operacional do tipo furgão elétrica a afetar à Direção de Operação (DOP), a contratar em 2026:

Atendendo à área do concelho de Mafra, com 17 km de costa e 12 praias, incluindo a Ericeira que é reserva mundial de Surf em Ribeira d'Ilhas, com a utilização da zona marítima durante todo o ano, reforçou-se a equipa com a metodologia que tem sido seguida em outros CO's, da inclusão de 1 Técnico Superior de apoio e de Técnico de apoio à Operação, para orientar permanentemente as equipas no terreno. Esses técnicos necessitam de uma viatura para deslocações entre instalações, o que se reforça com a área significativa do

CO de Mafra (291 km²) e dispersão geográfica entre instalações, num total de 15 ETAR e 34 Estações Elevatórias.

- b) I viatura operacional do tipo ligeiro de passageiros híbrida a afetar à Direção de Sistemas de Soluções Digitais (DSD), a contratar em 2026:

Atendendo à digitalização que está em curso e à necessidade de apoio à implementação e gestão da telegestão, a Direção de Sistemas e Soluções Digitais necessita de mais deslocações na área geográfica da Águas do Tejo Atlântico, com equipas mais operacionais que percorram os vários Centros Operacionais da Empresa para resolução de situações, principalmente, ao nível de comunicações e sistemas digitais de apoio à telegestão.

Tem havido um reforço de meios humanos nesta Direção que carece, contudo, de meios de deslocação.

- c) I viatura operacional do tipo furgão a afetar à Direção de Operação (DOP), a contratar em 2027:

Atendendo à área e ao número de instalações do Centro Operacional (CO) de Torres Vedras que corresponde a todo o concelho de Torres Vedras, com 407 km², 11 ETAR e 77 Estações Elevatórias, foi afeto um Técnico Superior de apoio que não tem nenhum veículo para deslocações. Esse facto provoca constrangimentos no trabalho diário, não havendo possibilidade de maior autonomia e acompanhamento no terreno das tarefas da operação.

- d) I viatura operacional do tipo ligeiro de passageiros híbrida a afetar à Direção de Manutenção (DMA), a contratar em 2027:

Esta viatura visa reforçar a resposta a necessidades várias de manutenção das infraestruturas e à verificação do funcionamento e reparação de equipamentos. O desempenho destas atividades de carácter permanente é imprescindível para assegurar o cabal cumprimento das responsabilidades da Direção de Manutenção, nomeadamente a necessidade de apoio no local, não sendo aplicável o apoio remoto.

Em concreto pretende-se afetar esta viatura operacional ao Centro Operacional de Mafra, ao qual a manutenção não tem afeto nenhum veículo. A contratação em curso de um Responsável de Área da manutenção de Mafra, implica o reforço da frota, dado o trabalho diário desse quadro, que obriga a deslocações autónomas entre infraestruturas.

Recorde-se que a atividade da Empresa decorre num extenso território, correspondente aos 23 municípios da Grande Lisboa e Oeste, e onde se encontram dispersas 100 Estações de Tratamento de Águas Residuais e 285 Estações Elevatórias.

Tratando-se de necessidades permanentes a celebração de contratos de AOV por 4 anos, é economicamente mais vantajosa do que o recurso a alugueres de curta duração (RAC), desonerando a Empresa de gastos mais elevados e de carga administrativa.

Apresenta-se quadro com a identificação por viatura, por direção e por tipologia, com o valor global dos gastos, anualizados, por viatura:

Tipologia de Viatura	Ano de contratação AOV	Direção	Rendas Mensais	Rendas Anuais	Tipo Combustível	Valor Anual Combustível	Portagens Estacionamento	Conservação e Reparação	Total de Gastos Anuais
Furgão elétrica	2026	DOP	704	8 448	Eletricidade	1 418	600	150	10 616
Ligeiro de passageiros híbrida	2026	DSD	550	6 596	Gasolina	2 208	600	150	9 554
Furgão	2027	DOP	494	5 928	Gasóleo	3 648	600	150	10 326
Ligeiro de passageiros híbrida	2027	DMA	550	6 596	Gasolina	2 197	600	150	9 544
			2 297	27 568		9 470	2 400	600	40 039

Figura 61 – Quadro com gastos totais e por tipologia para o aumento do nº viaturas em 2026.

Se em detrimento da contratação em regime de AOV a Empresa colmatasse a necessidade por recurso a RAC os gastos anuais seriam superiores em 3 636 euros, que se considerarmos o prazo de 4 anos (prazo normal de um contrato de AOV) significaria um acréscimo de gastos de 14 545 euros:

Gastos anuais	Estimativa RAC	Estimativa AOV
Renda - IFRS	-	27 568
Gasto Aluguer	31 205	-
Seguro	-	-
Conservação e reparação	600	600
Gasóleo	3 648	3 648
Gasolina	4 405	4 405
Eletricidade	1 418	1 418
Portagens	2 400	2 400
Estacionamento	0	0
	43 675	40 039
Número de viaturas	4	4
valor médio por viatura	10 919	10 010

Figura 62 – Quadro comparativo contratação RAC vs AOV – para o aumento do nº de viaturas

Este aumento de número de viaturas é totalmente justificável pelo aumento de trabalhadores aprovados nos anteriores, que estando agora integrados, necessitam de condições de mobilidade para desempenharem as suas funções ao longo da área de concessão.

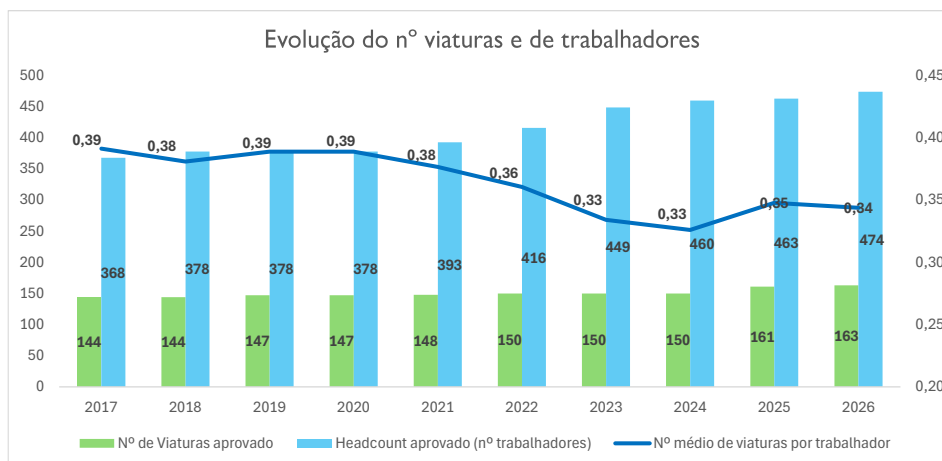


Figura 63 – Evolução do nº de viaturas e de trabalhadores

Face a tudo o que antecede, e considerando a imprescindibilidade deste instrumento de trabalho para garantir a continuidade e a qualidade prestação do serviço público essencial em qualidade e segurança, a Águas do Tejo Atlântico, solicita a necessária autorização para o aumento da sua frota em 2 viaturas em 2026, e de 2 viaturas em 2027.

Considerando que as viaturas automóveis constituem instrumentos de trabalho imprescindíveis ao desenvolvimento da atividade da Águas do Tejo Atlântico, a não autorização para o aumento da Frota Operacional, poderá colocar em causa a satisfação de necessidades básicas da coletividade, podendo originar uma eventual paralisação ou degradação dos serviços, a qual terá consequências ambientais gravíssimas, podendo ser afetada a qualidade da água, o bom estado ecológico dos recursos hídricos e as políticas de promoção do uso eficiente da água, com prejuízos evidentes para a saúde pública e a qualidade de vida das populações e para os ecossistemas e a biodiversidade – valores que o Estado Português (e, mais diretamente, os gestores do Grupo AdP) estão obrigados a proteger, de acordo com rigorosas metas qualitativas e quantitativas, impostas por força de legislação nacional, europeia e de tratados internacionais.

No quadro infra apresenta-se o número de viaturas Empresa ao longo dos períodos de análise:

Evolução do Total de Viaturas por Tipologia	31.12.2024		31.12.2025		31.12.2026		31.12.2027		31.12.2028	
	Real		EF		Orçamento		Projeção		Projeção	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Viaturas 100% Elétricas	23	15%	22	14%	97	60%	97	59%	97	59%
Viaturas Plug-in	1	1%	0	0%	3	2%	3	2%	3	2%
Viaturas Híbridas	0	0%	1	1%	31	19%	32	19%	33	20%
Viaturas Combustão	126	84%	131	85%	32	20%	33	20%	32	19%
Total da Frota Operacional	150	100%	154	1	163	100%	165	100%	165	100%

Figura 64 – N° total de viaturas por tipologia e por ano

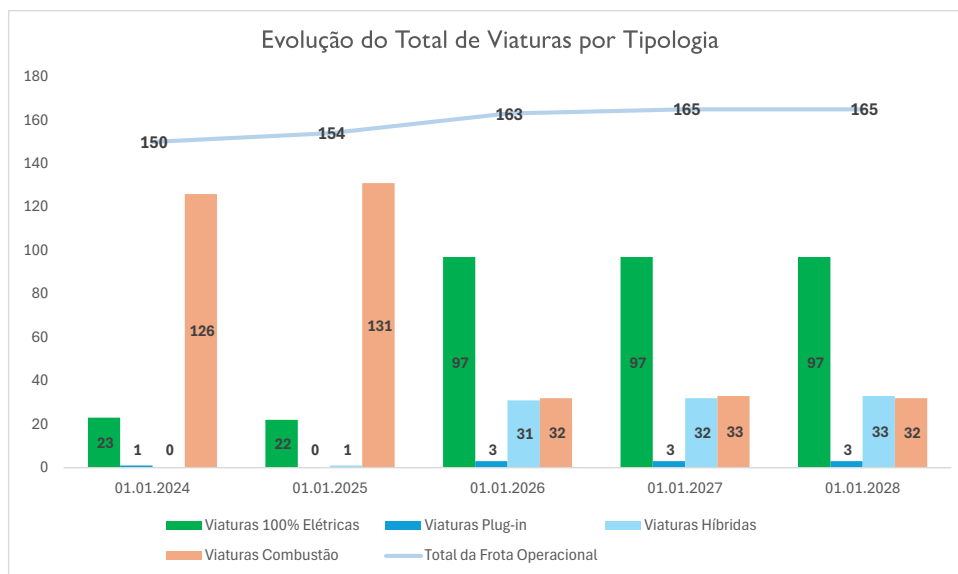


Figura 65 – Evolução do nº de viaturas por tipologia e por ano

Quanto aos gastos com viaturas, os valores que se estimam vir a incorrer são os seguintes:

Gastos Frota automóvel	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	31.12.2028	variação %
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	2026 vs 2025
Total gastos com frota automóvel	1 125 254	1 336 113	1 623 143	1 515 078	1 512 948	21%
Número de viaturas ligeiras	149	153	161	163	163	5%
Número de viaturas pesadas	1	1	2	2	2	100%
Total de Viaturas	150	154	163	165	165	6%
valor médio por viatura	7 502	8 676	9 958	9 182	9 169	15%

Figura 66 – Gastos totais e médios com frota automóvel 2024-2028

Os gastos apresentados correspondem à previsão da totalidade das despesas relativas a gastos com a frota automóvel da Águas do Tejo Atlântico (rendas, amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos, acertos de rendas referentes por recálculos de quilómetros e recondicionamentos), assim como os gastos referentes a recondicionamentos, já referidos.

Aplicação IFRS 16 no prolongamento e substituição de viaturas

É ainda de referir para efeitos de comparabilidade de exercícios económicos, que no Grupo AdP, os contratos de AOV são reconhecidos contabilisticamente no âmbito da norma IFRS 16 – Locações, desde 2019. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e de um passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo

da locação. Este modelo implica o reconhecimento de gasto com: i) amortização do ativo sob direito de uso; e ii) juros da locação.

Por impossibilidade de renovação da sua frota automóvel, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, com custos acrescidos face à renovação da frota, por períodos de 12 meses. Ora no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5.000 USD, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE's, sendo o prolongamento do tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente.

Esta alteração não afeta os encargos reportados com a frota, uma vez que para o cumprimento do princípio financeiro são considerados todos os encargos independentemente da forma de contabilização.

Lisboa, 17 de setembro de 2025

O Conselho de Administração

**NUNO RAFAEL DA
CONCEIÇÃO BRÔCO**

Digitally signed by NUNO
RAFAEL DA CONCEIÇÃO BRÔCO
Date: 2025.09.17 13:01:44
+01'00'

10. ANEXOS

Anexo I – Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual. Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

LEGENDA: - introdução de dado

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento: por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2026	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento		
						Obra nova	Reabilitação/Remodelação/Substituição	Total

Lista das dez empreitadas com maior valor que tenham execução em 2026, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento

1	Hidrolise Frielas	24 000	2 057	out/26	ago/29	90%	10%	100%
2	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	10 200	1 545	ago/26	abr/29	0%	100%	100%
3	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	9 100	890	dez/23	jun/30	100%	0%	100%
4	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	7 600	3 635	fev/26	dez/27	0%	100%	100%
5	Reabilitações ETAR Carregado	6 000	1 043	set/26	jul/28	0%	100%	100%
6	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia	5 880	1 534	jul/26	mai/28	100%	0%	100%
7	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 584	2 680	out/25	out/27	0%	100%	100%
8	Remodelação das instalações processuais para otimização da produção de biogás	5 500	569	out/26	fev/29	0%	100%	100%
9	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 874	672	set/23	abr/26	75%	25%	100%
10	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro- restantes intervenções	4 696	2 119	set/24	set/26	100%	0%	100%

Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2026, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento

1	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	7 600	3 635	fev/26	dez/27	0%	100%	100%
2	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 584	2 680	out/25	out/27	0%	100%	100%
3	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro- restantes intervenções	4 696	2 119	set/24	set/26	100%	0%	100%
4	Hidrolise Frielas	24 000	2 057	out/26	ago/29	90%	10%	100%
5	Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré	4 000	1 655	dez/25	abr/28	0%	100%	100%
6	Benfeitorias do sistema de ventilação e desodorização de Guia-ETFS, Beírolas, Chelas, Frielas e SJT	4 560	1 609	jul/26	nov/27	0%	100%	100%
7	Emissário Jamor (Oeiras)	3 480	1 606	jul/26	jul/27	0%	100%	100%
8	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	10 200	1 545	ago/26	abr/29	0%	100%	100%
9	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia	5 880	1 534	jul/26	mai/28	100%	0%	100%
10	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	2 230	1 419	jun/26	abr/27	0%	100%	100%

Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos de acompanhamento a realizar

1	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	7 600	3 635	fev/26	dez/27	0%	100%	100%
2	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 584	2 680	out/25	out/27	0%	100%	100%
3	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro- restantes intervenções	4 696	2 119	set/24	set/26	100%	0%	100%
4	Hidrolise Frielas	24 000	2 057	out/26	ago/29	90%	10%	100%
5	Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré	4 000	1 655	dez/25	abr/28	0%	100%	100%

As cinco empreitadas propostas pela empresa podem ser todas integrantes de uma ou das duas listas de dez obras acima, ou podem não o ser, quando existam motivos que tornem muito relevante uma outra obra.

Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa

Os investimentos selecionados para acompanhamento no decorrer do ano 2026 são aqueles que apresentam maior execução em 2026 e que representam cerca de 26% do valor de investimento em empreitadas para o ano 2026.

Razões pelas quais a empresa considera serem os cinco investimentos acima aqueles que merecem maior atenção

Anexo II - Ficha sumária de investimento

FICHA SUMÁRIA - MONTANTES DE INVESTIMENTO DA EMPRESA

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2025

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Mês de referência

Mês a que a ficha se reporta

Planeamento versus realização

(milhares de euros)		jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26
Total anual dos valores do planeamento dos investimentos	55 121	2 923	3 167	3 467	3 804	3 657	3 503	4 083	4 850	5 537	6 625	6 641	6 864
Total dos valores da realização dos investimentos até à data													
Valores mensais do planeamento acumulados		2 923	6 090	9 557	13 361	17 018	20 521	24 604	29 453	34 991	41 616	48 256	55 121
Valores mensais da realização acumulados													
Taxa de execução acumulada													

Estão em causa os valores do investimento globais, com todas as suas componentes, ao contrário do que sucede com as fichas de investimento para os investimentos selecionados, em que os valores se referem exclusivamente à componente "empregada".

Notas sobre a evolução dos investimentos por comparação com o planeamento

Aspectos mais relevantes do desenvolvimento dos investimentos da empresa e motivos das diferenças face ao planeamento

Anexo III - Fichas descritivas de investimento plurianual

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/serviço de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2025

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% investimento de substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

7 600 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Santa Cruz/Silveira, município de Torres Vedras

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

Na intervenção prevista para a ETAR de Santa Cruz incluem-se os trabalhos de reabilitação geral de construção civil da estação elevatória inicial, decantação primária, elevatórias de escumas e lamas, reatores biológicos, decantação secundária, espessadores, desidratação de lamas, edifícios industriais, pavimentos, vedação e acessos ; remodelação geral do edifício de exploração; construção de poço de retenção de sólidos grosseiros e receção de efluentes de limpa fossas; constituição de etapa de gradagem grosseira para proteção à tamisação, e tamisação em duas linhas; remodelação da etapa de desarenamento/desengorduramento; substituição de parafusos de Arquimedes; substituição do equipamento associado à decantação primária e secundária; remodelação do reator biológico para funcionar em regime de fluxo pistão, e substituição do sistema de arejamento por compressores e difusores; construção de etapa de desinfecção de efluente tratado com recurso a ultravioletas; implementação de etapa de produção de água de processo; remodelação geral da linha de lamas; remodelação da desodorização, garantindo adequada ventilação dos espaços confinados e tratamento de odores; beneficiação total de instalações elétricas, automação e supervisão.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

Os órgãos, edificações e equipamentos que integram a FA de Santa Cruz/Silveira, após 25 anos de operação, carecem de uma reabilitação profunda que deverá capacitar a ETAR para pelo menos mais 20 anos de funcionamento. A condição débil em que as infraestruturas se encontram atualmente põe em risco a sua funcionalidade e a continuidade do tratamento.

Foi prevista a remodelação das etapas de pré-tratamento, tratamento primário, tratamento biológico, desinfecção de efluente, produção de água de serviço, espessamento, desidratação e desodorização tendo em conta as exigências de descarga, sendo idealizadas com tecnologias que pretendem melhorar a eficiência de tratamento, minimizar custos energéticos e operacionais, contribuindo ultimamente para uma melhoria global no que diz respeito à sustentabilidade da respetiva infraestrutura.

A reabilitação da instalação existente permitirá que esta esteja preparada para dar cumprimento aos parâmetros de qualidade impostos pelo TUA emitido em novembro de 2023, com restrições de descarga adicionais.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se pretendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

(mês)

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

fev/26

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

dez/27

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	7 600	Valores mensais	330	330	330	330	330	330	330	330	330	330	330	330	330	330

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Complicação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2025

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Investimento de Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

5 584 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Torres Vedras

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

As principais intervenções previstas na empreitada incluem: i) a instalação de grades grossas nos canais de gradagem a montante dos tamisadores; ii) a redução do volume da lagoa de equalização e a melhoria das condições de circulação na lagoa; iii) a substituição das turbinas rápidas existentes no reator biológico por um sistema de arejamento por ar difuso alimentado por compressores; iv) a substituição dos espessadores mecânicos por um espessador gravítico; v) a substituição do digestor de gorduras por um concentrador de gorduras; vi) o redimensionamento do sistema de extração de ar contaminado no interior do edifício de tratamento de lamas e a substituição do biofiltro. Incluem-se ainda alguns trabalhos de reabilitação/beneficiação dos órgãos de tratamento e edifícios, pavimentos, acessibilidades, substituição da báscula e melhoria das condições de segurança e operacionalidade da instalação.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A ETAR de Torres Vedras, construída em 2005, encontra-se prestes a concluir vinte anos de funcionamento, período expeável de término de vida útil da generalidade dos equipamentos eletromecânicos, e que justifica também obras de conservação e restauro das infraestruturas de construção civil. Importa nesta data resolver alguns problemas funcionais da instalação e substituir/reparar infraestruturas/equipamentos cujo estado de conservação põe em risco a sua funcionalidade e a continuidade do tratamento.

A instalação existente tem várias limitações em termos de eficiência energética, sendo mais significativa a decorrente da baixa eficiência de transferência de oxigénio do sistema de arejamento instalado nos reatores biológicos (turbinas rápidas). Adicionalmente pretende-se reformular as etapas de equalização, digestão de gorduras, espessamento mecânico e desodorização, devido a constrangimentos de dimensionamento e/ou a serem etapas intensivas em termos energéticos e de manutenção.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

out/25

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

out/27

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

	(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	5 584	223	223	223	223	223	223	223	223	223	223	223	223	223	223	223

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma [contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnica, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização].

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: } introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2025

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Investimento novo

Podem tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

4 696 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Podem incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Município de Mafra

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A presente empreitada visa a conclusão da construção do sistema de drenagem "em alta" da Foz do Lizandro, como previsto no Contrato de Concessão, nomeadamente, a construção do sistema elevatório de Montesouros (Estação Elevatória e Conduta Elevatória com 2 106 metros em PEAD DN 315) e dos interceptores/emissários de Almada (emissário gravítico com 680 metros em PEAD DN250), Carapinha (emissário gravítico com 2600 metros em PEAD DN 250), Mafra-Carvoeiro Montante (interceptor gravítico com 2075 em PEAD DN 250), Mafra-Carvoeiro Jusante (interceptor gravítico com 3560 metros em PEAD DN500) e Gonçalves (emissário gravítico com 2557 metros em PEAD DN400).

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

No período de 2010 a 2015 foi construída a ETAR da Foz do Lizandro, o sistema de drenagem "norte", o sistema de drenagem de Carvoeira e Valbom e o sistema elevatório da Carvoeira. A empreitada em apreço contempla a construção das infraestruturas "em alta" que irão permitir a conclusão das infraestruturas previstas para o subsistema de drenagem "em alta" da Foz do Lizandro, tal como foi previsto no Contrato de Concessão.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

set/24

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

jul/25

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

set/26

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

		(milhares de euros)														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	3 532	Valores mensais	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

1 163 (milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.
 A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).
 No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.
 Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2025

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Hidrólise Frielas

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

90% investimento novo, 10% investimento de substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

24 000 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Frielas, município de Loures

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A empreitada pretende dotar a ETAR de Frielas de capacidade de receção de lamas provenientes de outras instalações e de sistema de tratamento de hidrólise conjunta de lamas internas e externas, mediante construção de etapas de receção e transporte de lamas externas, tamição e espessamento de lamas internas, transporte, homogeneização e hidrólise de lamas. Inclui também a beneficiação e/ou reforço das etapas subsequentes de tratamento e armazenamento de lamas e de aproveitamento de biogás (digestão, armazenamento de lamas digeridas, desidratação e armazenamento de lamas desidratadas, desodorização, sistema de purificação e armazenamento de biogás, e cogeração). Adicionalmente, encontra-se previsto um novo sistema de tratamento das escorrências da fase sólida.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A instalação de hidrólise térmica das lamas a montante da etapa de digestão anaeróbia existente na ETAR de Frielas, apresenta um significativo conjunto de mais-valias: Otimização da gestão e valorização das lamas das ETAR de Frielas, Alcântara e Alverca, aproveitando a capacidade excedentária de digestão anaeróbia instalada na FA de Frielas; contribuição para a estratégia de neutralidade energética das empresas do Grupo AdP; redução nas emissões de CO2 associadas ao transporte das lamas a destino final quer por redução da quantidade a gerir quer pela produção de energia renovável.

Esta instalação permitirá ainda a redução dos custos operacionais da infraestrutura, pelo aumento da produção de energia elétrica decorrente do aumento do volume de biogás disponível para valorização, não só em resultado do aumento dos quantitativos de lamas a digerir como também de uma maior eficiência da digestão anaeróbia, a redução do consumo específico de reagente de condicionamento químico (polímero) na desidratação das lamas, a redução dos custos de transporte a destino final das lamas desidratadas decorrente da redução do seu teor em água intersticial (aumento de sidade) e volume e a produção de lamas higienizadas com o cumprimento dos requisitos legais na componente microbiológica (equivalente a "Biosólidos EPA Classe A", 0 NMP/100 mL de E.Coli), com maior potencial de utilização, em particular na valorização agrícola;

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

out/26

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

ago/29

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	24 000	686	686	686	686	686	686	686	686	686	686	686	686	686	686	686

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a Fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comp participação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.
Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2025
Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré
A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% investimento de substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

4 000 (milhares de euros)
Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)
Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a uma.

População servida

(habitantes)
Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)
Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)
Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)
Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Município de Nazaré

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

As principais intervenções previstas na empreitada incluem: i) proceder à reabilitação do emissário submarino, nos últimos 30,0 m de extensão com a introdução de cerca de 12 chaminés de para instalação na parte superior de válvulas bico de pato em tubagem de PEAD de 450 mm II) adicionalmente o restante emissário será substituído numa extensão de cerca de 330,0 m por tubagens novas de PEAD de 560 mm, III) serão executados cerca 116 anéis de afundamento em betão para assegurar o correto posicionamento do emissário, IV) componentes serão ainda adicionados cerca de 32 estabilizadores de afundamento, V) execução do assinalamento marítimo da infraestrutura submersa.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

O emissário submarino da Nazaré encontra-se em operação desde a década de 80 do século passado, tendo revelado problemas de colmatação com sedimentos marítimos que reduzem consideravelmente a capacidade de dispersão do caudal tratado. Adicionalmente verifica-se que os componentes metálicos de fixação dos anéis de afundamento da estrutura existente estão corroídos, pelo que a estabilidade e o posicionamento da estrutura atual não são garantidos, o que potencia eventuais roturas da tubagem. Adicionalmente e considerando que o caudal tratado da ETAR da Nazaré é alvo de bombagem a presente intervenção permitirá obter ganhos de poupança em termos de consumos energéticos por redução da perda de carga na área de dispersão do emissário submarino.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

(mês)
A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

dez/25
A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

abr/28
O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	4 000	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)
Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar. Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)
A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

Anexo IV – Quadros – Ponto V (IEPAO) Informação Financeira

Demonstrações financeiras

Unid: 1 000

Balço	2024	2025	2026	2027	2028
Ativo (total)	546 381	526 234	547 745	641 266	713 636
não corrent.	469 593	480 682	520 256	615 805	687 592
corrente	76 789	45 552	27 489	25 461	26 044
CP (total)	119 712	119 745	123 330	123 993	124 635
rest.trans.	0	0	0	0	0
Passivo (total)	426 669	406 489	424 416	517 273	589 002
não corrent.	357 958	370 855	324 722	287 545	227 054
corrente	68 711	35 635	99 694	229 728	361 948

Demonstração de resultados	2024	2025	2026	2027	2028
Volume de Negócios (incl. ICs)	98 556	100 404	102 473	104 405	106 374
% de crescimento		2%	2%	2%	2%
Gastos com Pessoal	-16 097	-17 354	-20 258	-21 557	-22 869
% de crescimento		8%	17%	6%	6%
Fornecimentos e serviços externos	-38 861	-45 296	-54 572	-55 929	-57 315
% de crescimento		17%	20%	2%	2%
EBITDA	37 322	31 462	38 823	39 984	44 407
% de crescimento		-16%	23%	3%	11%
EBIT	21 422	11 161	12 888	14 315	18 929
% de crescimento		-48%	15%	11%	32%
Resultado líquido	6 868	6 557	7 292	7 591	7 853
% de crescimento		-5%	11%	4%	3%

Eficiência operacional	2025	2026	2027	2028
GO/VN	0,67	0,67	0,67	0,67

BALANÇO

Rubricas	Notas	Unidade																			
		2024		2025		2025		1ºT2026		2ºT2026		3ºT2026		4ºT2026		2026		2027		2028	
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO																					
Ativo não corrente																					
Ativos fixos tangíveis		1 253 815 €	2 287 862 €	1 467 050 €	1 665 381 €	1 959 977 €	1 844 153 €	1 909 258 €	1 909 258 €	1 909 258 €	1 909 258 €	1 909 258 €	1 909 258 €	1 909 258 €	1 909 258 €	1 909 258 €	1 909 258 €	1 562 169 €	1 516 070 €		
Ativos intangíveis		413 693 610 €	440 638 488 €	423 080 550 €	427 198 880 €	436 062 137 €	443 113 643 €	459 756 358 €	459 756 358 €	459 756 358 €	459 756 358 €	459 756 358 €	459 756 358 €	459 756 358 €	459 756 358 €	459 756 358 €	459 756 358 €	536 520 973 €	585 164 388 €		
Clientes, contribuintes e utentes		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos financeiros		24 056 €	33 428 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €	24 056 €
Ativos por impostos diferidos		53 757 439 €	58 083 541 €	54 871 958 €	54 686 610 €	54 019 815 €	53 147 225 €	52 640 418 €	52 640 418 €	52 640 418 €	52 640 418 €	52 640 418 €	52 640 418 €	52 640 418 €	52 640 418 €	52 640 418 €	52 640 418 €	52 903 832 €	52 903 832 €	52 903 832 €	52 903 832 €
Ativos sob direito de uso		863 761 €	4 403 513 €	1 238 082 €	4 489 867 €	4 163 656 €	4 783 702 €	4 509 624 €	4 509 624 €	4 509 624 €	4 509 624 €	4 509 624 €	4 509 624 €	4 509 624 €	4 509 624 €	4 509 624 €	4 509 624 €	4 067 438 €	2 526 885 €		
Desvio de recuperação de gastos (DRG)		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	20 820 128 €	45 456 646 €		
Subtotal		469 592 681 €	505 446 833 €	480 681 696 €	488 064 793 €	496 229 641 €	502 912 779 €	520 256 412 €	520 256 412 €	520 256 412 €	520 256 412 €	520 256 412 €	520 256 412 €	520 256 412 €	520 256 412 €	520 256 412 €	520 256 412 €	615 804 651 €	687 591 876 €		
Ativo corrente																					
Inventários		3 156 392 €	2 400 201 €	1 409 873 €	1 466 976 €	2 985 639 €	2 817 735 €	1 439 352 €	1 439 352 €	1 439 352 €	1 439 352 €	1 439 352 €	1 439 352 €	1 439 352 €	1 439 352 €	1 439 352 €	1 439 352 €	2 154 700 €	2 189 641 €		
Clientes, contribuintes e utentes		11 089 686 €	19 304 172 €	19 224 618 €	19 799 769 €	19 639 561 €	19 589 266 €	19 686 903 €	19 686 903 €	19 686 903 €	19 686 903 €	19 686 903 €	19 686 903 €	19 686 903 €	19 686 903 €	19 686 903 €	19 686 903 €	20 057 695 €	20 424 205 €		
Estado e outros entes públicos		1 464 456 €	2 830 061 €	3 850 119 €	3 758 239 €	2 974 152 €	5 205 980 €	5 871 099 €	5 871 099 €	5 871 099 €	5 871 099 €	5 871 099 €	5 871 099 €	5 871 099 €	5 871 099 €	5 871 099 €	5 871 099 €	2 757 987 €	2 940 737 €		
Acionistas / Sócios / Associados- Apoio Tesouraria AdP		35 023 636 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos financeiros		6 165 495 €	581 443 €	3 507 458 €	2 585 030 €	2 480 946 €	1 604 770 €	486 581 €	486 581 €	486 581 €	486 581 €	486 581 €	486 581 €	486 581 €	486 581 €	486 581 €	486 581 €	485 743 €	484 906 €		
Caixa e depósitos		19 889 096 €	5 000 €	17 560 335 €	6 131 735 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €
Subtotal		76 788 762 €	25 120 878 €	45 552 403 €	33 741 748 €	28 085 298 €	29 222 751 €	27 488 935 €	27 488 935 €	27 488 935 €	27 488 935 €	27 488 935 €	27 488 935 €	27 488 935 €	27 488 935 €	27 488 935 €	27 488 935 €	25 461 126 €	26 044 489 €		
Total do Ativo		546 381 443 €	530 567 710 €	526 234 099 €	521 806 541 €	524 314 939 €	532 135 530 €	547 745 348 €	547 745 348 €	547 745 348 €	547 745 348 €	547 745 348 €	547 745 348 €	547 745 348 €	547 745 348 €	547 745 348 €	547 745 348 €	641 265 777 €	713 636 365 €		
PATRIMÓNIO LÍQUIDO																					
Património / Capital		113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €
Ações (quotas) próprias		-2 521 433 €	0 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Reservas		1 838 196 €	2 198 868 €	2 181 574 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 509 420 €	2 874 041 €	3 253 593 €		
Resultado líquido do período		6 867 549 €	7 322 902 €	6 556 916 €	1 768 925 €	3 596 704 €	5 444 569 €	7 292 433 €	7 292 433 €	7 292 433 €	7 292 433 €	7 292 433 €	7 292 433 €	7 292 433 €	7 292 433 €	7 292 433 €	7 292 433 €	7 591 028 €	7 853 298 €		
Total do Património Líquido		119 711 992 €	123 049 450 €	119 744 737 €	115 284 592 €	117 112 371 €	118 960 235 €	123 329 533 €	123 329 533 €	123 329 533 €	123 329 533 €	123 329 533 €	123 329 533 €	123 329 533 €	123 329 533 €	123 329 533 €	123 329 533 €	123 992 749 €	124 634 571 €		
PASSIVO																					
Passivo não corrente																					
Provisões		686 678 €	856 841 €	643 502 €	639 646 €	634 505 €	630 650 €	625 509 €	625 509 €	625 509 €	625 509 €	625 509 €	625 509 €	625 509 €	625 509 €	625 509 €	625 509 €	607 516 €	589 523 €		
Financiamentos obtidos		112 982 316 €	125 496 172 €	125 460 467 €	122 010 097 €	115 794 760 €	112 344 920 €	105 735 352 €	105 735 352 €	105 735 352 €	105 735 352 €	105 735 352 €	105 735 352 €	105 735 352 €	105 735 352 €	105 735 352 €	105 735 352 €	84 713 247 €	63 181 151 €		
Fornecedores de investimentos		509 246 €	578 885 €	418 097 €	406 619 €	395 141 €	383 662 €	372 184 €	372 184 €	372 184 €	372 184 €	372 184 €	372 184 €	372 184 €	372 184 €	372 184 €	372 184 €	326 271 €	-224 691 €		
Passivos por impostos diferidos		16 411 245 €	13 508 133 €	15 814 255 €	15 674 693 €	15 531 241 €	15 387 789 €	15 244 337 €	15 244 337 €	15 244 337 €	15 244 337 €	15 244 337 €	15 244 337 €	15 244 337 €	15 244 337 €	15 244 337 €	15 244 337 €	14 683 557 €	14 122 777 €		
Passivos de locação		291 523 €	2 564 889 €	679 676 €	3 314 973 €	3 059 458 €	3 303 350 €	2 665 594 €	2 665 594 €	2 665 594 €	2 665 594 €	2 665 594 €	2 665 594 €	2 665 594 €	2 665 594 €	2 665 594 €	2 665 594 €	2 112 678 €	572 126 €		
Desvio de recuperação de gastos (DRG)		15 292 235 €	5 614 984 €	15 891 192 €	12 990 044 €	7 954 617 €	2 273 738 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Acréscimos de custos do investimento contratual		100 636 543 €	99 000 940 €	103 501 745 €	102 571 124 €	103 683 189 €	98 651 398 €	96 769 172 €	96 769 172 €	96 769 172 €	96 769 172 €	96 769 172 €	96 769 172 €	96 769 172 €	96 769 172 €	96 769 172 €	96 769 172 €	86 927 445 €	55 774 824 €		
Subsídios ao investimento e outros		111 148 705 €	102 297 877 €	108 445 819 €	107 161 883 €	105 877 947 €	104 594 011 €	103 310 075 €	103 310 075 €	103 310 075 €	103 310 075 €	103 310 075 €	103 310 075 €	103 310 075 €	103 310 075 €	103 310 075 €	103 310 075 €	98 174 005 €	93 038 137 €		
Subtotal		357 958 492 €	349 918 720 €	370 854 753 €	364 769 079 €	352 930 858 €	337 769 518 €	324 722 223 €	324 722 223 €	324 722 223 €	324 722 223 €	324 722 223 €	324 722 223 €	324 722 223 €	324 722 223 €	324 722 223 €	324 722 223 €	287 544 718 €	227 053 847 €		
Passivo corrente																					
Fornecedores		4 573 474 €	3 549 633 €	5 186 727 €	5 186 727 €	5 618 544 €	4 948 854 €	4 225 270 €	4 225 270 €	4 225 270 €	4 225 270 €	4 225 270 €	4 225 270 €	4 225 270 €	4 225 270 €	4 225 270 €	4 225 270 €	6 015 084 €	4 994 808 €		
Estado e outros entes públicos		6 045 949 €	3 544 547 €	4 234 830 €	1 637 791 €	2 462 798 €	3 232 299 €	4 034 427 €	4 034 427 €	4 034 427 €	4 034 427 €	4 034 427 €	4 034 427 €	4 034 427 €	4 034 427 €	4 034 427 €	4 034 427 €	4 748 213 €	5 041 742 €		
Acionistas / Sócios / Associados - Apoio Tesouraria da AdP-SGPS		0 €	0 €	0 €	0 €	16 573 009 €	33 405 995 €	54 811 587 €	54 811 587 €	54 811 587 €	54 811 587 €	54 811 587 €	54 811 587 €	54 811 587 €	54 811 587 €	54 811 587 €	54 811 587 €	180 770 433 €	313 128 399 €		
Financiamentos obtidos		45 542 236 €	17 203 782 €	17 090 473 €	18 282 344 €	18 428 071 €	19 614 892 €	19 954 341 €	19 954 341 €	19 954 341 €	19 954 341 €	19 954 341 €	19 954 341 €	19 954 341 €	19 954 341 €	19 954 341 €	19 954 341 €	21 369 600 €	21 833 227 €		
Fornecedores de investimentos		3 478 695 €	8 287 582 €	5 601 721 €	6 142 394 €	6 654 162 €	8 922 968 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €	11 598 636 €
Outras contas a pagar		8 728 801 €	3 039 585 €	3 185 188 €	9 481 555 €	3 513 067 €	4 011 860 €	3 445													

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Notas	2024	2025	2025	2026					Unidade	
				2024	2025	2026	2026	2026	2027	2028
Rendimentos e Gastos	Execução	PAO	Estimativa	1º T2026	2º T2026	3º T2026	4º T2026	Previsão	Previsão	Previsão
Vendas	100 878 €	217 632 €	133 545 €	132 227 €	139 969 €	160 878 €	341 478 €	574 551 €	574 551 €	574 551 €
Prestações de serviços	98 454 851 €	99 858 027 €	100 270 818 €	25 468 596 €	25 480 590 €	25 441 337 €	25 508 083 €	101 898 305 €	103 830 221 €	105 799 052 €
Desvio de recuperação de Gastos (DRG)	564 657 €	7 634 994 €	598 958 €	2 901 148 €	5 035 427 €	5 680 879 €	3 690 436 €	17 307 890 €	19 403 430 €	24 636 518 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 061 113 €	5 940 774 €	4 830 453 €	865 602 €	1 549 165 €	1 725 414 €	1 053 920 €	5 194 101 €	5 243 104 €	5 342 723 €
Fornecimentos e serviços externos	38 860 897 €	46 950 060 €	45 295 621 €	13 375 067 €	14 191 676 €	14 041 345 €	12 863 451 €	54 571 539 €	55 948 936 €	57 315 456 €
Gastos com pessoal	16 097 500 €	19 065 285 €	17 353 990 €	5 137 477 €	4 951 280 €	5 126 852 €	5 043 102 €	20 257 770 €	21 556 767 €	22 868 892 €
Provisões (aumentos/reduções)	287 762 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	258 477 €	59 843 €	31 999 €	15 065 €	15 065 €	15 065 €	15 065 €	60 260 €	26 982 €	60 260 €
Outros gastos e perdas	1 195 062 €	921 151 €	895 499 €	241 171 €	269 449 €	239 771 €	244 083 €	994 474 €	1 122 127 €	1 135 979 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	37 322 448 €	34 893 227 €	31 461 841 €	8 897 720 €	9 709 180 €	10 165 777 €	10 050 445 €	38 823 122 €	39 984 249 €	44 407 330 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização	20 744 330 €	25 653 332 €	25 348 175 €	7 569 593 €	7 732 939 €	7 834 974 €	7 933 032 €	31 070 538 €	30 805 332 €	30 614 613 €
Subsídios ao investimento	4 843 493 €	4 815 799 €	5 047 240 €	1 283 936 €	1 283 936 €	1 283 936 €	1 283 936 €	5 135 744 €	5 136 071 €	5 135 868 €
Resultado operacional (EBIT)	21 421 621 €	14 055 694 €	11 160 906 €	2 612 062 €	3 260 177 €	3 614 739 €	3 401 350 €	12 888 327 €	14 314 989 €	18 928 585 €
EBITDA Ajustado (ROA) Amortizações/Provisões/Perdas de Imparidade e reversões/Subsídios ao Investimento - Desvio Recuperação de Gastos	37 599 363 €	27 258 233 €	32 060 799 €	5 996 371 €	4 673 754 €	4 484 898 €	6 360 009 €	21 515 232 €	20 580 819 €	19 770 812 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	21 133 869 €	14 055 694 €	11 160 906 €	2 612 062 €	3 260 177 €	3 614 739 €	3 401 350 €	12 888 327 €	14 314 989 €	18 928 585 €
Juros e rendimentos similares obtidos	1 364 292 €	189 374 €	659 385 €	35 365 €	- €	- €	- €	35 365 €	0 €	0 €
Juros e gastos similares suportados	4 433 174 €	4 428 764 €	3 752 168 €	826 267 €	902 665 €	1 031 348 €	1 183 691 €	3 943 972 €	7 248 051 €	11 704 214 €
Resultado antes de impostos	18 352 750 €	9 816 305 €	8 068 124 €	1 821 160 €	2 357 511 €	2 583 391 €	2 217 658 €	8 979 721 €	7 066 938 €	7 224 371 €
Imposto sobre o rendimento	11 485 201 €	2 493 402 €	1 511 208 €	52 235 €	529 732 €	735 527 €	369 794 €	1 687 287 €	524 090 €	628 927 €
Resultado líquido do período	6 867 549 €	7 322 902 €	6 556 916 €	1 768 925 €	1 827 779 €	1 847 865 €	1 847 865 €	7 292 433 €	7 591 028 €	7 853 298 €

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	2024	2025	2025	2025	1ºT2026	2ºT2026	3ºT2026	4ºT2026	2026	2027	2028	Unidade		
												Exercício	PAO	Estimativa
Fluxos de caixa de atividades operacionais														
Recebimentos de clientes	109 604 602 €	111 786 308 €	102 302 083 €	28 243 234 €	28 686 424 €	28 665 250 €	28 665 258 €	114 260 166 €	116 568 835 €	118 731 756 €				
Pagamentos a fornecedores	54 428 151 €	73 022 994 €	59 849 244 €	19 145 576 €	21 804 176 €	21 524 081 €	17 930 311 €	80 404 144 €	81 653 709 €	83 726 355 €				
Pagamentos ao pessoal	17 901 205 €	12 321 855 €	14 909 352 €	3 153 446 €	3 042 424 €	3 147 836 €	3 655 411 €	12 899 117 €	13 684 759 €	14 411 691 €				
Caixa gerada pelas operações	37 275 246 €	26 442 229 €	27 543 486 €	5 944 212 €	3 839 824 €	3 993 333 €	7 079 537 €	20 856 906 €	21 230 367 €	20 593 710 €				
Outros recebimentos/pagamentos	901 550 €	5 717 395 €	11 901 678 €	3 229 327 €	1 794 373 €	1 056 893 €	442 144 €	2 933 990 €	1 710 488 €	2 164 736 €				
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	38 176 796 €	20 724 834 €	15 641 611 €	2 714 886 €	5 634 197 €	2 936 440 €	6 637 393 €	17 922 915 €	22 940 856 €	18 428 974 €				
Fluxos de caixa das atividades de investimento														
Pagamentos respeitantes a:														
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	3 234 139 €	508 152 €	581 424 €	97 060 €	207 811 €	1 394 447 €	1 264 638 €	-	-	-	-
Ativos intangíveis	-	19 651 342 €	-	54 409 938 €	11 413 737 €	14 290 288 €	17 074 165 €	23 314 258 €	66 892 447 €	112 192 682 €	-	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos provenientes de:														
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	20 000 000 €	-	58 000 000 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de capital	33 954 €	-	3 428 020 €	1 000 000 €	-	-	1 016 121 €	3 016 121 €	-	-	0 €	-	-	-
Juros e rendimentos similares	971 662 €	142 031 €	413 286 €	26 524 €	-	-	-	-	26 524 €	-	-	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	146 415 €	54 267 908 €	30 982 279 €	10 895 365 €	14 871 711 €	16 171 225 €	22 505 948 €	64 444 249 €	113 457 319 €	109 108 009 €				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento														
Recebimentos provenientes de:														
Financiamentos obtidos	-	48 166 782 €	-	-	-	16 573 009 €	16 832 966 €	21 405 592 €	54 811 587 €	125 958 846 €	-	-	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	-	2 521 433 €	-	-	-	-	-	2 521 433 €	2 521 433 €	-	-	-	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	4 072 173 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações de financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:														
Financiamentos obtidos	15 278 012 €	43 884 096 €	39 103 760 €	2 374 002 €	5 991 652 €	2 374 002 €	6 197 476 €	16 837 132 €	19 821 903 €	21 118 893 €				
Juros e gastos similares	4 419 879 €	4 263 395 €	3 316 383 €	717 813 €	985 994 €	927 543 €	1 361 807 €	3 893 157 €	7 068 924 €	11 685 468 €				
Dividendos	5 987 621 €	6 852 762 €	5 895 684 €	-	6 229 070 €	-	-	6 229 070 €	6 927 812 €	7 211 477 €				
Reduções de capital e outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Outras operações de financiamento	88 970 €	938 025 €	606 842 €	156 905 €	255 515 €	296 656 €	599 186 €	1 307 662 €	1 623 745 €	1 663 093 €				
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	-	25 774 481 €	48 922 070 €	3 248 120 €	3 110 719 €	13 234 785 €	15 868 595 €	28 965 999 €	90 516 463 €	90 679 034 €				
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)	12 948 730 €	34 720 966 €	2 298 180 €	11 428 600 €	6 126 735 €	0 €	0 €	17 555 335 €	5 000 €	5 000 €				
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 309 785 €	34 725 966 €	19 858 515 €	17 560 335 €	6 131 735 €	5 000 €	5 000 €	17 560 335 €	17 560 335 €	17 560 335 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 858 515 €	5 000 €	17 560 335 €	6 131 735 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €

Eficiência operacional	2024		2025		2025		2026		2027		2028		Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-60 019 581	-71 956 118	-67 480 064	-80 023 410	-82 728 808	-85 527 072	-12 543 346	-18,6%						
CMVMC	-5 061 113	-5 940 774	-4 830 453	-5 194 101	-5 243 104	-5 342 723	-363 648	-7,5%						
FSE	-38 860 967	-46 950 060	-45 295 621	-54 571 539	-55 928 936	-57 315 456	-9 275 918	-20,5%						
Gastos com pessoal	-16 097 500	-19 065 285	-17 353 990	-20 257 770	-21 556 767	-22 868 892	-2 903 780	-16,7%						
1-Pedido de Excepcionalidade		916 878	0	1 197 309	1 154 138	1 226 653	1 126 582							
Valorizações Remuneratórias do ano		916 878		975 377	1 143 870	1 216 385	975 377							
Reclassificações cláusula 21.ª do ACT		0		151 205	0	0	151 205							
Aumento OS		0		11 641	10 268	10 268								
Aumento Seguro de Saúde				59 086	0	0								
2-Dedução para efeitos de comparabilidade		1 374 039	56 829	10 014 588	11 462 703	12 867 217	9 957 759	17522%						
Aumento preço eletricidade				651 689	0	0	651 689							
Aumento preço tratamento de lamas				6 492 470	0	0	6 492 470							
Aumento preço tratamento residuos				1 275 183	0	0	1 275 183							
Efeito das novas admissões PAO26 - para o ano a que respeitam				865 272	250 806	250 376	865 272							
Efeito das admissões que no ano anterior não estiveram o ano completo				340 948	0	0	340 948							
Absentismo				282 713	0	0	282 713							
Processo Jurídico Acidente da Guia		204 293		106 312	0	0	49 483	1						
Processo Jurídico Reclassificações ACT		151 750		75 996	0	0	0							
Inspeção e Aval. das condições estruturais e de funcionamento do Interceptor Geral da Costa do Estoril		942 000		0	0	0	0							
Anulação das deduções de 2026 aos gastos operacionais					11 211 897	0								
Anulação das deduções de 2027 aos gastos operacionais						12 616 841								
Gastos operacionais ajustados (de 1 e 2)	60 019 581	69 665 201	67 423 234	68 811 512	70 111 966	71 433 202	1 388 278	2,1%						
Volume de negócios	98 555 528	100 075 659	100 404 363	102 472 856	104 404 772	106 373 603	2 068 493	2,1%						
Vendas	100 878	217 632	133 545	574 551	574 551	574 551	441 006	330,2%						
Prestações de Serviços	98 454 651	99 858 027	100 270 818	101 898 305	103 830 221	105 799 052	1 627 487	1,6%						
Volume de Negócios ajustado	98 555 528	100 075 659	100 404 363	102 472 856	104 404 772	106 373 603	2 068 493	2,1%						
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	60,90%	69,61%	67,15%	67,15%	67,15%	67,15%	0,00							

Pessoal	2024		2025		2026		2027		2028		Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	EF	EF	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	424	473	473	473	484	490	496	496	496	496	11	2%
Nº de membros dos órgãos sociais	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	0	0%
Nº de membros cargos de direção	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	0	0%
Nº dos restantes trabalhadores	406	455	455	455	466	472	478	478	478	478	11	2%
Gastos totais com pessoal**	-17 186 633	-20 250 474	-18 461 812	-18 461 812	-21 562 249	-22 861 246	-24 173 372	-24 173 372	-24 173 372	-24 173 372	-3 100 438	-17%
Gastos com órgãos sociais**	-467 476	-375 524	-482 345	-482 345	-493 986	-504 254	-514 522	-514 522	-514 522	-514 522	-11 641	-2%
Gastos com cargos de direção	-707 626	-679 459	-788 391	-788 391	-795 967	-795 967	-795 967	-795 967	-795 967	-795 967	-7 576	-1%
Remuneração do pessoal	-11 336 930	-13 521 741	-12 419 685	-12 419 685	-14 708 707	-15 715 191	-16 745 487	-16 745 487	-16 745 487	-16 745 487	-2 289 022	-18%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Ajudas de custo	-11 112	-10 000	-12 000	-12 000	-12 000	-12 000	-12 000	-12 000	-12 000	-12 000	0	0%
Rescisões / Indemnizações	-11 500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Restantes encargos	-4 651 988	-5 663 749	-4 759 391	-4 759 391	-5 551 589	-5 833 835	-6 105 395	-6 105 395	-6 105 395	-6 105 395	-792 199	-17%
Informação adicional												
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2025 (Δ)		-1 399 193			-865 272						-865 272	
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes		-146 353			-340 948						-340 948	
(iii) Cumprimento de disposições legais		-1 013 931			-1 185 668						-1 185 668	
(iv) Orientações expressas do acionista Estado												
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias												
(vi) Outras valorizações remuneratórias												
(vii) Rescisões por mútuo acordo					-161 207						-161 207	
Correções para efeitos de rácio												
(-) Gastos com órgãos sociais*	467 476	375 524	482 345	482 345	493 986	504 254	514 522	514 522	514 522	514 522	11 641	2%
(-) Cumprimento de disposições legais		1 013 931			1 185 668	1 143 870	1 216 385	1 216 385	1 216 385	1 216 385		
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias												
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo												
(+) Absentismo		204 293			282 713						282 713	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	-16 719 157	-18 656 726	-17 979 467	-17 979 467	-19 599 882	-21 213 122	-22 442 465	-22 442 465	-22 442 465	-22 442 465	-1 620 416	-9%

Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio (comparabilidade)	-16 719 157	-17 111 180	-17 979 467	-18 232 455	-21 212 912	-22 442 465	-252 988	-1 4%
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	68%	72%	69%	75%	74%	75%	0	8,6%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	4%	4%	4%	4%	4%	4%	0	-7,4%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	3%	2%	3%	3%	2%	2%	0	-6,1%

Check Demonstração de resultados

Subsídios à exploração	80 005	59 419	57 872	155 743	155 743	155 743	155 743	
Trabalhos para a própria empresa	1 009 127	1 125 770	1 049 950	1 148 736	1 148 736	1 148 736	1 148 736	
Total	1 089 132	1 185 189	1 107 821	1 304 479	1 304 479	1 304 479	1 304 479	
(ii) Cumprimento de disposições legais:								
- Valorizações Remuneratórias	0	916 878	0	1 185 668	1 143 870	1 216 385	1 216 385	
- Reclassificações cláusula 21.ª do ACT	0	0	0	975 377	1 143 870	1 216 385	1 216 385	
- Aumento Seguro Saúde	0	0	0	151 205	0	0	0	
(vi) Outras valorizações remuneratórias	0	0	0	59 086	0	0	0	
- Promoções	0	0	0	161 207	210	0	0	
- Novos subsídios de IHT	0	0	0	35 016	210	0	0	
- Novos subsídios de Comissão de Serviço	0	0	0	52 967	0	0	0	
				73 224	0	0	0	

	2024		2025		2025		2026		2027		2028		Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Endividamento (fórmula)														
Capital estatutário	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	0	0%
Financiamento remunerado	158 524 552	163 185 294	163 185 294	142 076 865	180 368 842	286 602 573	397 938 699	0	0	0	0	0	38 291 977	27%
(-) Novos investimentos com expressão material														
Δ de endividamento (%)		1,64%		-6,05%	14,98%	36,15%	27,82%						21,0 p.p.	
<i>Acréscimos Juros e Comissões na rubrica Empréstimos do balanço</i>														
				474 075	132 438	250 707	204 078							
														Unidade Dias
Outros														
Prazo Médio de Pagamento	25	30	30	28	30	30	30	30	30	30	30	30	2	6%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	237 467	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Unidade EUR

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2024		2025		2026		2027		2028		Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
FSE-TrabEsp-Análises/Monitorização	327 509	538 619	319 336	429 757	402 871	397 417	110 421	35%				
FSE-TE-Trat-Resíduos	1 140 961	1 828 200	1 543 509	2 865 529	3 084 167	3 334 167	1 322 019	86%				
FSE-TE-Trat. Efluentes	190 950	115 200	150 191	115 200	115 200	115 200	-34 991	-23%				
FSE-TrabEsp-Tratamento Lamas	7 766 750	7 983 588	8 434 443	15 129 030	15 062 805	15 055 694	6 694 587	79%				
FSE-TrabEsp-Assessoria Jurídica	247 135	367 679	187 144	321 754	179 667	152 500	134 610	72%				
FSE-TrabEsp-Assist. Informática	528 164	1 969 545	1 492 573	1 431 455	1 172 371	1 163 481	-61 117	-4%				
Outros Trabalhos Especializados	990 759	3 628 774	2 098 902	2 567 119	2 589 656	3 052 470	468 216	22%				
Fee de Gestão Adp	2 365 333	2 401 816	2 409 705	2 459 349	2 505 715	2 552 966	49 644	2%				
Segurança	281 912	1 395 788	815 481	1 042 238	789 270	752 425	226 757	28%				
Vigilância	442 824	398 800	471 715	545 000	600 000	600 000	73 285	16%				
Conservação e Reparação	10 342 360	13 334 870	12 901 382	13 289 998	15 475 363	16 197 569	388 616	3%				
Ferr. e Utens. Desg. Rápido	234 029	325 784	172 845	78 005	28 750	34 750	-94 840	-55%				
Electricidade	9 071 466	8 233 372	9 464 453	10 102 045	10 137 517	10 137 517	637 592	7%				
Água	362 842	172 800	249 070	172 800	172 800	172 800	-76 270	-31%				
Rendas e Alugueres (s/ viaturas)	451 062	481 702	382 102	302 377	167 576	112 586	-79 724	-21%				
Comunicação	112 356	171 579	138 650	274 582	275 212	268 989	135 932	98%				
Seguros Multiriscos e Resp. Civil	577 659	545 085	483 155	396 863	398 000	398 000	-86 291	-18%				
Limpeza, Higiene e Conforto	485 279	562 937	568 570	679 658	720 218	767 104	111 088	20%				
Material de laboratório	192 202	186 185	272 573	316 050	324 990	339 150	43 477	16%				
Trabalho temporario	618 327	312 000	274 695	240 000	240 000	240 000	-34 695	-13%				
Jardinagem	358 246	480 248	457 882	469 610	464 620	464 620	11 728	3%				
Outros Fornecimentos e serviços externos	507 142	363 080	524 671	338 233	368 638	364 647	-186 438	-36%				
Deslocações e alojamento	119 760	130 359	121 369	130 359	130 359	130 359	8 990	7%				
Associados à frota automóvel (aluguer+combustíveis+portagens+restacionamento+seguros+conservação e reparação)	1 125 254	981 891	1 333 803	835 339	483 985	471 855	-498 465	-37%				
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	20 686	40 159	27 402	39 190	39 190	39 190	11 788	43%				
TOTAL	38 860 967	46 950 060	45 295 621	54 571 539	55 928 936	57 315 456	9 275 918	20%				

Fonte: Proposta de PAO para 2026-2028

Frota automóvel	2024		2025		2026		2027		2028		Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	1 125 254	1 424 916	1 333 803	1 623 143	1 515 078	1 512 948	289 340	22%				
Operacional - n.º de viaturas	150	161	154	163	165	165	9	6%				
Não operacional - EUR	0	0	0	0	0	0	0	0				
Não operacional - n.º de viaturas	0	0	0	0	0	0	0	0				

ÍEP/PAO	Unidade: 1 000				2028 vs 2027	2027 vs 2026	2026 vs 2025	Variação médio anual do triénio	Cumprir 1º ano			Cumprir triénio		
	2025	2026	2027	2028					S	N	N/A	S	N	N/A
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão										
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7		4,7%	3,7%	3,7%						
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8		2,2%	1,7%	1,8%	4,0%					
Taxa de crescimento IPC	2,1	2,0	2,0	2,0		2,0%	2,0%	2,0%	1,9%					
a) Volume de negócios	100 404	102 473	104 405	106 374		2%	2%	2%	2%					N/A
b) EBIT, líq. de provisões, imponderáveis e correções de justo valor	11 161	12 888	14 315	18 929		1 727	1 427	4 614	2 589					
c) Resultado líquido	6 557	7 292	7 591	7 853		736	299	262	432					
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	2%	2%	2%	3%		0,3 p.p.	0,0 p.p.	0,4 p.p.	0,2 p.p.					
e) Rentabilidade dos RH	23 596x	26 629x	29 214x	38 162x		3 033x	2 585x	8 948x	4 855x					
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	5%	6%	6%	6%		0,5 p.p.	0,1 p.p.	0,2 p.p.	0,3 p.p.					
g) Endividamento líquido de novos investimentos	0	0	0	0		0	0	0	0					
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0		0	0	0	0					
i) Volume de negócios (real)	100 404	102 473	104 405	106 374		2%	2%	2%	2%					N/A
ii) Gastos operacionais (%)	67 423	68 812	70 112	71 433		2%	2%	2%	2%					N/A
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS														
Gastos operacionais (corrigido do IPC)	67 423	67 462	68 737	70 033		39	1 275	1 295	870					

Rádios Financeiros	Formúla	2024	2025	2026	2027	2028
		Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	$\text{EBITDA} / \text{Volume de Negócio}$	38%	31%	38%	38%	38%
Rentabilidade do Ativo	$\text{Resultado Operacional} / \text{Ativo médio}$		2%	2%	2%	3%
Rentabilidade do Capital próprio	$\text{Resultado Líquido} / \text{Capital Próprio médio}$		5%	6%	6%	6%
Passivo total	$\text{Passivo} / \text{Ativo}$	78%	77%	77%	81%	83%
Endividamento Corrente	$\text{Passivo Corrente} / \text{Ativo}$	13%	7%	18%	36%	51%
Autonomia financeira	$\text{Capital Próprio} / \text{Ativo}$	22%	23%	23%	19%	17%
Liquidez Geral	$\text{Ativo Corrente} / \text{Passivo Corrente}$	112%	128%	28%	11%	7%
Rentabilidade dos RH	$\text{Resultado Operacional} / \text{n.º de trabalhadores}$	50 523	23 596	26 629	29 214	38 162

Anexo V - Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo VI - Parecer do Órgão de Fiscalização

Considerando que:

1. O n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), estabelece que as propostas de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do sector de atividade;
2. A AdTA –Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA) submeteu, no Sistema de Informação do Sector Empresarial do Estado (SISEE), o PAO para o período 2026-2028 (PAO 2026), sobre o qual os Órgãos de Fiscalização da AdTA emitiram pareceres favoráveis, sujeita à aceitação das fundamentações apresentadas pela empresa para as exceções pretendidas;
3. Nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 39.º do RJSPE, a Entidade do Tesouro e das Finanças (ETF) elaborou o Aditamento ao Relatório de Análise n.º 19/2026, de 13 de março, no qual conclui que o PAO 2026 da AdTA se encontra em condições de merecer aprovação, com as condicionantes identificadas na respetiva conclusão; e
4. O Relatório de Análise referido no número anterior foi aprovado por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, no qual foram concedidas as autorizações legalmente necessárias, conforme previstas no referido Despacho.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, aprova-se o PAO 2026-28 da AdTA, circunscrito ao exercício de 2026 e com as condicionantes enunciadas acima.

A Ministra do Ambiente e
Energia,

Maria da
Graça
Carvalho

Assinado de forma
digital por Maria
da Graça Carvalho
Dados: 2026.03.19
16:06:33 Z

(Maria da Graça Carvalho)

O Secretário de Estado do
Tesouro e das Finanças,

João
Silva
Lopes

Assinado de
forma digital por
João Silva Lopes
Dados:
2026.03.19
19:21:04 Z

(João Silva Lopes)